

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
PESQUISA EM POLITICAS EDUCACIONAIS

TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA

**EDUCAÇÃO PARA/COM PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓ-  
GICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

João Pessoa

2025

TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA

**EDUCAÇÃO PARA/COM PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Marta Coelho Rodrigues.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

João Pessoa, 2025

## Catálogo na publicação Seção

C691e Colella, Tânia Lúcia Amorim.

Educação para/com pessoa idosa : uma análise fenomenológica no horizonte das políticas públicas / Tânia Lúcia Amorim Colella. - João Pessoa, 2025.

168 f. : il.

Orientação: Janine Marta Coelho Rodrigues. Tese (Doutorado)  
- UFPB/CE.

1. Educação - Pessoa idosa. 2. Pessoa idosa - Especificidades. 3. Políticas pú-

UFPB/BC

CDU 37-053.9(043)

de Catalogação e Classificação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

**TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA**

**EDUCAÇÃO PARA/COM PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

**Aprovada em 20 de março de 2025**

MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Janine Marta Coelho Rodrigues (Orientadora)	PPGE/UFPB	 Documento assinado digitalmente <b>JANINE MARTA COELHO RODRIGUES</b> Data: 20/03/2025 10:28:19 -0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Lúcia de Araújo Ramos Martins	UFRN	
Wanilda Maria Alves Cavalcanti	UNICAP	 Documento assinado digitalmente <b>WANILDA MARIA ALVES CAVALCANTI</b> Data: 03/03/2025 14:09:05 -0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Maria Aparecida Ramos de Meneses	PPGSS	
Maria do Rosário Gomes Germano	UEPB	 Documento assinado digitalmente <b>MARIA DO ROSARIO GOMES GERMANO MACIEL</b> Data: 03/03/2025 13:47:03 -0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Wilson Honorato Aragao	PPGE/UFPB	

Às pessoas que atuam nas questões da Pessoa Idosa. Contribuem para construção da concepção de envelhecimento saudável, e abrem espaço para a oferta educacional.

## AGRADECIMENTOS

Vencer os desafios próprios da trajetória do doutoramento requer o envolvimento de pessoas, instituições, e proteção divina. A este universo que confluuiu para o êxito alcançado, minha maior expressão de gratidão!

Com o espírito de quem sente a presença de Deus iluminado os caminhos, quero, em Seu nome agradecer e desejar muita luz:

À Professora Dr.<sup>a</sup> Janine Marta Coelho Rodrigues, orientadora deste estudo, que para além da competência irrefutável, muito me ensinou com seu jeito-de-ser comprometida com a ciência e com o ser-humano;

Aos membros da banca examinadora pela apreciação feita. Bem como, a todos os docentes que ministraram os componentes curriculares e muito me ensinaram;

À Universidade Federal da Paraíba, pelo apoio dado;

Aos colegas, pela parceria na jornada, em que vivenciamos angustias, alegrias, limites e possibilidades;

À Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de João Pessoa, e ao Centro de Referência Municipal da Pessoa idosa, que abriram as portas e se disponibilizaram à pesquisa;

Às Pessoas Idosas, socioeducadores, gestores e técnicos administrativos do Centro de Referência Municipal da Pessoa idosa, pela contribuição, gentilezas e acolhimento oferecidos à pesquisa-pesquisadora;

Aos meus avós Antônio Carvalho e Antônia Carvalho, Plínio José de Amorim e Maria Coelho de Amorim (*in memóriam*) pelo referencial de vida que me deram.

Aos meus progenitores Juarez Coelho de Amorim e Leonor Carvalho de Amorim pelo exemplo dado, estímulo aos estudos, e apoio incondicional para meu desenvolvimento;

Aos irmãos, irmãs, filhos, netos e netas pela experiência de mundo-família, desveladora de sentidos para vida.

De forma especial às irmãs Telma Rejane Carvalho Coelho Amorim e Tereza Cristina Carvalho Amorim, que com sensibilidade e concepção humanista cuidaram de adoecimentos de meus progenitores enquanto eu me dedicava ao doutoramento.

Em verdade, se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz mais e melhor. Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que autorizam as grandes façanhas; são outras qualidades, como a sabedoria, a clarividência, o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, mas, ao contrário, pode muito especialmente se valer

Marco Túlio Cícero

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar, a partir de experiências educacionais com pessoas idosas, o que é e como é a educação para a pessoa idosa no horizonte das políticas públicas. Buscando trazer à luz as contribuições dos conhecimentos científicos acerca das especificidades educacionais no envelhecimento, e refletir as orientações normativas para a educação de pessoas idosas. A investigação se deu no vivenciar a relação com atores em cenário educacional, apreendendo os sentidos das experiências educacionais vividas por pessoas idosas e socioeducadores. O estudo foi impulsionado pelas interrogações provocadoras: o que os conhecimentos científicos e as orientações normativas para a educação de pessoas idosas manifestam? Como se dá a relação contextualizada em experiências educacionais para/com pessoas idosas? Qual o sentido das experiências educacionais para os idosos e educadores? Que análises podem ser feitas no mundo educacional da pessoa idosa situado no horizonte das políticas públicas? Epistemologicamente, o estudo está ancorado no método fenomenológico e na fenomenologia repensada por Merleau Ponty. A fenomenologia da percepção, concebe a experiência perceptual organizada em todos significativos, e não como resultado da combinação de átomos sensoriais simples. Experienciando a construção do saber acerca do objeto percebido em método de abordagem ao objeto que, por definição, é presente e vivo. Sendo a investigação do fenômeno movimento que se dá em horizonte espaço-temporal e dinamicidade própria, buscando o desocultamento do que é essencial nas manifestações. Como aporte teórico foram utilizados recursos bibliográficos e documentais. Estes com teor de orientações normativas, que norteiam as políticas públicas. E aqueles com as contribuições ofertadas pelas ciências que se entrelaçam em composição multidisciplinar, com potencial de fundamentação teórico-prática para educação da pessoa idosa. Foram utilizadas publicações científicas no lapso temporal de 1989 a 2023, e documentos normativos publicados no intervalo entre 1948 a 2023. Acreditamos que os resultados alcançados por este estudo podem contribuir para a formação de educadores, levando-os aos fundamentos científicos, que articulados, são necessários àqueles que atuam na educação de pessoas idosas. Bem como, almejamos favorecer o movimento da educação gerontológica, ainda construindo seu caminho, na direção de alcançar a elaboração de metodologia própria que tanto carece.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação para Pessoa Idosa; Especificidades da Pessoa Idosa; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze, based on educational experiences with elderly individuals, what education for the elderly entails and how it is positioned within the horizon of public policies. It seeks to highlight the contributions of scientific knowledge regarding the educational specificities of aging and to reflect on the normative guidelines for the education of older adults. The investigation was conducted through engagement with actors in the educational scenario, gathering the meanings of the educational experiences lived by elderly individuals and socio-educators. The study was guided by the following thought-provoking questions: what do scientific knowledge and normative guidelines reveal about the education of older adults? How does the contextualized relationship unfold in educational experiences for/with older individuals? What is the significance of educational experiences for both elderly learners and educators? What analyses can be made regarding the educational world of the elderly within the scope of public policies? Epistemologically, the study is anchored in the phenomenological method, particularly in the phenomenology reinterpreted by Merleau-Ponty. The phenomenology of perception conceives perceptual experience as an organized whole of meanings rather than as the result of the mere combination of sensorial atoms. This approach involves experiencing the construction of knowledge about the perceived object in a way of approaching the object that, by definition, is present and alive. The investigation of the phenomenon occurs within a spatial-temporal horizon, following its own intrinsic dynamics, and seeks to unveil the essential aspects of its manifestations. As a theoretical foundation, bibliographic and documentary resources were utilized. These include normative guidelines that shape public policies and contributions from various scientific disciplines, forming a multidisciplinary framework with the potential to provide theoretical and practical foundations for elderly education. Scientific from the period between 1989 to 2023, as well as normative documents published between 1948 and 2023, were analyzed. We believe that the findings of this study can contribute to the training of educators by providing them with the necessary scientific foundations for working in elderly education. Additionally, we aim to support the ongoing development of gerontological education, which is still in the process of establishing its path, in the direction of achieving the elaboration of its own methodology that is so lacking.

**KEYWORDS:** Education for the Elderly; Specifics of the Elderly Person; Public policy.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar, a partir de experiencias educativas con personas mayores, qué es y cómo se desarrolla la educación para las personas mayores en el horizonte de las políticas públicas. Se busca poner en evidencia las contribuciones del conocimiento científico sobre las especificidades educativas en el envejecimiento y reflexionar sobre las directrices normativas para la educación de las personas mayores. La investigación se llevó a cabo a través de la vivencia de la relación con actores del ámbito educativo, captando los significados de las experiencias educativas vividas por personas mayores y socio-educadores. El estudio fue impulsado por las siguientes preguntas clave: ¿qué revelan el conocimiento científico y las directrices normativas sobre la educación de las personas mayores? ¿Cómo se desarrolla la relación contextualizada en las experiencias educativas dirigidas a/con personas mayores? ¿Cuál es el significado de estas experiencias educativas para los mayores y los educadores? ¿Qué análisis pueden realizarse sobre el mundo educativo de las personas mayores en el marco de las políticas públicas? Epistemológicamente, el estudio se ancla en el método fenomenológico y en la fenomenología repensada por Merleau Ponty. La fenomenología de la percepción, concibe la experiencia perceptiva organizada en todos los significados, y no como el resultado de la combinación de simples átomos sensoriales. Experimentando la construcción del conocimiento sobre el objeto percibido en un método de acercamiento al objeto que, por definición, está presente y vivo. Siendo la investigación del fenómeno un movimiento que se da en un horizonte espacio-temporal con una dinámica propia, buscando desvelar lo esencial en sus manifestaciones. Como aporte teórico se utilizaron recursos bibliográficos y documentales. Estos incluyen orientaciones normativas que guían las políticas públicas, así como las contribuciones de las ciencias que se entrelazan en una composición multidisciplinaria, con el potencial de proporcionar una fundamentación teórico-práctica para la educación de las personas mayores. Se utilizaron publicaciones científicas correspondientes al período de 1989 a 2023, y documentos normativos publicados entre 1948 y 2023. Creemos que los resultados alcanzados en este estudio pueden contribuir a la formación de los educadores, proporcionándoles los fundamentos científicos necesarios, los cuales, articulados, son esenciales para quienes trabajan en la educación de las personas mayores. Además, aspiramos a favorecer el movimiento de la educación gerontológica, aún en proceso de construcción, hacia la elaboración de una metodología propia que tanto se necesita.

**PALABRAS CLAVE:** Educación para Personas Mayores; Especificidades de la Persona Mayor; Políticas Públicas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro da atividade ginástica gerontológica .....	97
Figura 2 – Registro da atividade alongamento e aeróbica .....	98
Figura 3 - Registro da atividade Câmbio .....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Sujeitos - Pessoas Idosas matriculadas e frequentando – percentual por gênero .....	96
Gráfico 2 Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por gênero .....	102
Gráfico 3 Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por faixa Etária .....	103
Gráfico 4 Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por escolaridade – classificação em quatro blocos: Fundamental; Médio; Superior; Pós-Graduação .....	104
Gráfico 5 Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por escolaridade - classificação em dois blocos: Fundamental e Médio; Superior e Pós-Graduação .....	104
Gráfico 6 Sujeitos – Socioeducadores - percentual por faixa etária .....	127
Gráfico 7 Sujeitos – Socioeducadores - percentual por escolaridade .....	128
Gráfico 8 Sujeitos – Socioeducadores - percentual por área de formação .....	129
Gráfico 9 Sujeitos – Socioeducadores - percentual por vínculo funcional .....	130

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Síntese das orientações normativas internacionais ao direito da pessoa idosa .....	48
<b>Quadro 2</b> Síntese das orientações normativas nacionais ao direito da pessoa idosa	60
<b>Quadro 3</b> Síntese das orientações normativas estaduais ao direito da pessoa idosa	63
<b>Quadro 4</b> Síntese das orientações normativas municipais ao direito da pessoa idosa .....	68
<b>Quadro 5</b> Novas aprendizagens, apontadas pelos sujeitos, como necessárias de serem desenvolvidas no envelhecimento .....	114
<b>Quadro 6</b> Aprendizagens construídas pelos sujeitos – socioeducadores, na relação com educandos .....	132
<b>Quadro 7</b> Motivos de satisfação com a educação que desenvolvem .....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEPI - Associação Cearense Pró-idosos.

ANG - Associação Nacional de Gerontologia.

BPC - Benefício de Prestação Continuada.

CEDDPI – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

CNI - Conselho Nacional do Idoso.

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

CPSB - Coordenação da Proteção Social Básica.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRMPI – Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa.

DAS - Diretoria da Assistência Social.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ILP - Instituições de Longa Permanência.

INPS - Instituto Nacional de previdência Social

IPE - Instituto Paraibano de Envelhecimento.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMS - Organização Mundial de Saúde.

ONGs - Organizações não governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

PAINF - Proteção e Atendimento Integral à Família.

PAPPI – Programa de Atenção de Política Pública do idoso.

PEI - Política Estadual do Idoso.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

PNI - Política Nacional do Idoso.

PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

PROBEX/UFPB – Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal da Paraíba.

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade.

RMV - Renda Mensal Vitalícia.

SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

SEDEC - Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa.

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social.

SEDHUC - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

SEM HAB - Secretaria Municipal de Habitação Social.

SESC - Serviço Social do Comércio.

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

SMS - Secretaria Municipal de Saúde.

SMT - Secretaria Municipal de Turismo.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I	EDUCAÇÃO PARA/COM PESSOA IDOSA: UM FAZER EM CONSTRUÇÃO.....	16
CAPÍTULO II	CONFIGURAÇÃO EPISTEMETODOLÓGICA DO ESTUDO .....	24
1	Elementos metodológicos.....	26
1.1	Trajetória na elaboração do conhecimento .....	26
1.2	Sujeitos .....	28
1.3	Local da pesquisa .....	29
1.4	Instrumentos .....	30
1.5	Procedimentos para análise e discussão das descrições .....	31
1.6	Questões éticas previstas no estudo .....	31
CAPÍTULO III	PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À PESSOA IDOSA: ORIENTAÇÕES NORMATIVAS EM MOVIMENTO .....	32
1	Orientações normativas.....	32
1.1	Panorama Internacional.....	32
1.2	Panorama Nacional.....	49
1.3	Panorama Estadual.....	61
1.4	Panorama Municipal.....	64
CAPÍTULO IV	ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO PARA IDOSOS .....	69
1	Oferta educacional ao idoso: um desafio a ser enfrentado.....	70
1.1	Concepção sobre Pessoa Idosa: uma construção na espiral de tempos históricos e sociais.....	72
1.2	Educação gerontológica e interface social.....	76
1.3	Educação e especificidades de aprendizagem no envelhecimento.....	82
1.3.1	Educação e processo de aprendizagem.....	81
1.3.2	Desenvolvimento cognitivo no envelhecimento.....	84
2	Passos e descompassos na educação para/com a pessoa idosa: no retrovisor de hoje a construção de seis décadas.....	87
CAPÍTULO V	CENÁRIO EDUCACIONAL: ESPAÇO DE POSSIBILIDADES PARA EXPERIÊNCIAS PROPULSORAS DE ENVELHECIMENTO ATIVO, SAUDÁVEL E AUTÔNOMO .....	91

CAPÍTULO VI	OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO EXALADOS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE PESSOAS IDOSAS E SOCIOEDUCADORES .....	101
1	Experiências e percepções das pessoas idosas sobre educação .....	101
1.1	A experiência educacional, construída ao longo da vida .....	105
1.2	Dificuldades sentidas nas experiências de aprendizagem .....	109
1.3	O que a pessoa idosa considera necessário aprender na fase em que vive .....	112
1.4	Como é a experiência do sujeito nas atividades socioeducativas no CRMPI .....	115
1.5	O que é educação para pessoa idosa na percepção dos sujeitos .....	118
1.6	Como deve ser a forma própria/metodologia de desenvolver educação para pessoa idosa .....	120
1.7	Que sentido a educação tem para as pessoas idosas .....	122
2	Experiências e percepções dos socioeducadores sobre educação .....	126
2.1	Experiências dos socioeducadores com a educação para pessoa idosa .....	131
2.2	O que os socioeducadores consideram necessário à educação da pessoa idosa .....	133
2.3	Satisfação dos socioeducadores com a educação da pessoa idosa, por eles desenvolvida .....	135
2.4	Dificuldades (não)sentidas pelos socioeducadores para promover a educação para pessoas idosas .....	136
2.5	Como é a experiência educacional dos socioeducadores nas atividades que desenvolvem no CRMPI .....	138
2.6	Como deve ser a metodologia para a educação da pessoa idosa pela lente dos socioeducadores .....	140
2.7	O que é educação para pessoa idosa na percepção do socioeducador .....	141
2.8	Qual o sentido da educação para pessoa idosa na visão dos socioeducadores .....	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
	REFERÊNCIAS.....	154
	APÊNDICES .....	161
	ANEXOS .....	166

## **CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PARA/COM PESSOA IDOSA: UM FAZER EM CONSTRUÇÃO**

Pesquisar a educação para pessoa idosa, analisando fenomenologicamente realidades educacionais não escolares, no horizonte das políticas públicas foi o desafio colocado a este estudo, provocando-o ao movimento de (com)preender o que é e como é a educação para a pessoa idosa, manifesta na relação de atores de cenário educacional, em dado espaço-tempo, refletida nos sentidos que a desvela.

O estudo aborda a educação enquanto processo de construção permanente do Ser, que se dá na inter dinâmica do desenvolvimento/aprendizagem realizada ao longo de toda a vida. Em que a educação para a pessoa idosa se apresenta com extrema importância, sobretudo neste momento histórico do envelhecimento populacional.

O tema envolve particular complexidade, iniciando pelo delineamento de quem é a pessoa idosa. Tecer considerações definidoras do Ser pessoa idosa conduz à complexa multiconstituição engendrada por interação biopsíquica, histórica, social, existencial e legal.

A multiconstituição do Ser ganha ainda mais complexidade pelos desdobramentos interativos dos aspectos constituintes, os quais são manifestados na interfuncionalidade objetiva/subjetiva da pessoa humana. A imprecisão permeia a definição em todas estas dimensões. Até mesmo dizer o momento em que se começa a ser pessoa idosa é “mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares” (Beauvoir, 1990).

Os documentos legais estabelecem como marco inicial a idade de 65 anos para os países desenvolvidos e 60 anos para os países em desenvolvimento. Ainda assim, vale observar que no Brasil alguns direitos estabelecidos no ordenamento jurídico são dirigidos aos 65 anos ou mais. Bem como, outras demarcações seguem a consideração de idoso aos 65 anos, para uniformização de dados que envolvem realidades internacionais.

Deslocando da esfera mais objetiva para a unidade objetivo/subjetivo, se tem o escalonamento da complexidade para circunscrever a fase evolutiva e identidade das pessoas que a vivenciam. Posto que o fenômeno biológico, psicológico/existencial, se constitui em interlocução com tempos e lugares.

Enquanto biológico a literatura, apresenta um organismo humano em desenvolvimento, a um primeiro olhar, natural, caracteristicamente marcado pelo declínio de suas funções. Sendo este processo entremeado por singularidades. No qual “é abstrato considerar em separado os dados fisiológicos e os fatos psicológicos: eles se impõem mutuamente”. E no

envelhecimento tal relação é especialmente evidente, constituindo por excelência a configuração psicossomática (Ibidem, 1990).

Em Beauvoir (1990) encontramos contribuições que possibilitam pensar a subjetividade do ser em envelhecimento na sua amplitude maior. Para tanto, a atenção é voltada à dimensão existencial, na qual o humano se forma na relação com o tempo, com o mundo e sua própria história.

[...] o que chamamos a vida psíquica de um indivíduo só se pode compreender à luz de sua situação existencial; esta última tem, também, repercussões em seu organismo; e inversamente: a relação com o tempo é vivida diferencialmente, segundo um maior ou menor grau de deterioração do corpo.

A expressão, de cunho biológico, “deterioração do corpo”, utilizada para referir-se ao processo de declínio no funcionamento do organismos em envelhecimento, foi largamente aplicada pelas ciências biológicas. Ao mesmo tempo em que, também reflete a visão de pessoa idosa enquanto ser de desenvolvimento decadente. Dessa forma imprimindo um sentido existencial próprio ao processo de desenvolvimento. Este marcado pela percepção historicamente construída pelo mundo de tempos e culturas, identificado com visão depreciativa do envelhecimento

As nomenclaturas frequentemente passam por ressignificações, geralmente, para serem tornadas mais adequadas. A expressão/ideia de deterioração associada a ideia culturalmente constituída sobre o ser em envelhecimento, é depreciativa. O termo usado no âmbito dos estudos da biologia/geriatria, dos séculos passados, foi amplificado e passou a compor a ideia sociohistoricamente construída acerca do senescente.

A partir do desenvolvimento da perspectiva gerontológica, que aborda o envelhecimento na dimensão ampla de seus aspectos, o termo declínio biofuncional vem sendo considerado mais apropriado. Bem como, o aspecto do declínio, enquanto uma das características do envelhecer, não constitui questão central para tipificar a pessoa idosa.

Tornar-se pessoa idosa, também biologicamente falando, deve ser visto como processo que se constitui em amplitude que extrapola o caráter totalmente natural. Afinal, a pessoa não vive em estado natural. No envelhecimento, ou em qualquer outra fase evolutiva, o humano é conduzido, dentre outras coisas, pelo estatuto que lhe é imposto pela sociedade à qual faz parte.

Assim, definir quem é a pessoa idosa envolve a complexidade própria de um Ser multiconstituído. Em que cada um se constrói pela interação/interfuncionamento das características próprias apresentadas nas diversas dimensões do desenvolvimento. Entretanto, no horizonte das políticas públicas, em que documentos legais constituem referências centrais, e alinhadas a orientações normativas internacionais, o critério cronológico, por eles adotados, é majoritariamente seguido.

Nesta conjuntura, no Brasil considera-se pessoa idosa, de forma geral, as com 60 anos ou mais. Entretanto, de forma específica, a maioria dos direitos estabelecidos para este seguimento populacional referem-se às com 65 anos ou mais.

Além dos critérios definidores sobre quem é pessoa idosa, a forma como essa população é considerada/conduzida também diverge nos diferentes lugares do nosso planeta. Variação que reflete e é refletida nas/pelas condições materiais e culturais existentes nos países e regiões.

Informações mostradas pelos dados referentes ao índice Global Age Watch<sup>1</sup> (Helpage International, 2015; Papalia, 2022), pelo qual países são classificados em função de como os seus idosos estão se saindo, e apontam formas de cuidar de pessoas idosas ao redor do mundo. A investigação mede quatro aspectos relacionados ao bem estar dos idosos: segurança financeira, estado de saúde, capacidade e ambiente capacitador (aspectos que ajudam os idosos a cuidarem de si mesmos de forma independente).

Sob o referido crivo avaliativo, em 2015, foram classificados 96 dos 195 países do mundo. A Suíça, Noruega e Suécia compuseram, respectivamente, os três melhores avaliados. A primeira colocação coube à Suíça, que apresentara um quarto da população com mais de 60 anos. Fato atribuído aos vários programas de promoção da saúde, capacidade e atividade para a população mais velha. Com disponibilização de seguro saúde universal e planos de pensão para todos os cidadãos (Helpage International, 2015).

Na oitava colocação está o Japão que merece destaque pelas particularidades que apresenta. Configura o país com a população mais idosa do mundo. Um terço da população

---

<sup>1</sup> O índice é divulgado pela HelpAge Internacinal, uma organização global, fundada em 1983. Que atua em rede global que envolve 199 membros globais em 98 países. O trabalho da rede volta-se para a promoção dos direitos, bem-estar, e dignidade dos idosos. Aborda os desafios enfrentados pelos idosos como a pobreza, o isolamento social e a discriminação. Defende políticas e programas de apoio às pessoas idosas.

japonesa tem mais de 60 anos. Uma em cada dez pessoas tem 80 anos ou mais. E o índice percentual de habitantes com 65 anos ou mais é o mais alto do mundo constituindo 29,1% da população. É considerado um dos países mais velhos e mais saudáveis do mundo, fruto de implementação de políticas abrangentes, incluindo planos de pensão e de saúde universal (BBC News Brasil 25/01/2023; BBC News Brasil 31/10/2023).

O Brasil, colocado na quinquagésima sexta posição, sendo o sexto com maior população idosa do mundo, segue o desafio de impulsionar com políticas públicas a qualidade de vida das pessoas em envelhecimento.

A forma como países concebem e cuidam das pessoas em envelhecimento é bastante diversa. Fenômeno que se manifesta multidimensionado, por questões culturais, políticas e econômicas. A análise dos dados do índice Global Age Watch, apontam acentuadas desigualdades nas condições que países ricos e pobres têm para ofertar políticas voltadas à saúde, renda, educação e oportunidades para a população idosa.

Os países com renda mais elevada conseguem garantir alguma forma de pensão e serviços de saúde a quase totalidade das pessoas com mais de 65 anos. Enquanto que nos países de baixa e média renda apenas cerca de 25% alcançam tais direitos. Realidade que clama por trabalho a ser empreendido para equalizar o cuidado com idosos em todo o mundo (Papalia, 2022, P.1330).

Segundo matéria veiculada na CNN Brasil em 15 de novembro de 2022, por Renata Souza, o mundo tem 1,1 bilhão de idosos de 60 anos ou mais. E que no ano de 2100 essa população irá triplicar, conforme explicado por José Eustáquio, Doutor em demografia e pesquisador aposentado do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cabe esclarecer que a existência de 1,1 bilhão de idosos situa-se no contexto em que a população mundial atinge a marca de 8 bilhões de habitantes. Portanto, o percentual de idosos em dimensão mundial, atualmente, corresponde a 13,75% da população.

No Brasil, o censo de 2022, apontou que a população de 60 anos ou mais atingiu o quantitativo de 32.113.490 de habitantes, o correspondente a 15,8% da população nacional. Conferindo-lhe marca superior à média mundial. Os dados apresentados pelo Estado da Paraíba estão identificados com o percentual nacional, apontam 615.328 pessoas com 60 anos ou mais, constituindo 15,48% de sua população (IBGE. Censo 2022).

O estado paraibano apresenta um dado que o identifica com sentido representativo no envelhecimento populacional. Ele tem a terceira maior população de centenários do país. O Jornal Oficial do Estado da Paraíba, A União, publicou que de acordo com o censo IBGE,

2022, 1.330 paraibanos possuíam 100 anos ou mais em 2022. Representando 0,033% do total de habitantes. Média superior à registrada no país, que é de 0,019% e inferior apenas à dos estados da Bahia com 0,038% e do Maranhão com 0,036% (A União, 02/09/2024).

Sua capital, João Pessoa, foi reconhecida como cidade amiga da pessoa idosa, em 02 de janeiro de 2020, recebendo o selo federal do referido título, por atender, em parte, às ideias traçadas pela OMS sobre cidade amiga do idoso (OMS, 2008). Fato que, provavelmente, constitua mais um atrativo para migração de pessoas para este lugar, claramente observado nos últimos anos.

O município de João Pessoa, no censo do IBGE 2022, foi apontada como a capital brasileira que teve o mais elevado percentual de crescimento populacional entre as capitais brasileiras. Registrou 116.000 habitantes com 60 anos ou mais. Quantitativo que corresponde a 14% da população do município, e 18,86% da população idosa do estado paraibano. Segundo análise do Núcleo de Dados da Rede Paraíba, o índice de envelhecimento na capital paraibana é de 52,2. O que significa dizer que há 52 idosos para cada 100 crianças e adolescentes (G1 Paraíba de 05/08/2024).

Frente aos dados elencados, urge atenção à implementação de políticas públicas que promovam os cuidados com a população idosa, dentre eles a atenção educacional.

O desenvolvimento educacional, enquanto processo a ser experienciado ao longo de toda vida, requer o atendimento a demandas próprias de cada fase da vida humana com formas e abordagens específicas. A educação para a pessoa idosa dispõe de campo de conhecimento específico denominado gerontologia, constituída em uma proposta de educação humanista direcionada a uma vida com qualidade, contrapondo-se ao paradigma deficitário do envelhecimento e da velhice (Ceh, 2020).

A gerontologia é uma área emergente das ciências da educação. Tem o desafio de construir-se, implementando arcabouço teórico-prático que dê conta de atender às demandas educacionais da pessoa idosa, conduzindo o processo de aprendizagem/desenvolvimento em sincronia com a complexidade (idade) que o caracteriza.

O processo educacional para senescentes é realizável à luz da multi e interdisciplinaridade entre ciências e relações. A interação entre gerontologia, psicologia, ciências da educação (com destaque para a psicopedagogia), ciências da saúde, neurociências, dentre outras, vem produzindo conhecimentos potencialmente capazes de contribuir para o efetivo atendimento às necessidades educacionais do ser em envelhecimento. Tais conhecimentos aliados

ao ordenamento legal dos direitos da pessoa idosa podem iluminar caminhos que levem a melhores condições para se viver o envelhecimento.

Diversas iniciativas contribuíram para o despertar da agenda internacional de políticas públicas para população idosa, dentre elas merecem destaque as pioneiras: Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas, em 1948; Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Viena, no ano de 1982; Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri, no ano de 2002.

Estas ações geraram desdobramentos relevantes para a ampla normatização que se tem hoje. Ainda que, as diretrizes internacionais traçadas não tenham efeito vinculante, revelada pela tímida aplicabilidade e não efetividade das políticas públicas propostas, elas têm importância fundamental na sistematização dos direitos da pessoa idosa nacionalmente estabelecidos. Direitos irradiados para cumprimento tripartite, na corresponsabilização da federação, estados e municípios.

As diretrizes normativas às políticas públicas nacionais, que norteiam caminhos a serem trilhados para garantia do direito à educação, constituem amparo legal para o desenvolvimento de ações educacionais. O ordenamento jurídico dispõe de instrumentos para essa finalidade. Dentre eles a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o Estatuto do Idoso, com respaldo específico. Esse preceito estabelece o direito educacional no Título II, Dos Direitos Fundamentais, Capítulo V, Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Brasil, 1996; Brasil, 2003).

O sistema jurídico fornece elementos para estados e municípios planejarem e desenvolverem ações que atendam às necessidades educacionais das pessoas idosas. Entretanto outros elementos são indispensáveis, dentre eles: a produção de conhecimentos que fundamentem as práticas educacionais e a formação de educa(dores) versados nas especificidades da educação para aprendentes idosos.

A motivação para esse estudo brotou de experiências vivenciadas, que apontaram escassa produção de conhecimentos educacionais voltados às especificidades das pessoas em envelhecimento. Experiências acadêmicas, sobretudo extensionistas, com finalidade de contribuir com grupos de pessoas idosas, levaram à identificação da escassez de conhecimento necessários para fundamentar ações e atividades juntos aos idosos.

A experiência provocou inquietações que foram combustível para interrogações provocadoras como: O que os conhecimentos científicos e as orientações normativas para a

educação de pessoas idosas manifestam? O que é e como é a relação em experiências educacionais para-com pessoas idosas? Qual o sentido das experiências educacionais para os idosos e educadores? Que análises podem ser feitas no mundo educacional da pessoa idosa situado no horizonte das políticas públicas?

As interrogações geraram movimento de busca por conhecimentos. A um primeiro olhar foi percebida a lacuna que há nas ciências da educação para atender às especificidades educacionais da pessoa idosa. Ao mesmo tempo em que foi observado o protagonismo das ciências da saúde sobre as questões do envelhecimento, também na dimensão da educação, ancorada na educação e saúde. Esta configurando-se como política pública do ministério da saúde e que tem recebido atenção crescente dos profissionais de saúde engajados nas práticas de saúde.

As ciências da educação têm demonstrado certa “distração” para com o segmento populacional idoso. Apesar de ter tanto a oferecer ao desenvolvimento das possibilidades do ser-no-mundo idoso, por meio de ações educacionais interdisciplinares.

Mesmo parecendo distante de ser alcançado, é justo e necessário que esforços sejam empreendidos para o alcance de práticas educacionais adequadas ao idoso. Práticas fundamentadas em saberes multiconstituídos, na intersecção de ciências que convergem para o entendimento da pessoa idosa em sua totalidade. Sendo este, um ser de direito, que deve prosseguir seu processo educativo.

As interrogações levantadas e os conhecimentos iniciais, apontaram para a lacuna na sistematização da educação. Diante dela, emergiu o entendimento da necessidade de produzir conhecimentos com potencialidade de contribuir para o atendimento da educação da pessoa idosa em suas especificidades.

A partir de então, a pesquisa se desenvolveu perseguindo o objetivo de analisar o que é e como é a educação para/com a pessoa idosa, no horizonte das políticas públicas.

Buscando alcança-lo, foram seguidos os seguintes passos:

Situar o fenômeno, e configurá-lo epistemologicamente. Elaboração que compõe o Capítulo I, intitulado Educação para/com pessoa idosa: um fazer em construção; e o Capítulo II, nomeado Configurações epistemológica do estudo.

Refletir as contribuições das orientações normativas e dos conhecimentos científicos produzidos para a educação de pessoas idosas, apresentadas no Capítulo III, com o título Panorama das políticas à pessoa idosa: orientações normativas em movimento; e no Capítulo IV, denominado Especificidade da educação para pessoas idosas.

Vivenciar relação com atores de experiências educacionais, realidade mostrada no Capítulo V, intitulado Cenário educacional: espaço de possibilidades para experiências propulsoras de envelhecimento ativo, saudável e autônomo.

Apreender os sentidos das experiências educacionais vividas por pessoas idosas e educadores, no horizonte das políticas públicas. Exposto no Capítulo VI, que tem como título Os sentidos da educação exalados das experiências educacionais de pessoas idosas e socioeducadores.

## CAPÍTULO II – CONFIGURAÇÃO EPISTEMETODOLÓGICA DO ESTUDO

Para compreender o fenômeno educacional da pessoa idosa, analisando o que é, e como é a educação oferecida, vivenciamos a relação com atores do cenário de educação não escolar. Buscamos apreender os sentidos de suas experiências, refletindo-as à luz dos conhecimentos científicos e orientações normativas norteadoras das políticas públicas.

O caminho trilhado por essa investigação, epistemeticamente, ancora-se no método fenomenológico e na fenomenologia repensada por Merleau Ponty. A fenomenologia da percepção, apresenta-se identificada com concepções de homem mundo e sociedade mais modernas e humanizadas. Em certa medida, tem alguma proximidade do marxismo e, sobretudo da psicologia da Gestalt, que concebe a experiência perceptual organizada em todos significativos, e não como resultado da combinação de átomos sensoriais simples.

[...] como a teoria da forma o mostrou, a estrutura, a Gestalt, a significação não são menos visíveis nas condutas objetivamente consideradas do que na experiência de nós mesmos, contanto que o objetivo não seja confundido com o mensurável. Somos verdadeiramente objetivos a respeito do homem quando cremos poder considera-lo como objeto suscetível de ser explicado por um entrecruzamento de processos, causalidades; não o somos ainda mais quando procuramos, pela descrição das condutas típicas, constituir uma verdadeira ciência da vida humana? [...] (Merleau-Ponty, p. 48, 2017).

Trilhar o primado da percepção na busca de compreender o fenômeno, nos colocou em presença da realidade em que as coisas se constituem para nós. Sendo mostradas pela própria estrutura ‘figura e fundo’ e mais ainda na relação entre ‘partes e todo’. O alcance cognoscente foi buscado nas ‘coisas mesmas’ em seu estado nascente. Experienciando o nascimento do saber acerca do objeto percebido em método de abordagem ao objeto que, por definição, é presente e vivo.

A investigação buscou a compreensão do fenômeno no movimento que se dá em seu horizonte espaço-temporal, em sua dinamicidade própria, e intersubjetividades envolvidas. Transpondo a dicotomia homem x mundo, sujeito x objeto e tornando a subjetividade possibilidade para alcançar a objetividade. “A subjetividade, nesta abordagem, não é evitada, mas desejada, pois tudo o que é objetivo foi antes subjetivo”. Bicudo (1994, P. 26).

A compreensão do fenômeno foi buscada pelo desocultamento<sup>2</sup> do que é essencial nas manifestações, em que a essência é alcançada pelo rigor do pesquisador no interrogar ao que salta aos olhos, apreendendo os significados que se manifestam no horizonte. Em que a realidade buscada na pesquisa existe enquanto vivida, e o conhecimento dela é alcançada no existir do pesquisador.

Apreender a realidade de modo rigoroso é o modo fenomenológico de produzir conhecimentos. Fenomenologia se constitui pela compreensão dos fenômenos manifestos, elucidados em seus pressupostos e mecanismos encobertos em que:

A compreensão supõe a interpretação, quer dizer, revelar o sentido ou sentidos, os significados que não se dão imediatamente, razão pela qual necessitamos da hermenêutica, da indagação do esclarecimento das faces ocultas que se escondem detrás do fenômenos (GAMBOA, 2006, P.53).

Nesta perspectiva, para alcançar o fenômeno posto à luz, mostrando-se sem obscuridade, o sujeito que interrogou buscou, rigorosa e atentivamente, ver além das aparências, fazendo articulação lógica dos elementos constitutivos do fenômeno.

Adotar a fenomenologia nos opôs frontalmente ao positivismo, tendência ainda predominante, que considera inútil a discussão dos métodos e das epistemologias, reduzindo o fazer científico ao único método da ciência positiva, adotando processos empírico-analíticos e regras do discurso hipotético-dedutivo. Adotando como base para sustentação do rigor científico a objetividade, baseada na quantificação, e a neutralidade que se coloca na separação do pesquisador e objeto de pesquisa.

Neste estudo, o objeto é como o sujeito percebe, e tudo foi estudado como é para o sujeito e sem interferência de qualquer regra de observação, cabendo à abstração da realidade e perda de parte do que é real, tendo como objeto de estudo o fenômeno em si, estudando literalmente o que se apresentou. Analisou não o objeto estático, buscou compreendê-lo no movimento que se deu em seu horizonte espaço-temporal.

A relação sujeito/objeto se deu com centralidade no sujeito, privilegiando a subjetividade; a noção de homem com sentido de existência; visão de mundo pautada na dinamicidade da realidade e noção ontológica de mundo inacabado com a vida na dimensão do devir.

---

<sup>2</sup> Termo fenomenológico que tem o sentido de trazer à luz o que está oculto. Interpretação hermenêutica, trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, e desdobrar os níveis de significação.

Desta forma assumindo o caminho de produção de saberes que se contrapõe ao reducionismo metodológico e adotando o fluir do movimento nos cenários em sua amplitude espaço-temporal.

A perspectiva se contrapõe à prática que adota o par objeto/observado, na qual se faz a separação entre sujeito que efetua a observação e objeto observado, e adota a experiência do par fenômeno/percebido, em que a qualidade é percebida mostrando-se na percepção do sujeito.

Bicudo (1994), argumenta que o fenômeno, compreendido como realidade, não é passível de explicação objetiva. A realidade emerge da intencionalidade da consciência olhando para o fenômeno. Sendo compreendida, interpretada e comunicada, é perspectival, portanto, não há única realidade, mas quantas forem suas interpretações, em que a percepção do fenômeno se dá no estar-com-o-percebido.

A visão de homem adotada, volta-se para o “ser-no-mundo”, “ser-com-outro”, “ser-inacabado”, “ser-aí”. Tendo o homem como um ser de relações, em contínua interação com o mundo, com o outro. O homem é intersubjetividade!

## **1. Elementos metodológicos**

### **1.1 Trajetória na elaboração do conhecimento**

Este trabalho é fruto de uma experiência que se iniciou em momento anterior ao recorte temporal feito especificamente para esse trabalho. Em 2015, foi desenvolvido o primeiro trabalho com a instituição que se constituiu campo de pesquisa para este estudo. Portanto, um conhecimento exploratório sobre o lugar e sua dinâmica já existia.

Ao longo do ano de 2022 foi empreendida uma andança investigativa por instituições que compõem o conjunto de equipamentos públicos/sociais relevantes ao atendimento da população idosa. Secretarias, conselhos, e outros, foram visitados. Garimpávamos informações que nos levassem a identificar o panorama de programas/projetos/ações de políticas públicas, voltado para pessoa idosa, desenvolvidas em João Pessoa.

O propósito era obter em fonte primária e oficial, dados que mostrassem as ações de políticas públicas para a pessoa idosa em desenvolvimento no município. Desejávamos conhecê-las em visão panorâmica, visualizarmos a inter-relação e efetividade das mesmas.

A atividade investigativa exploratória, buscando esta visão ampla e geral das políticas existentes, foi missão árdua e sem alcance exitoso. O máximo obtido foram dados imprecisos e fragmentados. Em síntese, não foi possível obter os registros que buscávamos.

Encontramos indícios de que os órgãos públicos não possuíam registros que demonstrasse o panorama geral de atuação no atendimento à população idosa. Houve a esperança de identificar tais ações por meio do PAPPI – Programa de Atenção de Política Pública do idoso. Buscamos o programa ao descobrir sua existência. Contudo, no contato com a instituição que tinha a proposta de abrigar o programa, a informação obtida foi que o PAPPI ainda se encontrava em fase inicial de sistematização.

O Programa de Atenção de Política Pública do idoso estava se organizando para se estruturar enquanto programa. Buscava construir meios para obter o levantamento das ações e serviços direcionados à pessoa idosa em andamento; espaço físico; e construção do marco legal do programa.

À época, estava sendo esboçada a forma de fazer o levantamento de todos os serviços ora oferecidos à pessoa idosa, em vários setores da esfera pública. Estes, potencialmente compunham a totalidade do equipamento para as ações de política pública. Tal organização institucional seria o primeiro passo rumo à construção de um Plano Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa.

As informações obtidas foram animadoras. Entretanto, no ano seguinte, ao voltarmos à instituição constatamos que o movimento para estruturação do PAPPI havia sido paralisado. Na realidade institucional do horizonte temporal dos anos 2022 e 2023, não foi possível obter o panorama geral das políticas públicas municipais para atendimento da pessoa idosa, desenvolvidas naquele momento.

No início do segundo semestre do ano de 2023 foi iniciado o período de colheita de dados no *locus* próprio do estudo. Ou seja, o CRMPI – Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa. Nele, a pesquisadora se colocou em presença da realidade colhendo os dados do fenômeno que ali se manifestava, ao longo de todo o semestre. Inicialmente interagindo com todos os entes do lugar, identificando pessoas e fazeres, enquanto possibilitava ser por elas identificada, vivenciando a relação de “ser- com o outro”.

As trocas interativas permitiram conhecer os profissionais que compunham os recursos humanos do lugar. Constituído por 29 colaboradores, que desenvolviam atividades educativas/administrativas necessárias à promoção das atividades socioeducativas.

O (con)vívio inicial permitiu a aproximação com as pessoas idosas participantes das atividades. A relação brotou da presença em todas as atividades oferecidas nos turnos matutino e vespertino. Nestes espaços nossa pesquisa foi bem acolhida pelos socioeducadores. Os quais possibilitaram que todas as pessoas idosas, participantes das atividades, tomassem conhecimento da pesquisa que estava sendo iniciada e a apoiassem.

Nessa experiência a pesquisadora, socioeducadores, demais colaboradores, e pessoas idosas, (com)partilhavam vivências próprias do espaço socioeducativo para a pessoa idosa. A atmosfera que envolvia a todas as pessoas do lugar era de bom acolhimento. A disponibilidade dos participantes para contribuir com a pesquisa fluiu com muita espontaneidade e entrega.

Desta forma, o movimento investigativo para apreender a dinâmica do espaço de interfuncionalidade/interatividade humana própria do lugar, encontrou condições muito favoráveis para se desenvolver.

## 1.2 Sujeitos

Constituíram sujeitos da pesquisa atores do cenário socioeducacional, campo de pesquisa. Essencialmente as pessoas idosas, frequentadoras das atividades socioeducacionais e os socioeducadores.

Além das pessoas idosas e dos socioeducadores, outros atores se presentificaram e muito contribuíram para melhor apreensão da realidade. Dentre estes, destacamos o amplo quadro de colaboradores, composto por coordenador; vice coordenador; equipe técnica constituída por assistente social e psicólogas; auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais e vigilantes. Sobre os quais registramos a importância da colaboração oferecida para que a investigação realizada alcançasse a realidade mesma.

A instituição socioeducativa, *lócus* da pesquisa, registrava 627 pessoas idosas matriculadas, dentre as quais 498 estavam frequentando as atividades socioeducativas, no decurso do tempo da colheita de dados, ou seja, no segundo semestre do ano de 2023.

Das 627 pessoas idosas matriculadas, 519 eram mulheres (82,78%) e 108 homens (17,22%). Frequentando as atividades havia 498 pessoas idosas. Dentre as quais, 420 eram mulheres (84,34%) e 78 homens (15,66%). Importante ressaltar que esses números são bastante flutuantes. Variam de semestre a semestre, de ano a ano.

A equipe de socioeducadores era composta por 16 profissionais. Destes, 15 se voluntariaram para participar das entrevistas. Dentre as pessoas idosas, 14 foram entrevistadas. Estes 29 entrevistados ofereceram os dados mais direcionados aos objetivos da pesquisa.

Além da participação específica de socioeducadores e socioeducandos idosos, a pesquisa recebeu valiosa contribuição oferecida por todos que compunham a instituição: 1 coordenador, 1 vice coordenador, 4 técnicos, 6 auxiliares administrativos, 2 auxiliares de serviços gerais e 2 vigilantes. A colaboração dessas pessoas foi fundamental para o conhecimento da realidade própria.

A colheita de dados especificamente provenientes dos socioeducadores e socioeducandos idosos, se deu por meio de entrevistas com os mesmos. Para participação dos socioeducadores foram adotadas as condições de voluntariedade e formalização da participação por meio de protocolo TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dos dezesseis, quinze se voluntariaram.

Para a participação das pessoas idosas foram adotadas as seguintes condições: voluntariedade de participação; ambos os sexos; cognição preservada; sem agudização das condições de saúde, sem patologias que o impossibilitasse participar das atividades; e formalização da participação por meio de protocolo TCLE.

### **1.3 Local da pesquisa**

O local em que a experiência investigativa se deu, o CRMPI - Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa, é localizado à Rua Ana Guedes Vasconcelos S/N, Bairro Altiplano, Fone: (83) 3214-8188. A instituição atende pessoas de todos os bairros da capital paraibana.

Atualmente, vinculado à SEDHUC - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, o CRMPI constitui o espaço municipal mais completo no atendimento às demandas socioeducativas das pessoas idosas. Por esta razão, pessoas residentes nos diversos bairros da cidade optam por frequentar o CRMPI.

A SEDHUC disponibiliza atividades para os maiores de 60 anos, por meio dos grupos de pessoas idosas, existentes nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na dimensão do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A rede de as-

sistência cobre áreas de abrangência que englobam todas as micro regiões da cidade. Entretanto as limitações de estrutura e funcionamento encontradas para o atendimento das necessidades idosas, nos grupos periféricos é, geralmente, maior.

O CRMPI surgiu em 2008, inaugurado sob a gestão do Instituto de Previdência do Município – IPM (Prefeitura de João Pessoa, 2016). De 2008 a 2019 foi nomeado Clube da Pessoa Idosa. Em 2020 passou a se chamar Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa. Desde a sua fundação até os dias atuais mantem a finalidade de oferecer atividades socioeducativas para o público acima de 60 anos.

#### **1.4 Instrumentos**

A obtenção dos dados se deu na relação com representantes de instituições municipais responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para idosos e na relação com a experiência dos sujeitos que vivenciavam as atividades socioeducativas no CRMPI.

Os dados obtidos por meio das informações fornecidas por servidores das instituições, foram registrados em diário de bordo, compondo material preñado de significados para apreensão do fenômeno. O diário de bordo se constituiu instrumento valioso também para o registro da dinâmica apresentada em todos os dias vivenciados no mundo CRMPI.

Os registros feitos com a utilização do instrumento diário de bordo subsidiaram a percepção do fenômeno pela estrutura “figura e fundo” e pela relação “partes e todo”.

Outro instrumento, utilizado para acessar os dados para o estudo, foi a entrevista. Elas foram gravadas em vídeos. O que possibilitou a leitura de significados emanados da comunicação oral e corporal. Tais dimensões da comunicação evidenciavam conteúdos objetivos/subjetivos. Por meio das entrevistas, os participantes ofereceram descrições de eventos vividos, percepção acerca do fenômeno, e significados subjacentes.

Dessa forma, os dados centrais, considerados figura na relação “figura e fundo” do cenário campo de pesquisa, foram desvelados pelas descrições feitas nos relatos dos sujeitos. Estes relatos mostraram o que ocorre/ocorreu com eles nas vivências de suas experiências educacionais.

As entrevistas semiestruturadas aplicadas aos socioeducadores e as pessoas idosas, foram elaboradas contendo duas seções, a primeira estruturada, destinada a coleta de dados sociodemográficos. A segunda, voltada para coleta de relatos sobre as experiências e percepções acerca da educação.

### **1.5 Procedimentos para análise e discussão das descrições**

A discussão das descrições produzidas pelos participantes se deu em atitude fenomenológica que coloca o objeto como é percebido. O fenômeno em si, literalmente como se apresentou. Pondo-o à luz, sem obscuridade, buscando ver além das aparências e fazendo articulações lógicas dos elementos constitutivos do fenômeno – idoso, educação, Políticas Públicas.

A análise se processou em sincronia com a modalidade hermenêutica de pesquisa fenomenológica, visto que a maneira de interrogar o fenômeno se dirige à busca de características gerais do fenômeno ligadas a conteúdos voltados para um grupo de pessoas e suas relações com realidades vividas.

Os conteúdos manifestos foram analisados em um movimento (com)preensivo utilizando o léxico, a história, a legislação, usos e costumes, como ferramentas com possibilidades de iluminar a interpretação de símbolos e signos contidos nas descrições. Além disso, a pesquisadora escrutinou a convergência de significados e construiu seu discurso pelas interpretações feitas. Em contínuo, transcendeu o próprio discurso, realizando uma reflexão sobre o significado de seu próprio discurso.

### **1.6 Questões éticas previstas no estudo**

O envolvimento em todas as etapas da pesquisa se deu de forma atenta aos aspectos éticos e legais, conforme recomendado pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em pesquisa. Dando ênfase a atenção aos sujeitos da pesquisa, que receberam os cuidados especiais, preconizadas na Resolução acima.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE, número 64151922.1.0000.5188.

Importante e necessário destacar o zelo ético, e complexo rigor científico próprio da filosofia e método fenomenológico que guiou este estudo.

### **CAPÍTULO III – PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À PESSOA IDOSA: ORIENTAÇÕES NORMATIVAS EM MOVIMENTO**

Os direitos da pessoa idosa emergiram com os direitos humanos. Delineados após as duas grandes guerras, ocorridas no século XX, em contexto que escancarava os valores humanos ultrajados. Frente à depreciação dos direitos humanos sofrida pelo mundo pós-guerras, alguns movimentos, contrapondo-se à realidade instalada, chamaram atenção para os valores humanos.

Na dinâmica das defesas do respeito ao humano, a realidade aviltante da pessoa passa a ser oxigenada pelo humanismo, pela Revolução Francesa, pela ação internacional de defesa da libertação de escravos, dentre outros movimentos que defenderam a primazia do humano à época.

#### **1. Orientações normativas**

Os movimentos ocorridos em prol da valorização do humano e seus desdobramentos atuaram como agentes no desabrochar de iniciativas. Eles tiveram poder de impacto para frenar, pelo menos parcialmente e por algum tempo, a banalização do humano. Bem como, provocaram o despontar da defesa da dignidade do Ser, como prioridade.

Nesse contexto, temos na espiral de tempos históricos e sociais, manifestações que foram circundando em torno da busca do estabelecimento da defesa de direitos. Sobre os quais, representações mundiais vêm discutindo e propondo encaminhamentos, na perspectiva de promover “um mundo” mais humano para os humanos.

##### **1.1 Panorama Internacional**

No mundo ocidental do século XX, atitudes coletivas em defesa de um espaço social mais agradável para todos começaram a despontar. Progressivamente, se configuraram como movimentos emergentes de luta pelos direitos que todos devem ter. Assim, afloraram as primeiras proposituras internacionais na defesa de direitos que passaram a fundamentar a elaboração de políticas públicas.

Diversas iniciativas ofereceram contribuições para o surgimento de esboços que evoluíram para implantação/implementação de políticas de promoção, proteção e defesa de direitos da pessoa em geral, e de forma específica da pessoa idosa. Dentre elas destacamos algumas:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, constitui marco inicial na história ocidental de elaborações e proposições voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos. Além disso, passou a ter sentido de inspiração para sistematização de novos direitos, capazes de atender a especificidades que na história das sociedades foram se apresentando. Especialmente, nas realidades em que se busca a construção de um mundo mais avançado, justo e igualitário, de perspectiva democrática.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos emergiu em momento histórico social no qual as feridas humanas causadas pelas guerras estavam expostas: mostravam as marcas das atrocidades; denunciava as mais variadas formas de sofrimentos humanos, mortes em abundância/genocídio; destruição e empobrecimento.

O cenário era de destruição do humano e de sua humanidade, em que todos os segmentos da população, crianças/jovens/idosos, haviam sido dragados pela intemperança fermentada pelas ações das guerras. Sendo estas, adotadas como meio para solução de conflitos entre sociedades que não alcançavam considerar o humano como o que há de mais caro.

Nesse contexto, a necessidade de atenção aos direitos humanos se dava de forma ampla, ou seja, para todos os segmentos da população. Crianças/jovens/idosos, careciam de direitos que os preservassem.

Assim, a luta por direitos se referia a direitos do humano em geral. A realidade ainda não demandava necessidade de direitos específicos para os idosos, ou qualquer grupo. Razão pela qual não encontramos na Declaração Universal dos Direitos Humanos menção específica a idosos.

Entretanto, mesmo a Declaração Universal dos Direitos humanos não fazendo referência explícita às pessoas idosas e aos seus direitos específicos, seus artigos e deliberações compõem decisões que devem ser aplicadas a toda sociedade, na qual está incluído o segmento de pessoas idosas.

Encontramos na propositura referente à proteção de direitos destinados a grupos de pessoas que, porventura, se encontrassem em situação de vulnerabilidade, decorrente de algumas situações geradoras da perda dos meios de subsistência, a velhice é apontada. Percebemos a sua inserção no texto:

#### Artigo 25

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (Brasil, 2003).

Fazendo a leitura compreensiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos, usando a lupa de quem investiga a presença da atenção à oferta educacional, percebemos que o marco normativo dos direitos humanos também preconiza o direito de todos à educação, que no texto é mencionado como direito à instrução:

#### Artigo 26

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento e do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (Ibidem, 2003).

O artigo acima apresenta a educação, na concepção da época nomeada instrução, como direito de todas as pessoas. Com sentido de formação do Ser em sua totalidade, para além de apropriação de conceitos, constituindo-se meio de “pleno desenvolvimento da personalidade humana”.

Reconhecemos que as recomendações manifestas no marco normativo dos direitos humanos compõem fundamentos valiosos para edificações das políticas públicas. Ao tratar dos “direitos humanos em geral”, apresentam contribuições essenciais possíveis de serem aplicadas à elaboração de políticas públicas específicas voltadas à pessoa idosa, incluindo o direito à educação.

A primeira iniciativa com contribuições para o estabelecimento de políticas públicas específicas para população idosa se deu por força da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, convocada pela Organização das Nações Unidas. Ocorrida em Viena, entre 26 de julho a 6 de agosto de 1982. O evento representa o marco internacional da atenção à temática de políticas públicas para população idosa.

Da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento resultou a produção do Plano de Ação Internacional para idosos, o primeiro documento de repercussão mundial, emitido pela ONU, a orientar o envelhecimento mundial. Composto por 66 recomendações dirigidas aos estados membros, o Plano se colocou buscando atender as seguintes metas: fortalecer a capacidade dos países para abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população e atender às preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade, além de, fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento de nova ordem econômica internacional, bem como promover o aumento das atividades internacionais de cooperação técnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento”.

O Plano de Ação Internacional para idosos, elaborado pela ONU na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, 1982, em Viena, inaugurou a sistematização da discussão internacional para proposições de políticas públicas voltadas à pessoa idosa. O papel desempenhado pelo plano foi de abrir portas para acessar e avançar na caminhada de construção de políticas, capazes de atender às demandas do ser na etapa evolutiva mais avançada do ciclo vital.

O documento oficial elaborado na reunião da ONU, com as 66 recomendações para os países membros, não se apresenta facilmente acessível. Essa afirmativa se dá baseada nas tentativas feitas por nós, e no relato de pesquisadores da área, que também fizeram a busca. Compreendemos que as proposições feitas pelo documento encontram-se refletidas nas documentações sistematizadas na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, o que é corroborado em publicação feita acerca desta Assembleia:

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, aprovado na I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, celebrada em Viena, orientou o pensamento e a ação sobre o envelhecimento durante os últimos 20 anos, na formulação de iniciativas e políticas de importância crucial. As questões relacionadas com os direitos humanos dos idosos foram absorvidas na formulação, em 1991, dos Princípios das Nações Unidas em favor dos idosos, nos quais se proporcionava orientação nas esferas da independência, da

participação, dos cuidados, da realização pessoal e da dignidade (Ibidem, 2003).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991, aprovou os Princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas, adotados pela Resolução 46/91. A partir da formulação dos Princípios, as recomendações de Direitos Humanos em favor da pessoa idosa ganharam concretude enquanto orientação normativa.

A elaboração normativa foi desenvolvida observando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, bem como, outras declarações destinadas a aplicação de normas universais a grupos concretos. E ainda em conformidade com o Plano de Ação Internacional para idosos, endossado pela Assembleia Geral na Resolução 37/51 de 3 de dezembro de 1982.

Com base nas normas estabelecidas, os Princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas encorajaram os Governos a incorporar nos seus programas nacionais os dezesseis princípios, divididos em cinco seções. As seções foram estruturadas em torno das dimensões: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade.

Na seção, independência, o princípio 4, indica que: os idosos devem ter acesso a programas adequados de educação e formação. Na seção autorrealização, princípio 16, está posto que os idosos devem ter acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade. Enfatizamos esses princípios pelo sentido que têm de enunciar o preceito do acesso à educação formativa pelos idosos, que ora começava a ser desenhado.

O construto em andamento acerca dos direitos da pessoa humana alcançou na Assembleia Geral da ONU de 1992, mais um passo importante na direção da construção das políticas que temos sistematizadas hoje. A Assembleia aprovou a “Proclamação sobre o Envelhecimento” que estabeleceu o ano de 1999 como o Ano Internacional dos Idosos, concedendo o slogan “Promoção de uma sociedade para todas as idades”.

Nesta Assembleia também foram definidos os parâmetros para elaboração de marco conceitual sobre a questão do envelhecimento, produzido em 1995. Em contínuo com a Proclamação sobre o Envelhecimento de 1992, foram estabelecidas quatro dimensões para discussão acerca de uma “sociedade para todas as idades”, sendo elas: a situação dos idosos, o desenvolvimento individual continuado, as relações multigeracionais e a inter-relação entre envelhecimento e desenvolvimento social.

Em 1999 foi comemorado o Ano Internacional do Idoso. Os países membros das Nações Unidas foram orientados a aplicar os cinco princípios básicos em favor dos idosos adotados na Assembleia de 1991. Relembrando-os: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade.

Podemos considerar que a década de 1990 teve particular importância na gestação de movimentos favoráveis à criação de nova concepção sobre idosos. Em que estes deveriam mudar do status de subgrupo populacional vulnerável e dependente para segmento populacional ativo e atuante na promoção do bem-estar de si mesmo e de toda a sociedade.

Certamente, essa mudança não é passível de ser realizada automaticamente, mas progressivamente. Entendemos que essa modificação requer tempo para ser processada, para impactar e reverberar nos “mundos sociais/culturais”. Assim, reconhecemos que essa mudança de concepção ainda se encontra em construção.

Passados 20 anos da primeira iniciativa de orientação normativa da ONU aos países membros acerca da condução do envelhecimento, aconteceu em Madri a Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. O tempo decorrido entre a Primeira e Segunda Assembleia, de 1982 a 2002, constitui relevante marco temporal na construção dos direitos do idoso. Nele foram instauradas estratégias definidoras das orientações normativas que estavam em elaboração.

A Segunda assembleia produziu dois documentos: A Declaração política, composta por 19 artigos, e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. A elaboração destes documentos se deu perspectivando o enfrentamento dos desafios colocados pelo envelhecimento da população no século XXI.

A Declaração Política apresenta em seu Artigo 1º, a adoção de um Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento para responder às oportunidades e desafios postos pelo envelhecimento populacional do século XXI; defendendo a promoção de uma sociedade para todas as idades, adotando medidas em nível nacional e internacional em três direções prioritárias: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem estar na velhice, e criação de um ambiente propício e favorável.

No Artigo 2º, o aumento da expectativa de vida é celebrado como uma das maiores conquistas da humanidade. Ao mesmo tempo, aumentar as oportunidades das pessoas idosas aproveitarem ao máximo suas capacidades de participação em todos os aspectos da vida é tratado como um desafio. Visto que, o maior e mais rápido aumento está ocorrendo nos países em desenvolvimento.

O Artigo 3º reafirma os princípios e as recomendações contidas no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, feito pela Assembleia das Nações Unidas, em 1982, e os princípios da Nações Unidas em favor dos idosos aprovados pela Assembleia Geral, em 1991.

O Artigo 5º reafirma, dentre outras coisas, o compromisso de promover a democracia, o estado de direito, a promoção e proteção do direito ao desenvolvimento. Comprometendo-se com a eliminação de todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação por motivo de idade. Reconhecendo que as pessoas, à medida que envelhecem, devem desfrutar de uma vida plena, com saúde, segurança e participação ativa na vida econômica, social, cultural e política de suas sociedades. Além disso declara elevado reconhecimento da dignidade dos idosos e contraposição a todas as formas de abandono, abuso e violência.

O Artigo 7º propõe incluir o tema do envelhecimento nos programas de desenvolvimento dos países. O Artigo 10º ressalta o potencial que têm os idosos para o desenvolvimento futuro, demonstrando a perspectiva de valorizar a contribuição que o idoso pode oferecer à sociedade, incluindo sua participação na produção econômica.

No Artigo 12º a participação do idoso na vida econômica, política, social e cultural de sua sociedade é tratada como meio para atender a expectativas/necessidades econômicas dos idosos e da sociedade. O idoso deve ter a oportunidade de continuar a ser produtivo no trabalho que deseja e é capaz de fazer. Deve continuar a ter acesso aos programas de capacitação. O Artigo também realça a necessidade de oferecer sistemas adequados e sustentáveis de apoio social a pessoas idosas.

No Artigo 14º é reconhecida a necessidade de conseguir progressivamente a plena realização do direito de todos de desfrutar do mais alto grau de saúde física e mental que possam obter. Sendo este, um objetivo social, possível de ser alcançado com adoção de medidas em setores sociais e econômicos, além do setor da saúde.

O Artigo 17º define os governos como principais responsáveis pela iniciativa das questões relativas ao envelhecimento e a aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002. Destaca a indispensável colaboração entre governos nacionais e locais, organismos internacionais, idosos e suas organizações, bem como, de setores da sociedade civil.

Dentre os dezenove artigos que compõem a Declaração Política de 12 de abril de 2002, oito foram recortados e trazidos para esse texto com a finalidade de apresentar a Declaração em linhas gerais e de forma mais enxuta. Bem como, mostrar pontos centrais do

documento que declara a proposta da Segunda Assembleia para compor o Plano de Ação. A observância de tais pontos ajuda a apreender “o que” se apresenta nas orientações às políticas públicas para população idosa. Buscando visualizar as voltadas ao direito à educação.

O segundo documento elaborado na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002, constitui propositura de adoção de medidas que vinculem o envelhecimento à dinâmica do desenvolvimento social, econômico e aos direitos humanos. Ele preconiza incorporar o envelhecimento aos programas mundiais.

Na perspectiva de nortear a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às questões do envelhecimento populacional alcançado no século XXI, o Plano objetivou:

[...]garantir que em, todas as partes, a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos. Sem deixar de reconhecer que as bases de uma velhice sadia e enriquecedora são lançadas em uma etapa inicial da vida. O objetivo do Plano é oferecer um instrumento prático para ajudar os responsáveis pela formulação de políticas a considerar as prioridades básicas associadas com o envelhecimento dos indivíduos e das populações (Ibidem, 2003).

O Plano recomenda que o potencial da população que envelhece seja aproveitado como base para o desenvolvimento futuro, defendendo que “o envelhecimento da população é uma força universal e tem tanto poder para modelar o futuro como a globalização”. Tais recomendações assentam-se em dupla necessidade, envolvendo a sustentabilidade da sociedade capitalista e da pessoa idosa.

A pessoa idosa, enquanto ser que se não for adequadamente conduzido em seu desenvolvimento, tende ao declínio e dependência acentuada, (pre)ocupa o interesse econômico global. Realidade provoca(dor)a do movimento de minimização das repercussões negativas do fenômeno da transformação populacional em andamento. Realidade que ameaça com o aumento do percentual da população idosa a patamar elevado. Que será insustentável, caso os governos, as sociedades, e o próprio idoso não sejam preparados para reverter algo ameaça(dor) em ganhos econômicos e sociais.

As recomendações do Plano foram traçadas vislumbrando concretizar as possibilidades que o envelhecimento oferece ao desenvolvimento econômico e social. Incluindo avanços qualitativos ao próprio idoso. Para tanto, mudanças de atitude, promovidas pelas políticas e pelas práticas, em todos níveis e setores da sociedade precisam ser processadas.

A perspectiva expõe o sentido de que gerar condições para o bom desenvolvimento de idosos é antes de tudo uma necessidade global. Se a pessoa se desenvolve e envelhece com condições de boa formação e aprendizagem, cuidados com a saúde, com dignidade de experienciar a vida de “um ser de direitos”, certamente, se constitui com potencial mais elevado para contribuir com o bem-estar coletivo e individual.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento oferece elementos com potencial de impactar, também, na miopia social. Esta que vem sendo refletida nas formas de atuar de diversos setores da sociedade. Incluindo agentes sociais que compõem o mundo do “público” e do “privado”, detentor de poderes para fazer a “gestão de todos”.

Os 35 objetivos e as 239 recomendações para adoção de medidas, feitas pelo documento do Plano de Ação, visando o enfrentamento dos desafios e potencialização das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo envelhecimento populacional, organizam-se em três direções prioritárias: Os idosos e o desenvolvimento; promover a saúde e o bem estar até a chegada da velhice; e criar ambientes propícios e favoráveis.

Estas três direções estabelecidas pelo Plano, recebem a nomenclatura de orientações prioritárias. Instituído a Orientação prioritária I, Orientação prioritária II e Orientação prioritária III.

A Orientação prioritária I, apresenta recomendações para a formulação e aplicação de políticas voltadas para ‘os idosos e o desenvolvimento’. Estando a Orientação estruturada em oito temas, cada um deles estabelecendo entre um e três objetivos. Em linhas gerais, esta orientação volta-se para a indicação de que as pessoas idosas participem de forma plena do processo de desenvolvimento da sociedade, bem como, dos benefícios alcançados. Com esta finalidade, realça a necessidade urgente de adoção de medidas que alcancem a permanente integração e capacitação das pessoas.

Nesta orientação destacamos o tema 4, que trata do “Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação”. Nele é defendida a adoção de políticas garantidoras de acesso à educação e a capacitação durante toda vida, visto que estas são indispensáveis à condição de “produtividade” das pessoas e das nações.

Ainda no Tema 4, é manifestada também a preocupação com a realidade dos países em desenvolvimento por deterem grande número de pessoas que “chegam à velhice com mínimos conhecimentos das primeiras letras e de aritmética fundamental, o que limita a capacidade de ganhar a vida, constituindo um obstáculo para gozar de saúde e bem-estar.

O Objetivo 1, do Tema 4 recomenda: “Igualdade de oportunidade durante toda a vida em matéria de educação permanente, capacitação e reabilitação, assim como de orientação profissional e acesso a serviços de inserção no trabalho. Para o atingimento do objetivo sete medidas são propostas, dentre as quais destacamos:

- a) Obter melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos para o ano de 2015, particularmente para mulheres, e oferecer acesso equitativo à educação básica e permanente para os adultos;
- b) estimular e promover a capacitação fundamental nas primeiras letras e em aritmética dos idosos e dos membros mais velhos da força de trabalho, incluída a alfabetização especializada e a capacitação em informática para idosos com incapacidades;
- c) aplicar políticas que promovam o acesso à capacitação e à reabilitação de trabalhadores idosos e incentivá-los a continuar usando os conhecimentos e as técnicas adquiridas depois de aposentados; (Ibidem,2003).

O destaque para as três primeiras medidas se dá por estas estarem mais voltadas às oportunidades educativas e promoção da obtenção de conhecimentos. Enquanto as demais, não citadas aqui, voltam-se para a preparação da pessoa idosa para inserção no trabalho, destacam a relação entre capacitação e produtividade, e convencimento de empregadores e empregados sobre as vantagens da capacitação e da educação permanente de idosos.

O Objetivo 2, do Tema 4 recomenda: Plena utilização das possibilidades e dos conhecimentos de pessoas de todas as idades, reconhecendo os benefícios frutos de uma experiência adquirida com a idade. Para o alcance do objetivo seis medidas são propostas, dentre as quais destacamos duas:

- a) Estudar medidas que permitam aproveitar plenamente o potencial e os conhecimentos de idosos na educação;
- f) incentivar o aproveitamento do potencial e dos conhecimentos de idosos em matéria social, cultural e educativa. (Ibidem,2003).

Se por um lado as medidas constituem possibilidades de inclusão/valorização do idoso, por outro a sociedade pode se beneficiar com a sabedoria que o idoso carrega e pode oferecer.

Esclarecemos que o motivo para ênfase aqui dada à Orientação Prioritária I decorre dela ser a que trata, de forma mais direta, das recomendações relativas a educação no mundo do idoso.

A Orientação prioritária II, aponta recomendações para elaboração e desenvolvimento de políticas para ‘promover a saúde e o bem-estar até a chegada da velhice’. Sendo composta por seis temas, cada um apontando entre um e quatro objetivos.

A Orientação prioritária III é constituída de recomendações para o estabelecimento de políticas para ‘criar ambientes propícios e favoráveis’, configurada com quatro temas, cada um delineando entre um e três objetivos.

O documento, de maneira geral, aponta que o cumprimento das orientações conduzem a resultados positivos na construção de uma sociedade mais sustentável. Defendendo que o grau de segurança vividos pelos idosos depende, essencialmente, dos avanços alcançados nas três direções indicadas pelo Plano. Considera que os ajustes orientados, aplicados concretamente, produzirá a construção de um mundo que envelhece com êxito. No qual o indicador do alcance exitoso se dará pela melhoria da qualidade de vida dos idosos e da sustentabilidade dos diversos sistemas, formais e informais, assentados na concepção de bem-estar do humano a ser experienciado em todo ciclo vital.

As recomendações dadas pelo Plano de Madri compõem a primeira sistematização documental normativa a tratar de forma abrangente as demandas do envelhecimento em nosso século. Com o propósito de buscar caminhos para uma ação global o plano se configura com caráter amplo e de “alto grau de generalização”. Em que o atendimento às diversidades regionais, às condições sociais e culturais de cada região são difíceis de serem alcançadas.

A aplicação do Plano requer ações sustentadas nos níveis regionais e nacionais, irradiada por todos os setores que compõem a configuração regional e nacional. Neste horizonte, a construção normativa segue sendo trabalhada pelos órgãos regionais vinculados às Nações Unidas, a saber: Comissão Econômica para a Europa, Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Comissão Econômica para a Ásia Ocidental e Comissão Econômica para a África.

Esses órgãos passaram a assumir a responsabilidade de elaborar e implantar estratégias próprias para aplicar as recomendações do Plano de Madri, levando em conta as especificidades de suas regiões e as necessidades dos idosos em cada uma delas (Camarano; Pasinato, 2004).

De 2002 até nossos dias, movimentos de abrangência regional vêm acontecendo sistematicamente. Neles, esforços vêm sendo envidados para adequar a aplicação do Plano em realidades particulares.

Os eventos ocorridos na região em que se insere o Brasil, são liderados pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Eles constituem os movimentos que se ocupam da aplicação do Plano de Madri à realidade da América Latina e do Caribe. Aproximando a região, gradualmente, da aplicação das recomendações globais e oferecendo contribuições para adaptá-las à realidade nacional, estadual e municipal.

A ênfase particular que vem se apresentando em avaliações e proposituras realizadas no âmbito da América latina, volta-se principalmente para a preocupação com a proteção dos direitos humanos e com a necessidade de provisão das necessidades básicas da população idosa. Dentre elas, o acesso a renda, cobertura integral dos serviços de saúde, educação e moradia em condições dignas (Ibidem, 2004). Fato que denuncia a limitada condição social em que vive nosso povo.

A CEPAL assumiu a responsabilidade de implementar o Plano de Ação de Madri, e torná-lo plano de ação regional. Para tanto, vem organizando/realizando, junto a países membros da região, conferências que discutem e implementam estratégias para aplicação do Plano na América Latina e Caribe.

No período de 19 a 21 de novembro de 2003 foi realizada, em Santiago do Chile, a Primeira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento. Com caráter extensivo da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, deu início ao estabelecimento de Estratégia Regional para a América Latina e o Caribe aplicarem as recomendações feitas em Madri, 2002.

Em 2007, entre 4 e 6 de dezembro aconteceu em Brasília, capital do Brasil a Segunda Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento: rumo a uma sociedade para todas as idades e proteção social baseada em direitos. O evento teve como objetivo avaliar os resultados alcançados na implementação da estratégia adotada pela Primeira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento. Bem como, identificar os desafios e prioridades para os cinco anos seguintes.

Os temas pautados além de refletir as recomendações do Plano de Ação de Madri e sua estratégia regional para a América Latina e o Caribe, se referenciaram nos acordos estabelecidos sobre a situação dos idosos no Programa de Ação da Conferência Internacional

sobre População e Desenvolvimento, Cairo 2004, e na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995.

O tema central “Lidar com os desafios e oportunidades do envelhecimento”, conduzido à luz dos critérios de “uma sociedade para todas as idades” e proteção social baseada em direitos, foi discutido em quatro sessões temáticas: Área Prioritária I – Pessoas Idosas e Desenvolvimento; Área Prioritária II - Saúde e bem-estar na velhice; Área Prioritária III – Habilitando e habitando ambientes; Aplicação e monitorização da Estratégia Regional para o Envelhecimento.

A partir da Segunda Conferência Regional a periodicidade do evento se tornou quinzenal. A Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento foi realizada na cidade de San Jose, Costa Rica, no período de 8 a 11 de maio de 2012, com o tema “Envelhecimento, solidariedade e proteção social: é hora de caminhar para a igualdade”. A reunião teve também um sentido comemorativo pelos 10 anos do Plano de Ação Internacional de Madri.

O objetivo da conferência foi examinar os resultados alcançados na aplicação dos compromissos internacionais assumidos pelos países membros da CEPAL na Declaração de Brasília, adotada em 2007. Bem como, identificar ações-chave a serem implementadas nos cinco anos subsequentes.

Em 2015 foi aprovada a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos direitos Humanos dos Idosos. Ela constitui importante documento por culminar toda orientação normativa até então, conforme citado no próprio documento:

Recordando o estabelecido nos Princípios das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas (1991), a Proclamação sobre o Envelhecimento (1992), a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2002), bem como os instrumentos regionais, tais como a Estratégia Regional de Implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2003), a Declaração de Brasília (2007), o Plano de Ação da Organização Pan-Americana da Saúde sobre a Saúde dos Idosos, Incluindo o Envelhecimento Ativo e Saudável (2009), a Declaração de Compromisso de Port of Spain (2009) e a Carta de San José sobre os direitos do idoso da América Latina e do Caribe (2012);

Reafirmando toda orientação existente até então, a Convenção Interamericana pactua, de forma ampla e integral, pela promoção e proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Este é o primeiro documento, específico sobre os direitos da pessoa idosa, juridicamente vinculante. Subscrita pelo Brasil, está dependendo de aprovação pelo congresso nacional, para qual foi enviada em 2017.

A convenção Interamericana é um documento normativo que expressa a configuração do direito do idoso à educação, definindo pontos de observância às demandas educacionais em suas especificidades.

No Capítulo IV – Direitos Protegidos, Artigo 20 – Direito à educação estabelece que:

O idoso tem direito à educação em igualdade de condições com outros setores da população e sem discriminação, nas modalidades definidas por cada um dos Estados Partes, a participar de programas educativos existentes em todos os níveis e a compartilhar seus conhecimentos e experiências com todas as gerações. Os Estados Partes garantirão o exercício efetivo do direito à educação do idoso e se comprometem a:

- a) Facilitar ao idoso o acesso a programas educativos e de formação adequados que permitam o acesso, entre outros, aos diversos níveis do ciclo educativo, a programas de alfabetização e pós-alfabetização, formação técnica e profissional e à educação permanente contínua, em especial aos grupos em situação de vulnerabilidade.
- b) Promover o desenvolvimento de programas, materiais e formatos educativos adequados e acessíveis ao idoso, que atendam suas necessidades, preferências, aptidões, motivações e identidade cultural.
- c) Adotar as medidas necessárias para reduzir e, progressivamente, eliminar as barreiras e as dificuldades de acesso a bens e serviços educativos no meio rural.
- d) Promover a educação e formação do idoso no uso das novas tecnologias da informação e das comunicações (TICs) para minimizar a brecha digital, geracional e geográfica e aumentar a integração social e comunitária.
- e) Formular e implementar políticas ativas para erradicar o analfabetismo do idoso, em especial das mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade.
- f) Fomentar e facilitar a participação ativa do idoso em atividades educativas, tanto formais como informais.

Na sequência histórica dos acontecimentos que impactam as políticas públicas em construção na região latino-americana, tivemos a Quarta Conferência ocorrida em Assunção, Paraguai, no período de 27 a 30 de junho de 2017. Ela teve como objetivo examinar os resultados alcançados no cumprimento dos compromissos assumidos pelos países membros da CEPAL na carta de San Jose sobre o direito dos idosos na América Latina e no Caribe. Além de identificar ações-chave para ampliar a proteção dos direitos dos idosos no quinquênio seguinte, especificamente as que facilitem a implementação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Em dezembro de 2020 a Assembleia Geral da ONU declarou “A Década do Envelhecimento Saudável 2021 a 2030”. Esta iniciativa constitui estratégia para construção de uma sociedade para todas as idades, buscando melhorar a vida das pessoas idosas em uma realidade reveladora do rápido envelhecimento populacional. Fenômeno verificado com ritmo ainda mais acelerado na América Latina e no Caribe.

A proposta é de mobilização de governos, sociedade civil, agências internacionais, profissionais, academia, meios de comunicação e setor privado para ações de promoção de acesso a condições de vida digna e participação plena na sociedade. A iniciativa segue orientações anteriores, dentre elas: A Declaração Política e o Plano de Ação da Nações Unidas de Madri sobre o Envelhecimento; a Estratégia Global e o Plano de Ação da Organização Mundial da Saúde sobre o Envelhecimento e Saúde 2016 – 2020. Que, para a região das Américas, é estendida, pela Organização Pan-Americana da Saúde, para a década 2021-2030.

Seguindo a evolução histórica do movimento latino-americano em prol das políticas públicas para a pessoa idosa temos a Quinta Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento, realizada entre 13 e 15 de dezembro de 2022, em Santiago do Chile. Ela teve a incumbência de avaliar os resultados alcançados no cumprimento dos compromissos assumidos pelos países membros do CEPAL na carta de San Jose, sobre os direitos dos idosos na América Latina e no Caribe; e apresentar os avanços nas políticas públicas direcionadas ao idoso. Além de definir as ações-chave para ampliar a proteção dos direitos dos idosos nos cinco anos vindouros.

Neste evento foi planejado a apresentação dos resultados da quinta conferência na conferência mundial, em 2023, com o teor de visão da América Latina e do Caribe sobre o idoso e as ações que comprometem o avanço da promoção de bem-estar do setor populacional.

À guisa de perceber o que se manifesta no horizonte das políticas públicas para a pessoa idosa, chama a atenção a forma como as orientações normativas estão sendo desenhadas pelas iniciativas internacionais. Em que planos de ação vêm sendo engendrados em dimensão política/econômica e social. Gestado em um “mundo macro”, colonizador, para ser aplicado também em “mundos micro”, colonizados.

Entre esses mundos há cores e nuances muito distintas a exigir “muita arte” para a produção de uma paisagem agradável, que exprima boniteza humana ao fundo, e apresente o idoso como figura.

As políticas públicas estruturadas, entre 1949 e 2022, revelam em suas proposituras a defesa suprema dos interesses econômicos. Ao mesmo tempo em que engendram um caminho alternativo para aplicação de propostas elaboradas com o intento de contornar o desafio de construir um mundo para todos, um mundo para todas as idades. Eis a forma manifesta nas orientações normativas de promoção e proteção de direitos da pessoa idosa!

É grande o esforço para articular a primazia do interesse econômico e os direitos humanos da pessoa idosa. Há avanços na conquista/preservação de direitos. Contudo, aquém das demandas. Não podemos pasteurizar as orientações dadas para elaboração das políticas públicas da força que tem o poder capitalista financista e sua fome predadora.

Na consideração específica do direito do idoso à educação, percebemos que este está a serviço da sustentabilidade econômica. A proposta de promoção do “modo idoso ativo” se apresenta muito mais como forma estender o tempo de vida do idoso enquanto “contribuinte”, sendo voluntário social, geralmente cobrindo lacunas produzidas pelas desigualdades, que como direito de dedicar-se mais a si mesmo e acrescentar mais vida aos seus anos.

Importante esclarecer que o “modo idoso ativo” é benéfico e necessário ao idoso, à sociedade e própria economia do século XXI. A questão levantada refere-se à proporcionalidade entre o atendimento aos direitos e o atendimento aos interesses econômicos.

O direito da pessoa idosa, especialmente o direito à educação, ecoa sentidos desvela(dor)es de uma proposta que visa preparar o Ser, via educação permanente e capacitação para o trabalho, para oferecer participação estendida à construção das sociedades, e amparo às novas gerações.

O sentido da pessoa idosa enquanto ser de direito, com especificidades para aprender e se desenvolver, é pautado na maioria dos documentos normativos, de forma superficial, indireta, pouco perceptível, quase inexistente.

Reconhecemos que toda construção normativa, trilhada desde a Declaração dos Direitos Humanos até os documentos elaborados mais recentemente, cria possibilidades para a educação como meio de permitir que o Ser se desenvolva por toda vida. Contudo, parte do caminho ainda está em construção, e levaremos mais tempo para alcançar a educação como prática de promoção de desenvolvimento do ser idoso em si mesmo e com a sociedade.

Políticas públicas de iniciativas educacionais precisam avançar frente a complexidade do processo de desenvolvimento e formação educativa da pessoa idosa. Para tanto, impescinde valorizar o idoso e seu conhecimento/sabedoria, forjado na formação educativa e experiência de mundo. É necessário promover atualização da concepção de idoso e seu

papel social nas culturas. Fomentar a visualização da imagem positiva do Ser em envelhecimento na “sociedade que se pretende grande”.

As iniciativas internacionais para elaboração de políticas públicas, no recorte temporal compreendido entre 1948 e 2022, não apresentam normas jurídicas vinculantes, ou seja, que tenham caráter de obrigatoriedade. Dessa forma, as proposituras internacionais até então apresentam um vazio legal vinculante, facultando o atendimento das orientações normativas. Além do vazio legal vinculante, as realidades, sobretudo no mundo latino americano, padecem a falta de investimento cultural/educacional que alcance integrar a pessoa idosa ao desenvolvimento social e econômico.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, a cronologia do movimento normativo internacional, desbravador do direito da pessoa idosa.

#### **QUADRO 1 – Síntese das orientações normativas internacionais ao direito da pessoa idosa**

1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Marco da atenção à temática de políticas públicas para população em geral
1982	Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (Viena)	Marco da atenção à temática de políticas públicas para população idosa.
1991	A assembleia geral da ONU	Aprovação de princípios em favor das pessoas idosas
1992	Aprovação da Proclamação sobre o envelhecimento	Sociedade para todas as idades
1995	Marco conceitual sobre envelhecimento	Estabelece quatro dimensões
1999	Ano Internacional dos Idosos	Promoção de uma sociedade para todas as idades
2002	Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (Madri)	A Declaração política; Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento.
2003	Primeira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento	Estratégia Regional para a América Latina e o Caribe
2007	Segunda Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento	Declaração de Brasília - Brasília/Brasil
2012	Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento	Carta de San Jose
2015	Convenção Interamericana sobre a Proteção dos direitos Humanos dos Idosos.	Primeiro documento vinculante/direitos da pessoa idosa
2017	Quarta Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento	Ações para implementação da Convenção Interamericana
2020	Assembleia geral da ONU	Declara década do envelhecimento saudável (2021-2030)
2022	Quinta Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento	Apresentar os avanços nas políticas públicas

Fonte: elaborado pela autora.

A elaboração do quadro buscou oferecer ao leitor, um panorama geral, de forma compacta, das orientações normativas internacionais, historicamente construídas. Extenso material normativo, composto pelas primeiras iniciativas de discussão das questões relacionadas à pessoa idosa, que conseguiram pautar o envelhecimento internacionalmente. Alcançando a sistematização de diretrizes internacionais.

## **1.2 Panorama Nacional**

O Brasil, figura como signatário do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, e demais assembleias e conferências internacionais que gravitam em torno das questões humanas. Pelos compromissos firmados, tem desempenhado papel relevante na defesa e promoção dos direitos humanos. Bem como, tem marcado posição na luta firme pelo estado democrático de direito. O que tem permitido alcançar significativas conquistas para o povo brasileiro.

Como estado membro participante da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento de Madri, 2002, e da Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento, liderada pela CEPAL, realizada em cinco edições (2003, 2007, 2012, 2017, 2022), vem assumindo as responsabilidades que competem aos estados nacionais para com a pessoa idosa.

A aplicação das recomendações definidas pelo Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, adaptadas à realidade latino americana pelas conferencias conduzidas pela CEPAL, está em andamento. As políticas públicas para a pessoa idosa vêm sendo desenvolvidas na observância do que foi proposto como medidas para planos nacionais.

Fazendo um recorte do que o Plano de Ação de Madri aponta para constituir as medidas no Plano Nacional, destacamos as ideias centrais que nele se apresentam:

- Os governos têm a responsabilidade primordial de aplicar as recomendações gerais do Plano de Ação Internacional;
- A primeira medida necessária para que as recomendações gerais do plano tenha êxito é incorporar o envelhecimento e os problemas dos idosos aos marcos nacionais de desenvolvimento e às estratégias nacionais de erradicação da pobreza;
- O progresso na aplicação do plano requer estabelecimento de colaboração entre governos, sociedade civil e setor privado. Além de ambiente propício,

pautado na democracia, no império da lei, no respeito aos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e no bom governo;

- Haverá de se promover mecanismos institucionais de seguimento do plano, criando organismos encarregados do envelhecimento e comitês nacionais. Estes com representantes de setores da sociedade civil, especialmente organizações de idosos. Que podem contribuir como mecanismos nacionais de assessoramento e coordenação sobre envelhecimento.

Percebemos que a construção normativa internacional constitui relevante contribuição norteadora para o Brasil, visando seguir na luta pelo respeito ao direito de todos. Retornaremos a essa discussão acerca da relação das ações nacionais brasileiras com as ações arquitetadas internacionalmente. Antes porém, teceremos algumas considerações acerca da histórica atenção brasileira aos direitos das pessoas de mais idade, que antecede os movimentos internacionais reverberados em políticas públicas brasileiras.

A partir da leitura de Camarano e Pasinato, 2004, vimos que a atenção ao envelhecimento não é algo recente na agenda das políticas brasileiras. O Brasil é um dos países latino-americanos pioneiros na implantação de políticas de garantia de renda para população trabalhadora.

A primeira iniciativa no âmbito da proteção social no Brasil aconteceu no período colonial, quando instituições de caráter assistencial foram criadas, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Também no período imperial acontecimentos com sentido de política de garantia de renda são identificados. Haja vista, os montepios civis e militares e outras sociedades beneficentes. E o mais curioso: em 26 de março de 1888, por força do Decreto 9.912-A, a aposentadoria dos empregados dos correios foi regulamentada. Concedendo o direito da aposentadoria àqueles que completassem 30 anos de serviço e 60 anos de idade.

As primeiras experiências assistenciais/previdenciárias datadas do Brasil colônia/imperial constituem marcos para as políticas previdenciárias sistematizadas no século XX. E podem revelar que a (pre)ocupação com as especificidades do envelhecimento, e os desdobramentos de demandas relativos a esse processo, sejam mais antigos do que se presume.

No desenho histórico das políticas públicas brasileiras, é mostrado que na terceira década do século XX um certo modelo de política de bem-estar social, envolvendo previdência social, saúde, educação e habitação, se colocou no cenário.

O paradigma de políticas de bem-estar no estado brasileiro, pouco a pouco, foi sendo alterado a partir de impactos oriundos de pressão da sociedade civil, grupos políticos, organismos científicos, dentre outros.

Nesse horizonte, as políticas direcionadas a pessoa idosa, nos anos 1960 são impactadas por relevantes iniciativas oriundas da SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, e do SESC - Serviço Social do Comércio.

Essas instituições ofereceram contribuições fundamentais para o despertar da sociedade para questões do envelhecimento. A SBGG, criada em 1961, se colocou com o objetivo de estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com demais organizações interessadas em atividades educacionais, assistenciais e de pesquisas relacionadas com o envelhecimento (Camarano e Pasinato, 2004). Com esse leque de atuação, a SBGG inaugura possibilidade ampla de atuação nas questões do envelhecimento brasileiro.

Outra atuação histórica que demarcou vanguarda na condução das questões do envelhecimento brasileiro foi desenvolvida pelo SESC. Em 1963, momento em que, até então, as instituições que cuidavam da população idosa prestavam apenas atendimento asilar, o SESC deu os primeiros passos no trabalho destinado a idosos inovando a assistência social ao idoso. Com um grupo de comerciários, em São Paulo, iniciou um trabalho socioeducacional, voltando-se preventivamente às possíveis mazelas que o desamparo e a solidão vividas pelos idosos poderiam desencadear.

Ao mesmo tempo em que instituições, progressivamente, foram desenvolvendo ações fundamentais para construção das políticas direcionadas aos idosos, a sociedade foi se constituindo agente nas reivindicações do interesse deste segmento da população. Nesse contexto é sinalizada a criação da União dos Aposentados e pensionistas do Brasil, em 1961.

Ao longo dos anos 1970 foram sendo construídos meios para a prestação de assistência ao idoso. Em 1974 surgiram iniciativas de assistências ao idoso por parte do governo federal, composta de uma ação preventiva e outra custodial. A primeira desenvolvida em centros sociais da sociedade civil e do INPS - Instituto Nacional de previdência Social. A segunda prestando assistência no formato internação custodial. Oferecida aos que apresentavam desgaste físico e mental, insuficiência de recursos, inexistência de família ou abandono por ela.

Outra iniciativa do governo federal para atender “idosos carentes” se deu na década de 70. Foram criados dois benefícios não contributivos: aposentadoria para os trabalhadores rurais, e a RMV - Renda Mensal Vitalícia para necessitados urbanos e rurais.

Essas duas primeiras iniciativas federais se deram no âmbito da política previdenciária, e adotaram medidas de proteção ao “idoso necessitado”. Ambas ofereciam amparo material mínimo à sobrevivência do idoso. Corroborando a concepção de “idoso deficitário”, predominante até então.

Em 1976 foi editado pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social o primeiro documento com diretrizes para uma política social à população idosa. A ideia foi elaborada a partir da identificação das condições de vida dos idosos brasileiros e do apoio assistencial disponível para o atendimento das necessidades deles. O conhecimento de tal realidade se baseou no que foi posto em seminários regionais, realizados em três capitais brasileiras, e em um seminário nacional.

Merece atenção o fato de que uma das três capitais a sediar os seminários regionais foi Fortaleza, Ceará. Local em que brota, no ano de 1977 a ACEPI - Associação Cearense Pró-idosos, constituindo-se importante organização social a pleitear o atendimento às demandas dos idosos.

Destacamos que até a década de 70 as políticas propostas pelo governo brasileiro para a população idosa, estiveram circunscritas ao provimento de renda para os que haviam trabalhado, e de assistência social para os idosos necessitados/dependentes. Realidade denuncia(dor)a da concepção do envelhecimento como fase marcada pela decadência do ser. Bem como, da existência de um setor populacional idoso mantido no lugar de seres vulneráveis e dependentes. Essa foi a realidade predominante no obscuro momento histórico.

Ao longo dos anos 1980, um horizonte menos (des)humanizado gradualmente foi sendo desenhado. Uma mudança de visão, provocada por múltiplos motivos, foi sendo processada. Dentre os motivos destacamos o impacto do debate internacional em torno das questões do envelhecimento populacional e o processo de redemocratização que se desenvolvia no Brasil.

A consolidação dos direitos humanos em geral, refletidos nos direitos específicos do idoso, materializado em 1982 por força das 66 recomendações feitas pelo Plano de Ação de Viena, repercutiu fortemente na dinâmica brasileira. Forneceu fundamentos e acelerou a construção de ordenamento jurídico de defesa e proteção de direitos para pessoa idosa. Além disso, o Brasil sendo signatário deste documento, o primeiro a orientar o envelhecimento mundial, tinha também o compromisso de aplicar as orientações dadas.

Nessa configuração, a atmosfera política e social passa a gerar cada vez mais manifestações de uma sociedade envolvida com o atendimento de demandas da população em

envelhecimento. Nestas circunstâncias surge, em 1984, a COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Bem como, a ANG - Associação Nacional de Gerontologia, em 1985. Estas instituições favoreceram ações, políticas e técnicas, de atenção, defesa e promoção dos direitos. Que somados a todas as ações historicamente construídas pelo Estado e pela sociedade civil, culminaram, em 1988, no estabelecimento de direitos, sobretudo na dimensão da seguridade social.

O caminho feito pelo Estado Brasileiro, como signatário, nos eventos internacionais para orientação da condução do envelhecimento mundial, e a história evolutiva dos movimentos da sociedade, foram exitosos e garantiram conquistas importantes. Tais realizações foram materializadas pelo amplo debate acontecido no processo constituinte, que integrou, propositivamente, o tema do envelhecimento. O que resultou na incorporação do tema ao texto constitucional no capítulo que trata das questões sociais.

A promulgação da Constituição Federal, de 1988, representa a primeira grande conquista do avanço das políticas de proteção social aos idosos brasileiros. Ela incorporou ao ordenamento, o sentido de direito de cidadania. Dessa forma, ampliou o conceito de seguridade social, superando aceção de proteção social vinculada estritamente à dimensão social, trabalhista e assistencialista.

A Constituição Cidadã, forma como é tratada Constituição de 1988, foi a primeira a ter um título nomeado “Da Ordem Social”. Este, Título VIII, estabelece pelo “Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.

No mesmo título, o Capítulo III – Da educação, da Cultura e do Desporto, apresenta na Seção I – Da educação, o “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Este constitui o único artigo do capítulo que trata da educação, aplicável ao idoso, na medida em que se refere a este enquanto parte de “todos”. Não há qualquer menção específica ao direito do idoso à educação. Ao passo que coloca especificidades direcionadas a outros segmentos etários.

Ainda no mesmo título, o capítulo VII - “Da Família, da Criança, do adolescente, do jovem e do idoso”, no artigo que estabelece sobre a proteção dos entes referidos no caput, estabelece:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A proteção firmada pelo artigo envolve a criança, o adolescente o jovem, e não se refere ao idoso. Contudo há um outro artigo que trata especificamente do amparo ao idoso: “Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

A carta magna institui os direitos básicos de todos os cidadãos e fundamenta a elaboração de normatizações específicas. Portanto, a partir dela as normatizações específicas para as políticas da pessoa idosa são desenvolvidas. A carta constitucional representa um grande farol a iluminar o caminho em construção para atendimento das necessidades das pessoas em envelhecimento. Da mesma forma que a menção da proteção social da pessoa idosa no texto constitucional reflete anseios da sociedade, e o reconhecimento da importância que a questão tem para a nação.

Seguindo os desdobramentos da promulgação da carta magna e a evolução no estabelecimento dos direitos cidadãos, em 1993 foi promulgada a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Esta delibera a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, política de seguridade social não contributiva a prover as minorias sociais. Desempenhada por conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

O objetivo da LOAS é exercer a proteção social para garantir a vida, reduzir danos. Proteger a família, a criança, adolescente, a maternidade e a velhice. Este é um instrumento normativo que assume de forma específica o que foi apregoado na carta constitucional no âmbito do Título VIII “Da Ordem Social”.

Dando seguimento à materialização, historicamente construída, dos instrumentos legais para garantia de direitos dos cidadãos. Eis que é instituída a PNI - Política Nacional do Idoso, que assegura os direitos sociais do idoso, por força da Lei N°. 8842, de 4 de janeiro de 1994. Lei promulgada em 1994 e regulamentada em 1996.

A lei cria o CNI - Conselho Nacional do Idoso, e assume a finalidade de assegurar os direitos sociais do idoso arregimentando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Destacando alguns recortes importantes para nosso estudo, dentro do que é fixado no documento, trazemos o Capítulo II, Seção II, Art. 4, que estabelece as diretrizes constitutivas da PNI. O artigo apresenta na “Diretriz VII - Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.”

No Capítulo III – Da Organização e Gestão, é estabelecido que a coordenação geral da PNI é do ministério responsável pela assistência e promoção social, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais e municipais.

No Capítulo IV – Das Ações Governamentais, o Art. 10 define órgãos e entidades competentes para implementação da PNI. Dentre os órgãos com suas competências, recorramos:

III - na área de educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

Dessa forma percebemos que a PNI estabelece mecanismo legal para chamada de atenção à necessidade de se divulgar e conhecer o processo biopsicossocial do envelhecer. Localiza o envelhecimento como questão social a ser conduzida pelo órgão público da assistência e promoção social e conselhos de nível federal, estadual e municipal. Além de especificar as ações fundamentais a serem desenvolvidas pelo órgão público da educação.

A trajetória percorrida na construção do ordenamento do direito da pessoa idosa culmina com a Lei Nº. 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá providências. O

Estatuto estabelece medidas sistematizadas a partir de várias leis e políticas preconizadas/deliberadas no lapso temporal 1949 a 2003.

O Instrumento jurídico, uno e amplo, se destina a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Os direitos por ele decretados têm gênese nos debates internacionais acerca do envelhecimento, nos aperfeiçoamentos realizados para aplicação das recomendações, sobretudo as do Plano de Ação de Madri. Que constitui o eixo em torno do qual as elaborações legais para atendimento do idoso circundam.

O documento estruturado em 118 artigos, potencializa as diretrizes deliberadas pela PNI e amplifica para a realidade da pessoa idosa os direitos decretados pela constituição cidadã. O texto do Estatuto apresenta os direitos sistematizados em sete seguimentos a saber: disposições preliminares; dos direitos fundamentais; das medidas de proteção; da política de atendimento; do acesso à justiça; dos crimes. Em cada um deles é detalhado a tipificação dos direitos preconizados e ações a serem adotadas para o cumprimento, bem como as punições ao não cumprimento.

Nas Disposições Preliminares é explicitado, de forma geral, a garantia ao idoso do gozo de todos os direitos fundamentais; estabelece a obrigação da família, comunidade, sociedade e poder público com absoluta prioridade ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Explicita os direitos compreendidos na garantia de prioridade. Ordena a proteção contra negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Além de determinar os conselhos nacional, estaduais, distrital e municipais como responsáveis por zelar o cumprimento da Lei.

Sobre os direitos fundamentais do idoso, sistematiza de forma mais especificada que a firmado na PNI e na Constituição. Fundamentado nesses documentos normativos que o precederam, estabelece os direitos fundamentais do idoso a saber: direito à vida; direito à liberdade ao respeito e à dignidade; direito aos alimentos; direito à saúde; direito a educação, cultura, esporte e lazer; direito à profissionalização e ao trabalho; direito à previdência social; direito à assistência social, direito à habitação, direito ao transporte.

Dentre os direitos fundamentais destacamos o direito à educação, por se situar em relação íntima com o fenômeno em estudo nesta pesquisa.

Dos seis artigos instituídos para que esse direito seja exercido, consideramos que três deles vem sendo efetivado, em parte ou totalmente. São eles:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

A aplicação dos outros três artigos, explicitado a seguir, não foi observada nas realidades educacionais que conhecemos. São eles:

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Observamos que estes artigos “menos praticados” constituem os mais relacionados aos meios necessários para a efetivação da educação/aprendizagem pelo idoso e pela sociedade, para que esta se prepare para o envelhecimento, aprendendo/ensinando para/com o idoso.

Avançando nos seguimentos de direitos sistematizados no texto do Estatuto nos deparamos com o estabelecimento das medidas de proteção, aplicáveis quando os direitos forem ameaçados ou violados. O seguimento seguinte regulamenta a política de atendimento, estabelecendo regras para o atendimento prestado por ações não governamentais e governamentais. Detalhadamente delibera sobre: as entidades de atendimento ao idoso, a fiscalização das entidades de atendimento, as infrações administrativas, apuração administrativa de

infração às normas de proteção ao idoso, e apuração judicial de irregularidades em entidade de atendimento.

Os dois últimos seguimentos do texto do documento normativo, se referem ao direito de acesso à justiça, estruturado em sintonia com as especificidades do idoso; e a proteção judicial, que poderá ser feita por varas especializadas e exclusiva do idoso.

O Estatuto do Idoso é importante marco legal para as questões relacionadas ao envelhecimento e ao idoso. Indica para o Estado e sociedade medidas para o atendimento ao direito do ser que envelhece, e constitui instrumento avançado na perspectiva cidadã. Contudo, ainda há um caminho a ser percorrido até a efetivação de suas deliberações. Sua implantação foi (des)acompanhada de meios financeiros e culturais para sua execução. Não foram estabelecidos meios concretos para implementação de nova concepção sobre o idoso. Dito isto, resta a percepção de avançada legislação com resultados práticos ainda insatisfatórios.

Outro instrumento normativo relevante surgiu em 2006, foi a PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Aprovada por meio da Portaria Nº. 2.528 de 19 de outubro de 2006. Ela resultou de avanços alcançados por movimentos institucionais e sociais em prol do envelhecimento saudável. Atendendo aos fundamentos do Plano de Ação de Madri que propõe participação ativa dos idosos na sociedade no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; fomento à saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; e criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento.

Em 2005 a OMS - Organização Mundial de Saúde, ampliou o conceito de envelhecimento saudável com a proposta de “Envelhecimento ativo: Uma política de Saúde”. Por meio da qual indica a implementação de políticas e programas que melhorem a saúde, a participação, e segurança da pessoa idosa. Concebendo o idoso não como um ser passivo, mas como cidadão, produtor de ações dirigidas ao atendimento das próprias demandas.

O desenvolvimento de ações para aplicação das recomendações de Madri, 2002, e da OMS geraram avanços para o atendimento ao idoso em diversas áreas. Com proeminência, a área da saúde alcançou a estruturação de importantes políticas e programas para a população idosa. Algumas condições favoreceram esse alcance e devem ser ressaltadas. Uma delas foi a sistematização dos SUS – Sistema Único de Saúde, em 1990, criado para atender ao preceito constitucional do direito universal e integral à saúde.

O Brasil viveu de maneira bastante dinâmica e participativa a construção dos caminhos que levaram à elaboração de políticas vitais ao atendimento da pessoa idosa. De certa

forma se destacou entre os países membros do movimento internacional por tudo que alcançou.

Entre a década de 90 e o ano 2006, muito se avançou no sistema de saúde para o povo brasileiro. 2006 foi o ano em que a PNSPI foi aprovada. O Brasil estava em plena preparação para a realização da Segunda Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento. Que sob a organização da CEPAL e Governo brasileiro foi realizada em Brasília, no ano seguinte - 2007.

No momento da Conferência de Brasília, o Brasil precisava estar pronto para avaliar os resultados alcançados na implementação da estratégia adotada pela Primeira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e apontar desafios e prioridades para os cinco anos seguintes. Portanto, em 2006, dentre outras questões, estava “fazendo o dever de casa”. Se preparando para discutir propostas, experiências e conquistas relacionadas a “pessoas idosas e desenvolvimento”, “saúde e bem-estar na velhice”.

A saúde pautada pela PNSPI tem sentido de condição ampla do Ser, logo requer ações amplas, intersetoriais. A saúde para a população idosa não se limita ao controle e à prevenção de agravos de doenças crônicas. Ela se concretiza pela interação entre saúde física/mental, independência financeira, capacidade funcional e lastro social. Portanto, promover envelhecimento ativo é fomentar o desenvolvimento da potencialidade funcional, da autonomia e pertencimento social. Que constitui o foco das ações de saúde na política nacional.

A PNSPI tem grande relevância por voltar-se para a atuação sobre problema crucial com potencial para afetar o ser em envelhecimento, que é a perda da capacidade funcional, ou seja, a perda de habilidades físicas e mentais essenciais para o desempenho de atividade básicas e instrumentais da vida diária.

Importante ressaltar que a preservação/tratamento da capacidade funcional do idoso envolve interven(a)ções multidisciplinares, incluindo as educacionais. Que necessitam de metodologias próprias ao atendimento da complex(idade) do processo de envelhecimento. Entretanto, não identificamos políticas e programas educacionais voltadas a atender à educação de idosos.

No ordenamento legal da educação brasileira os dois documentos estruturantes mais importantes não apresentam proposituras para educação de idosos. Estes continuam na invisibilidade tanto para Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, quanto para a Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014 - o Plano Nacional de Educação – PNE.

Para o mundo da educação escolar não há idosos. A modalidade de educação “disponibilizada” para idoso é a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Que não tem aderência às necessidades e especificidades de aprendizagem da população idosa. Além de não ser socialmente atrativa ao idoso e a maturidade por ele alcançada. “O mundo escolar” se situa a uma enorme distância do “mundo idoso”.

A educação para idosos pede espaços educativos, profissionais e metodologias sincronizadas a um ser educando diverso do adulto jovem, a quem a EJA se reporta. A implantação e implementação de planos, programas e projetos educacionais direcionados à população idosa é necessária. Algo que oriente e sistematize metodologias específicas para o desenvolvimento das potencialidades do idoso. Bem como, fomente a formação de profissionais qualificados para o ensino gerontológico. A sociedade em busca de sustentabilidade anseia que a ciência da educação preencha esse vazio e ofereça a contribuição que somente ela tem a competência.

A seguir apresentamos um quadro contendo as principais orientações normativas nacionais, sócio historicamente construídas, para os direitos da população idosa.

#### **QUADRO 2 – Síntese das orientações normativas nacionais ao direito da pessoa idosa**

1976	Primeiro documento com diretrizes para uma política social à população idosa	Ministério da Previdência e Assistência Social
1988	Constituição Federal	Direitos constitucionais em perspectiva cidadã.
1993	Lei Orgânica Social – LOAS	Assistência social direito do cidadão e dever do Estado
1994	Política Nacional do Idoso - PNI	Lei Nº. 8.842 Assegura os direitos sociais do idoso
2003	Estatuto do idoso	Lei Nº. 10. 741 de 01 de outubro de 2003
2006	Política nacional de Saúde da Pessoa Idosa	Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro acima foi elaborado para proporcionar visão direta e simples ao complexo conjunto de orientações normativas instituídas nacionalmente. Ele expõe, de forma condensada, os instrumentos historicamente elaborados, para dar conta das demandas legais específicas da pessoa idosa.

### 1.3 Panorama Estadual

Os direitos do cidadão paraibano são firmados por meio da Constituição do Estado da Paraíba, promulgada em 05 de outubro de 1989. Sua configuração se apresenta em alinhamento com a Constituição Federal. Portanto, reafirma os direitos dos idosos estabelecidos na Carta Magna.

Nos Princípios Fundamentais, coloca como um dos objetivos prioritários do Estado a proteção à velhice:

VII – garantia dos direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, dentre eles, o bem-estar, a educação, a saúde, a seguridade social, o ensino, a habitação, o transporte, o lazer, a alimentação, a segurança, a proteção à maternidade, à infância e à velhice, e a assistência as pessoas desabrigadas por determinação do Poder Público, para atender necessidade de interesse da coletividade, e vítimas de desastres naturais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2012).

No documento, a proteção à velhice está posta como atribuição da assistência social. No bojo das determinações “Da Ordem Social”, é estabelecido que a assistência social do Estado visará: “proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice”. A forma colocada segue o mesmo padrão difuso exposto “Nos Princípios Fundamentais”, em que a velhice resvala como momento evolutivo do humano, que por si só sugere vulnerabilidade.

Entretanto, o documento oferece um artigo que contempla, ainda que de maneira aligeirada, a proteção ao idoso. No que estabelece “Da família, da criança, do adolescente, do idoso, dos índios e da pessoa portadora de deficiência”, a Constituição do Estado da Paraíba expõe posição de defesa ao amparo que deve ser destinado à pessoa idosa:

Art. 249. O Estado, o Município e a sociedade têm o dever de amparar as pessoas idosas com políticas e programas que assegurem a sua participação na comunidade e defendam sua dignidade, saúde e bem-estar.

§1º O amparo aos idosos será, o quanto possível, exercido no próprio lar.

§2º Para assegurar a integração do idoso na comunidade e na família, serão criados centros diurnos de lazer e amparo à velhice e programas de preparação para a aposentadoria, com a participação de instituições dedicadas a esta finalidade.

§3º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

A abordagem apressada com que o documento coloca a questão da pessoa idosa, em parte, é compreendida pelo caráter que uma constituição tem, de oferecer os fundamentos para elaboração de outras leis. Assim, o detalhamento legal do direito da pessoa idosa no Estado passa a carecer de elaboração de normatização específica.

Em 25 de junho de 2009 a Lei Nº. 8.846 é decretada pelo poder legislativo e sancionada pelo governador da Paraíba. Ela dispõe sobre a PEI - Política Estadual do Idoso, cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências. A elaboração da PEI seguiu as diretrizes federais, estabelecidas no Plano Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, para a consecução do documento normativo de garantia dos direitos da pessoa idosa.

A escrita do texto da PEI mostra concepção de pessoa idosa com sentido mais humanizado/avançado, quando confrontado com o texto da PNI. O sentido percebido denota evolução processada na concepção sobre a relação entre “pessoa idosa e sociedade”, veiculada na elaboração dos legisladores.

A elaboração da PEI apresenta estrutura semelhante à da PNI, contudo adequando à realidade do Estado, detalhando as ações a serem desenvolvidas pelos diversos órgãos estaduais, definindo as competências dos mesmos. Dessa forma, no Capítulo IV “Das Competências”, define possibilidades amplas para cada órgão estadual, o que permite alcançar expressivo leque de demandas próprias da população em envelhecimento. Por tocar no fenômeno educacional da pessoa idosa, foco deste estudo, destacamos:

Art. 10. Na implantação da política estadual da pessoa idosa, são competências dos órgãos estaduais de educação e esporte:  
I - viabilizar a implantação de um programa educacional voltado para a pessoa idosa;  
II - incentivar a inclusão nos programas educacionais de conteúdos sobre o processo de envelhecimento.

Dados sobre tais definições postas no PEI foram buscados, contudo, não foram obtidos. Além desses, também se buscou informações acerca da implantação, implementação de ações desenvolvidas e em andamento. Não foi obtido êxito na busca. As instituições envolvidas nas políticas públicas não expõem, em seus sites, tais informações.

Entretanto, há divulgação de algumas ações. Principalmente sobre o programa de governo que tem sido destaque nacional. Trata-se da experiência exitosa da implantação e implementação do Programa Cidade Madura, que constitui o único condomínio habitacional

exclusivo para população idosa no Brasil. É uma política pública para pessoa idosa do estado paraibano que tem tido repercussão nacional.

Por meio deste programa proporciona-se moradia digna, de qualidade, com equipes multidisciplinares do Governo do Estado atuando no lugar, promovendo proteção social para pessoa idosa.

No Capítulo II – Dos Princípios e Diretrizes, na Seção II – Das Diretrizes, está apregoado:

VII - a criação de sistema de informações sobre a política dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada órgão do governo, bem como seus respectivos desempenhos;

VIII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informação de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais e culturais do envelhecimento;

Apesar do apregoado nos incisos acima, não conseguimos obter dados sobre a implementação da política - planos, programas e projetos - do órgão estadual de educação, em meios de domínio público. O que sugere a necessidade de desenvolvimento de melhor comunicação por parte das instituições na divulgação do panorama das políticas públicas que praticam.

Além da Constituição Estadual, que fornece fundamentos para a legislação específica para pessoa idosas, várias leis ordinárias estaduais compõe o ordenamento legal do Estado da Paraíba voltado ao seguimento da população idosa. Identificamos 19 delas, que culminam Na lei Nº. 8.846/2009 que estabelece a PEI e cria o CEDDPI – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

A seguir apresentamos um quadro contendo os diversos instrumentos legais, produzidos pelo Estado da Paraíba no caminho trilhado para o estabelecimento dos direitos da população idosa.

### **QUADRO 3 – Síntese das orientações normativas estaduais ao direito da pessoa idosa**

1989	Constituição Estadual	Lei fundamental do Estado em simetria com a Constituição Federal
1995	Lei Nº. 6.101	Obrigatoriedade da prioridade do embarque e desembarque de passageiros
1995	Lei Nº. 6.166	Estabelece desconto em cinemas, teatros, casas de show, estádios de esportes, para pessoas idosas

1997	Lei N. 6.531	Institui o Dia do Idoso
1999	Lei Nº. 6.797	Preferência de tramitação de procedimento judicial em que o idoso figure como parte
2000	Lei Nº. 6.875	Cria selo “Amigo do Idoso”
2003	Lei Nº. 7.362	Prioridade de tramitação procedimentos administrativos em que o idoso figure como requerente
2003	Lei Nº. 7.374	Assegura espaço ambulatorial à gestante, lactantes, idosos e deficientes.
2003	Lei Nº. 7.456	Obrigatoriedade material publicitário em espaços de transportes informando direito ao desconto de passagens
2003	Lei Nº. 7.515	Veda discriminação racial, ao idoso, à pessoa portadora de necessidades especiais
2004	Lei N. 7.700	Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso
2004	Lei Nº. 7.715	Obrigatoriedade de fixação de informe de desconto em ingresso para shows culturais e esportivos
2005	Lei Nº. 7.758	Obrigatória destinação de 10% de unidades habitacionais construídas pelo Estado e/ou União à idosos
2005	Lei Nº. 7.769	Isenção de taxas para segunda via de documentos roubados/furtados
2005	Lei Nº. 7.862	Obrigatoriedade de notificação de maus-tratos em crianças, adolescentes, deficientes físicos, mulheres e pessoas idosas
2005	Lei Nº. 7.871	Institui os Títulos “Amigo do Idoso” e “Empresa Amigo do Idoso”
2009	Lei Nº. 8. 744	Determina realização de consultas e exames de saúde em prazo máximo de três dias para acima de 65 anos, deficientes físicos e gestantes.
2009	Lei Nº. 8.846 - Política Estadual do Idoso	Assegura os direitos sociais do idoso
2009	Lei Nº. 8. 847	Gratuidade transporte coletivo
2009	Lei Nº. 8. 847	Criação de cargos de Delegado e Chefe de Cartório da Delegacia Especializada de Atendimento às pessoas idosas

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro elaborado tem por finalidade expor, de forma acessível, o rol de documentos normativos legislados no Estado da Paraíba. Sistematizados para conduzir a implantação e implementação dos direitos da pessoa idosa, em alinhamento com as orientações nacionais.

#### 1.4 Panorama Municipal

Em simetria com a Política do Idoso estabelecida em âmbito federal e estadual, a cidade de João Pessoa tem Política Municipal do Idoso estabelecida pela Lei Nº. 12.303 em 12 de Janeiro de 2012. Esta lei, além de estabelecer a política, cria o CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, vinculando-o à estrutura da SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O documento determina que as ações do Governo Municipal dar-se-ão por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Órgão responsável pela Coordenação da Assistência Social, a qual cabe a coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do CMDI. Dentre as demais determinações acerca do que compete ao Governo Municipal, constantes no Artigo 53, destacamos os incisos:

II - participar da formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal do Idoso;

IV - elaborar o diagnóstico da realidade do idoso no Município, visando subsidiar a elaboração do plano de ação;

V - coordenar e elaborar o "Plano de Ação Governamental Integrado para a implementação da Política Municipal do Idoso" e a proposta orçamentária em conjunto com as demais secretarias, responsáveis pelas políticas da Saúde, Assistência Social, Educação, Planejamento, Finanças, Turismo, Urbanismo, Justiça, Esporte, Habitação, Cultura e Lazer;

XIV - criar banco de dados na área do idoso, juntamente com o Conselho;

Os incisos citados preceituam atuação do município nas diversas fases da configuração da Política Municipal do Idoso, da formulação à avaliação dos resultados. Bem como, prevê ação governamental integrada, desenvolvendo ações em dinâmica intersetorial.

No último inciso citado está colocada a decisão de criação de banco de dados “na área do idoso”. Expressão difusa, que a um primeiro olhar sugere a criação de banco de dados da Política, envolvendo dados do Plano de Ação, constante das ações/programas desenvolvidos e em andamento, bem como o resultados dos mesmos.

Entretanto, em contato com a secretaria, em movimento de ir até “a coisa mesma”, conhecemos que na realidade da instituição, até o ano de 2023, o banco de dados, elaborado, apresentava apenas o registro de dados dos idosos atendidos. Não foi possível obter dados sobre o panorama das políticas públicas para o idoso em andamento no município.

Segundo informação da Secretaria que faz a coordenação geral da Política Municipal do Idoso, os registros que se tem constituem-se nos relatórios enviados ao conselho, sobre as atividades desenvolvidas e “realização financeira” dos recursos destinados à política. Atendo ao estabelecido em “Das Ações do Governo Municipal”, artigo 53, inciso VII – “encaminhar para apreciação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso os relatórios semestrais e anuais de atividades e realização financeira dos recursos destinados ao idoso;”

Para entender a coordenação da Política Municipal do Idoso, realizada pela SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pela Assistência Social, é importante

conhecer a estrutura governamental planejada para conduzir a assistência social/proteção social.

Inicialmente cabe salientar que a SEDES tem a função de implementar a política de assistência social, além das políticas de trabalho, renda, economia solidária, promoção da cidadania, participação popular e controle social. Para dar conta de tal abrangência articula-se com a SEDHUC - Secretaria de Direitos Humanos e cidadania.

A SEDES é responsável pela promoção da universalização do direito das cidadãs e cidadãos à proteção e à inclusão social. A universalização se dá pelo seguimento às normas e diretrizes da PNAS - Política Nacional de Assistência Social. Posta em prática por meio do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, que assegura os princípios da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Essa concatenação, envolvendo ações integradas nas três esferas de governo, é o que viabiliza a materialização da garantia dos direitos universais.

A SEDHUC se coaduna à SEDES para implementação de ações em um dos ramos de atuação que é a gestão da Política da Assistência Social. Assume a responsabilidade de intensificar/efetivar os serviços de proteção social. Além de agilizar ações ela aproxima a população dos serviços de proteção social.

A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania é guiada pelos princípios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com foco nas proteções sociais de básica, média e alta complexidade. Para desenvolver os serviços que lhe cabem, congrega serviços como CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Bolsa Família, Acolhimento institucional para crianças, adolescentes, adultos, famílias e idosos. Além do suporte e acompanhamento da população em situação de rua.

A abrangência do trabalho que executa coloca a SEDHUC com responsabilidades amplas. A dificuldade de acesso a informações, sobre registros das ações de políticas/programas/serviços que desenvolve se dá pela inexistência das mesmas ao domínio público. Contudo a situação foi contornada pela contribuição de técnicas que esclareceram pontos essenciais sobre o atendimento da assistência prestado ao idoso. O que possibilitou (com)prender realidades com as quais a secretaria lida.

O amplo atendimento prestado pela SEDHUC segue basicamente ao estabelecido pela política do SUAS. Dentre os principais atendimentos, nos três níveis de complexidade estão:

1. Proteção Social Básica

- 1.1 Serviço de Convivência promovido por 14 CRAS existentes no município;
  - 1.2 – CRMPI - Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa;
  - 1.3 Cad único – carteira do idoso / BPC - Benefício de Prestação Continuada;
  - 1.4 PAPPI – Programa de Atenção de Política Pública do Idoso. Em fase de sistematização, busca desde 2019/2020 se estabelecer. Este deverá ser um programa com condição de oferecer o levantamento/acompanhamento das ações e serviços direcionados à pessoa idosa no município.
2. Proteção Especial Média
    - 2.1 CREAS
    - 2.2 Violação de direitos
  3. Proteção Especial Alta
    - 3.1 Casa de Passagem do Idoso;
    - 3.2 ILP - Instituições de Longa Permanência. Esclarecendo que elas não são públicas. Geralmente são de gestão privadas, filantrópicas/beneficentes, e de ONGs - Organizações não governamentais. Nelas a SEDHUC atua como parceira, ajuda com recursos humanos, sobretudo, oferecendo psicólogos e assistentes sociais.

Ressaltamos que a SEDHUC é o órgão que vem oferecendo ao idoso pessoense oportunidades em maior abrangência, quando o assunto é educação para/com pessoa idosa. Pela via da Proteção Social Básica, em seu Serviço de Convivência promovido pelos CRAS e Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa, inúmeras atividades socioeducativas são desenvolvidas.

O movimento investigativo para apreender a realidade da educação para idosos na cidade de João Pessoa, fez percorrer caminhos em outras instituições. Nas quais se esperava encontrar informações que levassem a encontrar as pegadas da educação para idosos que caminhavam em solos pessoense.

A dificuldade em encontrar informações de domínio público sobre ações de políticas públicas desenvolvidas para a população idosa, constituiu a primeira barreira para conhecer a realidade. Foram muitas idas e vindas a diversas instituições colhendo informações a contagotas sobre dados que dizem respeito a dinâmica da educação para pessoa idosa.

Algumas vezes, um esforço investigativo grande levou à montagem de um quebra cabeças que podemos intitular: “a lacuna”! Nessas situações o que a investigação desvelou

foi a lacuna na aplicação do direito à educação para idosos, preconizado nos inúmeros documentos normativos. Mais que isso, foi evidenciada a fragilidade no registro das ações. Visto que, foi percebida a existência de ações na direção de efetivar os direitos da pessoa idosa. Contudo, faltam registros oficiais sobre os mesmos. Tal realidade sugere que órgãos públicos, e alguns agentes destes, ainda estão por organizar sistemas de registros de dados.

E em 2023, foi realizada visita institucional à Secretaria Municipal de Educação, com finalidade de obtenção de informações acerca da existência de programas/ações de políticas públicas desenvolvidas voltadas à pessoa idosa. O esclarecimento obtido foi que a secretaria seguia a orientação do MEC, ofertavam a EJA – Educação de Jovens e Adultos. E não era desenvolvido trabalho voltado às especificidades da pessoa idosa.

A seguir apresentamos um quadro contendo os instrumentos legais, elaborados pelo município para regulamentar o atendimento aos direitos da população idosa estabelecidos em nível federal e estadual.

#### **QUADRO 4 – Síntese das orientações normativas municipais ao direito da pessoa idosa**

2009	Lei Nº 11. 676	Institui a “Semana do Idoso” no município de João Pessoa
2011	Lei N. 12.029- Fundo Municipal do Idoso	Institui instrumento de financiamento da Política de Assistência Social para os Idosos
2012	Lei N. 12303 - Política Municipal dos Direitos do Idoso	Cria a Política Municipal do Idoso e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Fonte: elaborado pela autora.

A elaboração do quadro acima se deu para apresentar de forma sucinta os documentos normativos legislados no município de João Pessoa. A construção dos mesmos ocorreu para nortear a implantação e implementação dos direitos da pessoa idosa, em alinhamento com as orientações nacionais e estaduais.

Desvelar realidades, buscando conhecer a produção do ordenamento legal, e o caminho sociohistoricamente percorrido para tal, amplia a possibilidade de (com)preender alguns limites e possibilidades para concretude de políticas públicas para educação de idosos.

Podemos perceber que há farto material normativo para lastrear a educação para/com pessoa idosa. Entretanto ainda há um desbravamento a ser feito no interior do “mundo educacio

## CAPÍTULO IV – ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO PARA IDOSOS

Neste capítulo (pro)curamos trazer à luz conhecimentos que se entrançam em composição multidisciplinar, delineando as características próprias do desenvolvimento/aprendizagem no envelhecimento. Contendo potencial de fundamentação teórico-prática para educação da pessoa idosa. Buscando compreender os sentidos pelo desocultamento dos significados dos conhecimentos, apresentamos considerações tecidas pela percepção alcançada acerca do que as ciências têm manifestado sobre envelhecimento, velhice e educação no entrelaçamento com o fenômeno educacional de pessoas idosas.

Um estudo que brota da relação entre conhecimentos produzidos pelas ciências fundamentais à educação da pessoa idosa e a realidade experiencial da pesquisadora. Buscando apreender fenomenologicamente saberes capazes de implementar a oferta educacional, não escolar, ao idoso.

Um trabalho educacional é preparado levando-se em conta “para quem se destina”, que conteúdos e abordagens específicas devem ser usadas para atender necessidades próprias do ser educando. Com este entendimento, defendemos que o debate acerca das especificidades educacionais do ser em envelhecimento, se inicia com a busca de saber quem é a pessoa idosa; que experiências de aprendizagens carrega; que necessidades e sonhos tem; o que, e como precisa aprender no “aqui e agora” e no “por vir” para tornar a vida mais satisfatória a si mesma.

Cogitar qualquer intento de oferta educacional à pessoa idosa requisita a compreensão da realidade social na qual este ser está inserido. Bem como, impõe a apropriação de fundamentos científicos para bem estruturar planos/programas/projetos de políticas públicas.

Entendendo que planos devem conter estudos sobre as realidades, e identificação dos pontos para os quais deve voltar-se. O plano se desenvolve em interlocução com programas e projetos. Os projetos, entendidos como instrumentos técnicos para execução de ações com detalhamento das atividades. E os programas como conjunto de projetos cujos resultados possibilitem alcançar o objetivo da política pública.

A educação nomeada ‘educação gerontológica’, ou ‘gerontogogia’ refere-se a um formato que vem se constituindo em dimensão multi e interdisciplinar envolvendo ciências

emergentes. Portanto, ainda em construção, estando essencialmente na interseção da gerontologia e da psicopedagogia. Neste fazer, os objetivos e metodologia têm caráter próprio, identificados com a complexidade dos saberes multi e interdisciplinar, peculiar da educação gerontológica.

No contexto da sociedade em envelhecimento, a busca pela educação para a pessoa idosa é colocada à mostra. Entretanto, tudo que a realidade vivida desponta é apenas um caminho em construção. Caminhamos na produção de conhecimentos da ciência do envelhecimento (gerontologia), amplificados nas ciências da saúde. Bem como, buscamos avançar em conhecimentos das ciências da educação que articulados aos saberes gerontológicos poderão oferecer base para o desenvolvimento exitoso de processos educacionais direcionados aos que envelhecem.

### **1. Oferta educacional ao idoso: um desafio a ser enfrentado**

A mudança populacional vivida pela humanidade no último século estampa configuração de uma sociedade com maior número de idosos, além de apontar para elevação acelerada do percentual populacional nos anos vindouros. A vida vem sendo estendida por mais anos, e a expectativa de vida aponta sempre mais para a longevidade. Esta realidade nos convida a reconhecer a necessidade educacional do grupo etário e nos mobiliza a buscar caminhos para atendê-la.

O momento social, político-econômico e histórico nos provoca a enfrentar o desafio que está posto, e nos impulsiona à busca crescente de preparação para oferta educacional apropriada às demandas e especificidades do ser humano maduro.

A educação de idosos difere da que é ofertada a outros grupos etários pelas peculiaridades multidimensionais que apresenta. Dentre as quais cabe enfatizar as características próprias do desenvolvimento físico e psíquico, as necessidades de preparação para lidar com as intensas e dinâmicas transformações em processo no mundo, sob os mais variados aspectos, dentre os quais destacamos os atinentes às esferas sociais, econômicas e políticas.

A educação para o ser idoso deve estar atenta a ajudá-lo a buscar e encontrar sentido para a vida<sup>3</sup>. Este é necessário à própria sobrevivência. A vida precisa se desenvolver com

---

<sup>3</sup> Em Viktor Frankl, o termo sentido para a vida sugere presença de objetivos da existência. Buscar e encontrar sentido para a vida são operações pelas quais se descobre um objetivo que valha

sentido, para continuar existindo. Esta proposição de Victor Frankl (1989, 1991, 2011), lança luzes sobre a importância de se ter “algo” em função do qual viver.

Este algo, o sentido para vida, se tomado como potencialidade, que se desvela e se desenvolve na pessoa em envolvimento ativo com a vida e com o aprender, constitui concretamente a ser trabalhada em processo educacional.

A educação enquanto processo contínuo de formação humana, ao longo de toda vida, é promovida não apenas pela escola, e extrapola o alcance da aprendizagem de conceitos. Ela se dá por diversos espaços sociais que se constituem agências educacionais, com a possibilidade de atuar provocando produção/descoberta de sentidos. Criam possibilidades de sustentabilidade individual e coletiva. Por esta via, podem promover formação de pessoas idosas para resignificar situações, mudando si mesmo e impactando realidades próprias.

A realidade de nossos dias aponta contribuições de algumas ciências que confluem para a compreensão do fenômeno educacional no envelhecimento. O maior desafio que se apresenta neste momento inicial de construções de propostas/programas educacionais, em que se busca, por meio da educação, a promoção de bem-viver, consiste na novidade que representa. Como coloca Cachioni e Neri (2012, p. 32), “Os planos de educação e formação para adultos maduros e idosos constituem uma nova invenção social, política, econômica e cultural”.

A esta constatação, um conjunto de pressupostos é apontado para que programas educacionais alcancem os objetivos de ampliar as relações intergeracionais, formar cidadãos para exigir seus direitos, e fortalecer a autonomia de pensamento enquanto membros úteis da sociedade.

Dentre os pressupostos destacados estão: necessidade de criação, desenvolvimento e institucionalização de metodologia adaptada às especificidades cognitivas, e ambientais do idoso; mudança de atitude social do próprio segmento idoso; fomento do desenvolvimento contínuo, dos saberes teóricos e práticos, do saber fazer, do aprender e seguir aprendendo; incentivo das relações sociais e participação social.

Tais pressupostos dimensionam os desafios com elevado nível de complexidade que se apresentam e precisam ser enfrentados.

---

a pena ser perseguido. Um processo que se dá por percepção gestáltica. Em que o objeto de descoberta é pessoal, procurado e encontrado por cada um.

### **1.1 Concepção sobre pessoa idosa: uma construção na espiral de tempos históricos e sociais**

Identificar a pessoa idosa dos nossos dias remete à concepção de velhice (fase da vida) e envelhecimento (processo) historicamente construída. Um caminho para identificar tal concepção passa por apreender as experiências dos que vivem essa etapa da vida, e por acessar os saberes que as diversas áreas do conhecimento têm produzido, de forma particular a gerontologia, ou ciência do envelhecimento.

Esta ciência é ponto de partida na construção dos conhecimentos acerca do fenômeno do envelhecimento e muito tem contribuído para a compreensão do ser no estágio evolutivo mais avançado da vida humana. Sua investigação acerca da velhice e do envelhecimento, enquanto realidades humanas, tem ajudado a pensar caminhos a seguir no enfrentamento de alguns desafios, apontados desde o início de seus estudos.

Historicamente, a (pre)ocupação da humanidade com o envelhecimento e repercussão deste processo é ancestral, ela está presente desde o início da civilização. Ter uma boa velhice é uma aspiração antiga do ser humano, e tem se manifestado nos diversos saberes construídos, a exemplo da arte, filosofia, religião e ciência.

Inicialmente a atenção voltava-se para o envelhecer bem ou mal, tendo em vista a condição de saúde, a autonomia e independência, a preservação da condição de atividade e produtividade, o desempenho de papéis próprios do mundo adulto e gozar uma vida satisfatória e feliz.

O ideário de velhice feliz, no sentido do senso comum, poderia ser alcançado segundo algumas especulações, como: “Um modo comum de entender a conquista de uma boa velhice consiste em atribuir esse conjunto de atributos à sorte, à graça divina ou a outra explicação sobrenatural. Outro modo muito comum considera a boa velhice como o coroamento de uma vida virtuosa” (Neri, A L; Yassuda, M S, 2012, p. 7).

Com o advento do conhecimento científico acerca do fenômeno do envelhecimento, entra em pauta a necessidade de abordá-lo enquanto processo complexo. Explicação simples e única não conduz a compreensão do envelhecimento. Tampouco, a crença no envelhecimento enquanto processo de incapacidade funcional, que comumente lhe era atribuído, possibilitaria conhecer a real dimensão do processo vivido na fase evolutiva mais avançada da vida humana.

As ciências do envelhecimento não têm uma explicação nem simples nem única a respeito da velhice, mas sem dúvida existe uma considerável soma de conhecimentos sobre elementos que aumentam a probabilidade de que os anseios humanos por viver muito e bem se concretizem [...] a velhice é a última etapa do ciclo vital, caracterizada por declínio de funções biológicas, resiliência, plasticidade e aumento da dependência dos recursos da cultura. Sabe-se também que esse declínio não é universal para todos os domínios do organismo; ele ocorre em diferentes ritmos para diferentes pessoas e grupos” (Ibidem, p. 7-8).

O movimento pela busca do conhecimento científico acerca do fenômeno do envelhecimento brotou, em 1903, por Elie Metchnikoff, biólogo microbiologista e anatomista russo, sucessor do francês Louis Pasteur, ao acreditar que a velhice fisiológica normal seria alcançável pelos humanos. Vale frisar que à época, velhice era sinônimo de adoecimento, decadência, degeneração, declínio.

Os estudos que contribuíram para sistematização inicial dos saberes gerontológicos, ocorridos nas quatro primeiras décadas do século XX, foram de caráter biofisiológico, desenvolvidos por estudiosos da medicina/biologia, que não tardaram a entender a necessidade de uma abordagem mais abrangente do fenômeno. Visto que o humano apresenta uma complexidade em sua constituição que vai além da dimensão biológica.

Importante ressaltar que apesar da preocupação com envelhecimento ser antiga, há apenas um século foi iniciado o movimento de criação da especialidade gerontologia, visando se ocupar das modificações que ocorrem durante o último período da vida humana. Rejeitando a inevitabilidade da decadência e degeneração do ser humano com o avançar dos anos, visão predominante até então.

O estudo e militância dos pesquisadores pioneiros em prol do conhecimento científico acerca do envelhecimento abriram caminho para mudança de paradigma, em que a necessidade de adotar práticas multidimensionais e interdisciplinares foi delineada. Fazendo surgir a posição precursora da ciência do envelhecimento, marcada pelo deslocamento da postura focada no declínio para ênfase nas possibilidades do ser que envelhece. Postura científica que ficou em gestação por quatro décadas até ser posta em prática pela ‘recém-nascida’ gerontologia. (Papaléo, 1996, 2011).

Assim, a ciência gerontológica contemporânea posiciona suas pesquisas e práticas considerando a multidimensionalidade do desenvolvimento do ser. Para este campo do saber, o envelhecimento constitui processo biológico, social e cultural, com observância da

realidade psíquica. Posição que aponta o caráter multidisciplinar desta ciência, e disciplina acadêmica, trabalhada em algumas formações.

A gerontologia, na intersecção com outras ciências oferece conhecimentos fundamentais para compreender o mundo idoso, possibilitando o planejamento de ações que atendam efetivamente às demandas que emergem no envelhecimento.

Contudo, cabe salientar que mesmo com todas as conquistas alcançadas pela ciência do envelhecimento em sua jovem história, há muito para avançar. Podemos considerar que o que temos para o momento é apenas um caminho em construção. E nesse contexto, conhecimentos acerca de realidades/possibilidades educacionais são muito bem-vindos.

Encontrar formas apropriadas para favorecer o mundo educacional da pessoa idosa, certamente, constitui meio das ciências da educação contribuir com a ciência do envelhecimento, ao tempo em que, dela recebe contribuições fundamentais para atuar na promoção da “velhice saudável” pela educação. Afinal, preservar saúde e promover qualidade de vida exige conhecimentos, da mesma forma que processar conhecimentos geram possibilidades de preservação da saúde e promoção da qualidade de vida.

É oportuno explicitar o que a ciência do envelhecimento nomeia de velhice saudável, ou bem-sucedida, e o seu contrário. Porém, antes de conceituar os termos, vale atentar à observação:

A grande heterogeneidade entre idosos em todos os seus aspectos, sejam morfológicos, funcionais, psicológicos e sociais, decorrentes, entre outros fatores da grande amplitude dessa faixa etária, que começa cronologicamente aos 60 anos e atinge 100 anos de idade ou mais, tem originado questionamentos sobre o conceito de normalidade, quando se faz referência à população idosa. Por outro lado, é conhecido o fato de que o ritmo de declínio das funções orgânicas varia de um órgão a outro, mesmo em idosos que têm a mesma idade. (Ibidem, 2011).

Considerando a diversidade com que se envelhece, os estudiosos do desenvolvimento humano e os gerontólogos, reconhecem duas formas distintas de envelhecimento: o usual ou comum, e o saudável ou bem-sucedido. Em que o envelhecimento comum se configura como afetado por fatores externos desfavoráveis que intensificam impactos adversos do tempo longo de vida.

No envelhecimento configurado como saudável os fatores externos desfavoráveis inexistem, ou se apresentam em níveis mínimos, de forma a não interferir na qualidade do processo de envelhecimento. Dessa forma, o envelhecimento bem-sucedido é caracterizado pelo baixo risco de doenças e de limitações funcionais por sequelas de adoecimentos. O

idoso com desenvolvimento saudável é aquele que tem a saúde física e psíquica-emocional preservadas, mantendo excelente funcionalidade e envolvimento ativo com a vida. (Neri, 2007).

Abordar a caracterização do envelhecimento/velhice leva mais a interrogações que a respostas. A complexidade própria deste processo não favorece a demarcação, ou seja, não há marcadores do envelhecimento, sequer marcador sob o critério biofisiológico, menos ainda na dimensão psicológica e social. Algumas peculiaridades são postas como desafios à gerontologia, quando a tentativa é estabelecer as fronteiras da velhice. O critério cronológico tem sido o mais utilizado nos trabalhos científicos, tendo em vista a impossibilidade de uniformização nos demais critérios.

O início da velhice, cronologicamente, se dá aos 65 anos nas realidades de nações desenvolvidas e 60 anos para países em desenvolvimento, como o Brasil. O limite entre a idade adulta e velhice aos 60 anos é utilizado para normatização de serviços prestados por instituições voltadas à atenção na área da saúde física, psicológica e social. Contudo, para alguns atendimentos desempenhados pela esfera legal o limite é de 65 anos.

Buscando entender melhor a dificuldade em adotar marcadores do envelhecimento no aspecto psicológico e social, utilizamos conceituação breve apresentada por Papaléo (2011), compartilhada a seguir.

O conceito de idade psicológica refere-se a relação existente entre idade cronológica e capacidades psicológicas configuradas a partir do funcionamento de elementos constitutivos do ser psicológico. Insere-se nesta dimensão aspectos cognitivos, emocionais, dentre os quais é destacado o senso subjetivo de idade, ou seja, a forma como a pessoa avalia os sinais biológicos, sociais e psicológicos do envelhecimento próprio.

A idade social se relaciona com a maneira como uma pessoa é avaliada em sua capacidade de desempenhar papéis e comportamentos previstos para a idade, em dado momento histórico de uma sociedade. É oportuno lembrar que as experiências de velhice e envelhecimento são oscilantes no tempo histórico de uma sociedade e circunstâncias, sobretudo, políticas e econômicas.

Portanto a idade social se relaciona com a maneira com a qual uma sociedade percebe e trata os senescentes. Muitas vezes, manifestada pelo desgaste físico, psíquico e socioeconômico, produzidos em seus cidadãos. Com frequência, repercutindo a ausência de oportunidades, de atenção à saúde, de assistência social e apoio familiar.

Frente à amplitude dos aspectos que devem ser considerados para demarcação da velhice, fica visível a dificuldade que as ciências têm para fazê-la. Ao mesmo tempo, as noções conceituais postas oferecem fundamentos para tal complexidade ser entendida, além de oferecer orientações úteis às práticas gerontológicas e educacionais.

Assim, a produção de conhecimentos materializados pela gerontologia até aqui, vem iluminando o percurso neste caminho em construção, possibilitando avanços no atendimento das demandas da pessoa em envelhecimento. De forma específica ao atendimento das necessidades educacionais atualmente em processo inicial.

## **1.2 Educação gerontológica e interface social**

A educação com enfoque gerontológico no mundo ocidental ainda se apresenta incipiente. Ao mesmo tempo em que, demandas sociais urgentes pedem educação voltada para a qualidade de vida em toda sua extensão. Educação concebida como possibilidade de constituir-se contexto e processo mediador de aprendizagens, com potencial de promover a velhice bem-sucedida. Para tanto, precisa atuar de forma interdisciplinar, apoiando-se em diversas ciências.

[...] A biologia, a história, a sociologia e a psicologia podem conferir ao educador elementos relevantes na gestão social para todas as idades. Ciências como economia, a política, o direito, a antropologia e outras podem fundamentar e, mesmo, orientar a educação gerontológica, enquanto capaz de mediar e disciplinar comportamentos suscetíveis de desenvolvimento. Assim, o olhar filosófico fundamenta a ação educativa para uma gestão da longevidade, tendo como cenário toda a extensão da vida, convidando todos os agentes sociais e todos os cidadãos que sobre ela tem de falar (Both, 2011, p. 1643).

Além das ciências, todos os agentes sociais são partes fundamentais na constituição do todo educacional gerontológico, visto que, educar pessoas maduras é também emancipar, minimizar limites e promover mediações impulsionadoras de desenvolvimento. Ação alcançável se conduzida em toda sua amplitude, envolvendo o próprio indivíduo e coletividades.

Falar em educação na relação com envelhecimento e velhice nos coloca em solo compartilhado com a gerontologia, e em órbita com vários termos, apresentados em um cenário que exhibe buscas por marcos teóricos e práticos na jovem ciência do envelhecimento e na ciência da educação circunscrita à educação para idosos.

Adentrar na interseção dessas ciências nos põe em contato com os termos: gerontologia educativa (especialidade da gerontologia), geragogia (educação de pessoas adultas), geriagogia (vinculada aos défices dos idosos e à geriatria), educação gerontológica (educação de idosos e formação de profissionais para este trabalho), gerontogogia (condução pedagógica do velho), etimologicamente, em grego, geronto/géron - velho, gogia/agogus - orientar/conduzir.

Buscando entender aproximações e distanciamentos entre as ciências do envelhecimento e as ciências da educação, nos deparamos com várias terminologias que relacionam educação e idoso. Entretanto a própria literatura, apresenta algumas discrepâncias na definição de alguns termos em uso, e até na escrita dos termos. Encontramos ‘gerontogogia’ e gerontagogia”, palavras com mesmo sentido e grafia diferente. O que talvez revele, dentre outras coisas, o estágio incipiente na demarcação de práticas realizáveis em dimensão interdisciplinar, em um campo do saber ainda em construção.

Both (2011, 1999), nomeia gerontogogia se referindo às intervenções educacionais voltadas à promoção do desenvolvimento humano em todo o ciclo vital, especialmente ao processo de envelhecimento e da velhice, pautadas em metodologia atenta ao contexto.

Martins (2015) apresenta síntese de discussão sobre as terminologias entrelaçadas na gerontologia e educação, estimulando a prosseguir na reflexão acerca dos pontos de interseção e disjunção teórico-prático dessas ciências e suas áreas.

A perspectiva situa a gerontologia da educação no campo da intervenção da gerontologia, ou seja, uma especialidade da gerontologia que tem por objeto o idoso e fatores relacionados ao envelhecimento. Enquanto a educação gerontológica ou gerontagogia está situada nas ciências da educação, tendo como objeto teórico-prático o ensino/aprendizagem do idoso e seu âmbito de intervenção ‘é mais as ciências da educação do que a gerontologia’.

As terminologias colocadas nos permitem perceber tentativas tênues de demarcações práticas e nos apontam que há ‘um caminho para ser caminhado’ rumo ao aprofundamento teórico-prático do trabalho multi e interdisciplinar a ser desenvolvido, visando alcançar a educação do idoso com efetiva qualidade para atender as demandas deste ser aprendente.

O despertar da humanidade para a educação aos mais velhos é bastante recente e está em processo. Somente com o advento do envelhecimento populacional, aumento da longevidade e impactos desta realidade nas famílias, no mundo do trabalho, na economia e nos sistemas previdenciários, medidas práticas começaram a ser implantadas.

Impulsionadas pela realidade dos direitos deste grupo etário e pelas necessidades sociais, ações foram iniciadas em horizontes e paradigmas, refletindo concepções sobre velhice e educação, que merecem ser observadas.

Cachioni e Neri (2012) retratam quatro modelos, desvela(dores) das concepções, adotados para a educação à pessoa idosa, vivenciados ao longo das três últimas décadas do século passado, e em processo até os nossos dias. São eles: modelo da rejeição, modelo de serviços sociais, modelo da participação e atividade, e modelo da auto realização e de educação permanente.

O primeiro deles, o modelo da rejeição reflete uma visão negativa da velhice. Em que o idoso é um ser de declínio, sem qualquer chance de futuro e desenvolvimento pessoal. Nessa perspectiva, a educação para o grupo etário é considerada investimento desnecessário, visto que o grupo é visto como improdutivo.

O modelo de serviço social, segundo modelo, conflui educação à justiça social, praticando-a no formato de entretenimento, lazer e contatos sociais. Nesta perspectiva, a velhice tem conotação negativa e cabe ao Estado proteger esses seres, passivos e sem muitas possibilidades, com serviços assistenciais. Neste contexto, as necessidades, interesses e opiniões da pessoa idosa não importam. Assim como, não há qualquer atenção a uma pedagogia específica para idosos, decorrente da crença de que eles não mais se desenvolvem.

O terceiro modelo, que perspectiva a participação e atividade, concebe a educação como meio de preservar habilidades e aproveitar as experiências próprias da maturidade do idoso. Tal postura se contrapõe a negatividade e segregação praticada nos modelos anteriores.

O quarto modelo, que usa a autorrealização e a educação permanente como trato fundamental ao idoso, tem na educação um meio de conduzir o ser a manter-se em desenvolvimento. Esta concepção rejeita o papel simplório de entreter/divertir, bem como o de perpetuar ou reproduzir papéis desempenhados em fases anteriores.

Esses modelos e suas concepções retratam um movimento de evolução, processada na dinâmica da sociedade e refletida nas ações educativas, na medida em que a finalidade educativa foi sendo (re)significada. O avanço se dá/deu no ritmo da mudança de percepção sobre a pessoa idosa, que de ser passivo passa/passou a ser considerado um ser ativo.

Conhecer o processo histórico de construção da educação para idosos, ajuda a compreender a realidade educacional dos nossos dias, abarcando a interconexão entre a concepção de idoso e modelos educacionais praticados. Sobre o processo histórico, a contribuição

dada por Anita L. Neri (2007, 2011, 2012) e Meire Cachioni (2003, 2012) coloca luzes sobre dados fundamentais à compreensão da questão, ajudando na preparação para o enfrentamento dos desafios que aguardam ser vencidos.

As primeiras iniciativas brasileiras de oferecer lazer e educação a adultos maduros e idosos aconteceram na década de 1970, quase que simultaneamente ao aparecimento das Universidades do Tempo Livre, dos Grupos de Convivência e das Universidades da Terceira Idade europeias e norte-americanas. Embora o contexto aqui fosse outro, no que tange à presença de idosos, à consciência da sociedade e ao avanço das universidades, fomos afetados pelo processo de internacionalização da gerontologia que já estava em curso (Cachioni, Neri, 2012).

No contexto em que brotaram as iniciativas, a velhice era tratada como tema médico-social, em que a educação tinha o sentido de providência para resolver problemáticas relacionadas ao idoso. Foi nesta perspectiva que surgiram os movimentos de busca pelo atendimento das demandas do grupo etário, e que a partir de então passaram a se multiplicar.

Visto que o movimento brasileiro pela educação de idosos veio na esteira da internacionalização, seguindo a pioneira experiência francesa, importante se faz pontuar brevemente tal iniciativa e caminho percorrido no cenário internacional até chegar ao Brasil.

Uma ação educativa francesa iniciada em 1960 com a criação das Universidades do Tempo Livre, é considerada importante, dentre outras coisas, por ser precursora da Universidade da Terceira Idade, implantada em 1973, por Pierre Vellas, professor da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse. Sua pesquisa de base social e humanista, colocou a lupa em uma realidade, à época, marcada pela quase inexistência de oferta de oportunidades educacionais aos idosos, justificando então a necessidade de ofertá-las. Neste cenário, o pesquisador encampou a luta pela implantação de uma universidade aberta a todos os idosos, sem restrições a níveis de renda e educação.

Em 1975, o programa Universidade da Terceira Idade, em andamento nas diversas universidades francesas se expandiu para universidades da Bélgica, Suíça, Polônia, Itália, Espanha, Canadá e dos Estados Unidos. Na década de 1980 o Uruguai se tornou o primeiro país latino americano a desenvolver a Universidade da Terceira Idade, com base na Universidade de Genebra (uma reverberação da iniciativa de Pierre Vellas).

No Brasil, a partir de 1990, o modelo pioneiro de Pierre Vellas se expande com a implantação de Universidades da Terceira Idade, tendo como centro a Pontifícia Universi-

dade Católica de Campinas. Contudo, é importante ressaltar que o trabalho educacional voltado ao idoso, pioneiro no Brasil, foi desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio - SESC, ao inaugurar programas para terceira idade, na perspectiva de Universidade do Tempo Livre. Em 1960 fundou os primeiros Grupos de Convivência e na década de 1970 as Escolas abertas para Terceira Idade.

São várias as denominações utilizadas para referir-se à oferta educacional à pessoa idosa. Essa variação denota nuances quanto ao modelo de programa, objetivo e perspectiva adotada. “Em várias instituições, ainda que chamados de universidade, o que há são cursos ou atividades de extensão mantidos pela universidade” (Ibidem, 2012. P. 38).

Malgrado a diversidade de denominações, as iniciativas educacionais convergem quanto a finalidade de suas ações. Fomentam, por meio de atividades educacionais e culturais, o desenvolvimento individual e coletivo, a promoção da saúde, a participação social, a inclusão, a autonomia e qualidade de vida.

No Brasil, a oferta educacional à pessoa idosa constitui (pre)ocupação não só do mundo acadêmico, mas de amplo espectro de instituições/agentes sociais. Considerando que a sustentabilidade social requer o atendimento das necessidades coletivas do seguimento idoso, a assistência social vem desempenhando papel crucial no atendimento das demandas próprias do envelhecimento, em muitos casos, amplificadas pelos abismos sociais promovidos pela condução econômico-político financista de nosso momento.

Neste horizonte social o atendimento educacional tem se apresentado mais como ação social, sendo a forma possível de ofertar a educação minimamente. O movimento que vem se estendendo ao longo dos anos, mostra uma educação que é feita por pessoas que não têm formação específica para educação de idosos.

Pesquisa realizada por Cachioni e Neri, entre os anos de 1998 e 2002, sobre os profissionais docentes das universidades da terceira idade, apontou que ‘a maioria não havia participado de nenhum curso sobre gerontologia ou sobre educação de idosos’ (Cachioni, 2003; Cachioni, Neri, 2012).

Na busca de minimizar as mazelas sociais que afetam mais fortemente aqueles que envelhecem, ações socioeducativas são desenvolvidas na modalidade de serviços de assistência social, pertencentes ao nível de complexidade classificado como Proteção Social Básica, normatizados pelo Serviço Único da Assistência Social - SUAS. Os serviços socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do SUAS, são tipificados nacionalmente

pela Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Compõem níveis de complexidade na tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Os Serviços de Proteção Social Básica prestados são: Proteção e Atendimento Integral à Família - PAINF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Constituem os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC; Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Compõem os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades abrigo institucional, Casa-lar, Casa de Passagem, residência inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

O atendimento educacional ofertado à pessoa idosa como ação de assistência social, se insere na Assistência Social Básica, na forma de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. De acordo com a Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, constitui descrição específica do SCFV para idosos(as):

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (Brasil/MDS/CNAS, 2009).

Da mesma forma que estabelece os seguintes objetivos:

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergera-

cionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários (Ibidem, 2009).

O movimento em torno de ofertas educacionais à pessoa idosa aparecem de forma concreta, majoritariamente, por atividades realizadas na perspectiva socioeducativa, promovidas pela assistência social nos diversos espaços em que a pessoa idosa se encontra com seus pares e agentes educadores. Esta percepção vem da leitura sobre diversas experiências educativas expostas na literatura utilizada para este estudo.

### **1.3 Educação e especificidades de aprendizagem no envelhecimento**

#### **1.3.1 Educação e processo de aprendizagem**

O humano, dotado de estrutura e funcionamento cerebral de maior complexidade (idade) dentre as espécies, se constrói ser que cria e transmite cultura intergeracionalmente, se configurando o único que ensina-aprende de forma intencional e sistemática. (Vygotsky, 1991; Vygotsky, 1994; Fonseca, 2018, 2019).

Promover ensino-aprendizagem implica em apropriar-se dos conhecimentos das ciências da educação e utilizá-los na prática educativa. Sem conhecimentos sobre as questões didáticas do ensino e dos aspectos envolvidos no processo de aprendizagem o fazer educacional é um arremedo.

São vários os saberes exigidos acerca da aprendizagem para que seja possível arquitetar ações educacionais exitosas. A psicopedagogia, ciência da educação que tem como objeto a aprendizagem, oferece conhecimentos importantes para compor base teórico-prática para a gerontologia. Na esteira das ciências emergentes no horizonte contemporâneo, há uma outra com elevado potencial para embasar a condução da aprendizagem gerontológica, estamos falando da neurociência educacional, ou neuropsicopedagogia, apontada como imprescindível à educação do século XXI.

Compreender e atuar no processo ensino-aprendizagem requer conhecimentos de fundamentos de neuroeducação para que se alcance conduzir pessoas em processos de aprender-ensinar, produzindo aprendizagens bem sucedidas. Precisamos desenvolver saberes

acerca da complexidade cerebral, suas funções e disfunções, processos psicocognitivos e sua interfuncionalidade (responsáveis pela aprendizagem), bem como, saberes sobre os processos psicopedagógicos (responsáveis pelo ensino). Esses saberes são fundamentais para o mediador da aprendizagem e sua prática.

A impossibilidade de separar a aprendizagem da coatividade de complexas redes neurofuncionais coloca o agente educacional frente ao desafio de conhecer a interconexão que configura o mais alto nível de capacidades superiores, ao qual Fonseca, V. (2018), se refere como ‘tríade funcional da aprendizagem humana’. A tríade é abordada como a interatividade e inseparabilidade dinâmica da cognição, conação e da execução na emergência e sustentação do processo de aprendizagem humana.

Cognição entendida como ‘ato ou processo de conhecimento’ que se dá pela coativação interfuncional de segmentos mentais, dentre eles, atenção, percepção, processamento, memória, raciocínio, resolução de problemas. Em que as funções cognitivas se processam, de maneira funcional ou disfuncional, em formato integrado às funções conativas e executivas.

A conação está relacionada ao estado ou processos de preparação interna para comportamentos. Envolve motivação, temperamento, personalidade, dentre outros elementos que compõem a dimensão psicocognitiva. A conação tem papel de controle da regulação tônico-energética e afetiva das condutas e realizam dois tipos de procedimentos adaptativos: os facilitadores e inibidores.

O processo adaptativo facilitador, ou função conativa positiva, impulsiona emoções que promovem a aprendizagem bem sucedida, aguçando sentimentos de desejo, entusiasmo, prazer, interesse, autoconceito, empenho, dentre outros. Enquanto o processo adaptativo inibidor, ou função conativa negativa, muitas vezes ligada ao insucesso na aprendizagem, produzem estados emocionais opostos como desmotivação, desencanto, desprazer, frustração, rejeição, e outros.

A execução neurofuncional da aprendizagem tem papel proeminente na coordenação e integração da tríade. A função executiva é desempenhada pelo córtex pré-frontal, estrutura cerebral que contém a mais elevada organização de integração perceptiva e de reconhecimento multissensorial (tátil-cinestésico, visual e auditivo) e poder de conectividade. Sobre função executiva do córtex pré-frontal vale enfatizar que:

Por alguma razão, as neurociências elegem-na como a área responsável pela regulação, supervisão e controle “performático” das ações, das emoções, dos pensamentos e dos comportamentos, denominada por essas disposições neurofuncionais como o processo centrífugo, descendente, eferente (top-down) ou de output de informação (Fonseca, 2018).

Assim, entendemos que função executiva coordena diversificado conjunto de competências executivas cruciais à atividade de aprender. O aprendente é em si um ser executivo. Sem bom desempenho executivo a aprendizagem não se processa de forma descomplicada e prazerosa.

Enquanto processo neurofuncional essencial e necessário ao aprender, a função executiva, precisa ser melhor conhecida pelos arquitetos dos currículos/educadores. Estes devem estar preparados para avaliar os aprendentes em suas áreas fortes, em zonas de desenvolvimento proximal e em áreas fracas; e ensinar estratégias que os ajudem a compreender como pensam, sentem, agem e aprendem.

As práticas educativas precisam se desenvolver à luz da neurodiversidade e da diferenciação da aprendizagem de todos que, por algum motivo, estão em desvantagem. A educação deve ser mais amiga dos corpos, das mentes e emoções. Afinal, a sociedade tem perdido muito com o insucesso nas aprendizagens.

A observância, por parte dos agentes educacionais, dos processos envolvidos no aprender é urgente e necessária. Visto que, têm o poder de promover aprendizagem bem sucedida, ou provocar dissonância e disrupção na aprendizagem com reflexos comprometedores nas funções cognitivas, conativas e executivas.

### **1.3.2 Desenvolvimento cognitivo no envelhecimento**

O desenvolvimento das potencialidades cognitivas da pessoa idosa requer atenção a uma série de questões relacionadas a este aspecto do humano. Inicialmente vale ressaltar a forma diversa como as pessoas se apresentam em sua condição cognitiva, realidade que se conecta com a história de cada um.

A preservação cognitiva, tem relação íntima com a saúde geral e qualidade de vida da pessoa. As diferenças socioeducacionais, dentre outras, constituem condições que são refletidas na experiência de uma pessoa e na forma como se dá o seu envelhecimento cognitivo.

A discussão sobre agentes sociodemográficos, relacionando estilo de vida, saúde e envelhecimento cognitivo bem sucedido, leva a achados científicos que: “A escolaridade é a que parece exercer maior influência no funcionamento cognitivo, associando-se ao desenvolvimento neuronal e a variáveis sociodemográficas, de estilo de vida e relacionadas às condições de vida e saúde das pessoas idosas” (Silva; Silva, 2013. P. 9).

Este estudo de Silva e Silva (2013), apontou a escolaridade mais elevada como elemento de maior vinculação ao melhor rendimento cognitivo. O reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento cognitivo bem sucedido, refletido na fase do envelhecimento, nos incita à busca por conhecimentos que prepare educadores e sociedade em geral a promoverem a educação necessária às pessoas que chegam à velhice. Educação que inicia nos primeiros anos e segue por toda a vida.

É necessário que os processos formativos dos educadores promovam a compreensão das especificidades cognitivas do ser idoso. O estudo acerca do desenvolvimento cognitivo realizado por Jean Piaget, século XIX, ainda tem sido a referência fundamental aos educadores que passam pela formação no nível da graduação. Segundo este teórico o pensamento adulto se configura como operações formais. Considerar o estágio operatório formal como ponto máximo do desempenho cognitivo não possibilita compreender a amplitude das potencialidades cognitivas do idoso.

Papalia e Feldman (2013), fornecem contribuições relevantes acerca da caracterização cognitiva no desenvolvimento da vida adulta. Inicialmente, subdividindo a fase adulta em jovem, intermediária e tardia, considera, cronologicamente, a fase adulta jovem iniciada entre 20 e 25 anos, com formato cognitivo realizador; a fase adulta intermediária ou meia idade, entre 40 e 65 anos, com formato responsável e executivo; e a fase adulta tardia, a partir dos 65 anos, com formato reorganizativo, reintegrativo. Estando as duas últimas fases circunscritas ao processo de envelhecimento.

Ressaltamos que as fronteiras cronológicas são referenciadas, mesmo o processo evolutivo sendo considerado multiconstituído, complexo e dinâmico. O uso dos limites cronológicos se dá pela falta de marcadores possíveis para delimitar a experiência do envelhecimento cognitivo.

A partir das características cognitivas distintas apresentadas ao longo do desenvolvimento adulto, o estudo do desenvolvimento humano aponta que as mudanças na cognição se estendem para além do formato de pensamento operatório formal, proposto por Piaget.

A produção neopiagetiana engendra duas linhas de investigação. Em uma delas é considerado que o adulto atinge os níveis mais altos do pensamento reflexivo, ou raciocínio abstrato. Em que se tem a potencialidade da lógica complexa, possibilitadora do funcionamento de sistema intelectual complexo, capaz de articular ideias ou considerações conflitantes. Outra linha aponta para o formato do *pensamento pós-formal*, caracterizado por combinar lógica com emoção e experiência prática para solucionar problemas ambíguos.

Na concepção neopiagetiana o pensamento maduro é mais rico e mais complexo que o pensamento formal descrito por Piaget. Caracteriza-se pela potencialidade de lidar com inconsistência, contradição, imperfeição e intolerância. Apresenta-se mais flexível, aberto e adaptativo, além de operar em contexto social pela interface de intuição e emoção, o que se reafirma a seguir:

Trabalhos de pesquisa e teóricos a partir da década de 1970 sugerem que o pensamento maduro é mais rico e mais complexo do que Piaget descreveu. Ele é caracterizado pela capacidade de lidar com inconsistência, contradição, imperfeição e tolerância. É de certa forma tanto um estilo de personalidade quanto um modo de pensar: as pessoas diferem no quanto se sentem confortáveis com a incerteza. Este estágio superior da cognição adulta é chamado às vezes de pensamento pós-formal (Papalia; Feldman, 2013, P. 466).

O envelhecimento constitui um processo gradual e inevitável vivido por aqueles que alcançam chegar nele. Este processamento tem repercussões em todos os aspectos do desenvolvimento, dentre eles, o cognitivo. Sua propensão ao declínio constitui fonte de preocupação maior aos que envelhecem, às famílias e à sociedade.

Entretanto, conhecimentos apontam que há conduções pedagógicas/psicopedagógicas capazes de atenuar perdas e favorecer o desempenho de potencialidades, minimizando os efeitos negativos do envelhecimento cognitivo. “Os declínios não são inevitáveis nem necessariamente permanentes. Mesmo quando ficamos mais velhos nossos cérebros ainda são flexíveis e podem responder positivamente” (Ibidem, 2013, P. 516)

A afirmativa corrobora que o enfrentamento dos desafios educacionais para atender às demandas da pessoa idosa exige conhecimentos específicos, e aqui destacamos os relativos ao desenvolvimento das potencialidades cognitivas.

O declínio cognitivo vivenciado de maneira heterogênea entre as pessoas a partir da meia idade (40 a 65 anos), enquanto processo multiconstituído, nos chama a atenção para que conduzamos ações educativas de forma atenta à dinâmica de interfuncionalidade que

ocorre na dimensão do todo humano/cognitivo, considerando sobretudo os impactos de natureza biológica e sociocultural.

O processo biológico incide em alterações neurofuncionais que repercutem na velocidade de processamento cerebral. Contudo, em alguns casos o conhecimento baseado na experiência pode mais que compensar as alterações físicas. Para compreender isto, somos remetidos ao conhecimento, fruto de várias pesquisas empíricas realizadas ao longo do século XX, que convergem para a explicação do processo intelectual básico, desenvolvido pelo funcionamento de duas classes de capacidades, ou processos intelectuais básicos (Papalia e Feldman, 2013; Neri e Neri, 2011).

Uma classe relacionada a bases fisiológicas, e outra a bases educacionais/experienciais. A primeira chamada de capacidade fluida, ou inteligência fluida, a qual é atribuída a noção de natural, e constitui a base do funcionamento intelectual. O termo fluida foi associado, metaforicamente, a ideia de uma corrente em constante estado de fluxo, composto por atividades intelectuais básicas como velocidade perceptual, raciocínio, orientação espacial, memória de trabalho e memória episódica. A chamada inteligência fluida alcança o auge de desenvolvimento no início da vida adulta e tende a declinar com o tempo.

A segunda, chamada capacidade cristalizada, ou inteligência cristalizada é relacionada a capacidades mentais produzidas pela ação da experiência cultural sobre as capacidades mentais básicas. A inteligência cristalizada favorece a construções intelectuais crescentemente complexas, manifestas na compreensão e fluência verbal, na memória semântica, no raciocínio espacial e numérico. A inteligência cristalizada, ou ainda nomeada como pragmática cognitiva, desvela o poder da ação humana e da cultura na construção social do ser cognitivo.

A educação de idosos tem possibilidade de avançar e dar efetivas contribuições, desenvolvendo práticas traçadas com finalidade de aguçar o funcionamento intelectual enquanto processo que se concretiza na integração entre os dois conjuntos de capacidades, assentadas na base fisiológica e na base educacional e experiencial.

## **2. Passos e descompassos na educação para/com a pessoa idosa: no retrovisor de hoje a construção de seis décadas**

A nova invenção social, política, econômica e cultural, chamada educação para pessoa idosa deu os primeiros passos nas quatro últimas décadas do século passado. Nas duas primeiras décadas do século atual segue com a tarefa de aprumar os passos e avançar. O solo por onde se move apresenta obstáculos a serem transpostos. A missão é dura, porém favorecida pela força que os caminhantes detêm, proveniente da contribuição das ciências e de experiências desenvolvidas na espiral de tempos históricos e sociais.

Experiências educacionais ocorreram, por um lado, com a incumbência de ser solução para dificuldades construídas pelos próprios descompassos sociais, políticos, econômicos e culturais. Por outro, buscando caminhos para incluir a pessoa idosa, pela via da educação, elevando a condição de participar de um mundo em profundas, intensas, e dinâmicas mudanças. Dessa forma, promovendo preparação para lidar com novas realidades ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento de potencialidades para melhor viver.

Assim, planos/programas/projetos de educação tem sido idealizados e desenvolvidos, perspectivando a promoção: da saúde física, psíquica e bem estar social; da ressignificação do sentido social/moral/ético; da preparação para acompanhar o avanço tecnológico; do fortalecimento para o exercício da autonomia, independência e uso de direitos. Além dessa preparação da pessoa idosa para o “novo mundo” que se apresenta, almeja-se a promoção de dinâmica intergeracional, por meio da qual a sociedade pode ganhar muito com o compartilhamento da riqueza de conhecimentos que a experiência da pessoa idosa carrega.

Neste caminho de construção da educação para/com pessoa idosa muito se tem aprendido, passos importantes foram dados, ao mesmo tempo em que alguns sinais de alerta acesos apontam a necessidade de avanço.

Alguns descompassos precisam ser ajustados, para que a oferta educacional apropriada às necessidades, interesse e desejo da pessoa idosa, seja alcançada. É necessário atentar para melhor articulação entre as diversas faces do fenômeno educacional no entrelaçamento de condicionantes econômicos, políticos, sociais e culturais.

Além disso, a condução de processos de aprendizagens em pessoas idosas exige especial atenção ao ser psicológico/existencial concreto. Bem como ao contexto, que se constitui de mundo que valoriza a juventude, e se propõe oferecer oportunidades educacionais até a vida adulta (re)produtiva, considerada referência suprema do desenvolvimento humano. Ressaltando, que esta forma social de violência tende a limitar a percepção que o idoso tem suas próprias potencialidades.

Nas manifestações sociais, frequentemente a negação da velhice e do envelhecimento é estampada. Assim como, se supervaloriza “o ser novo” e o “vigor da juventude”, impactando a possibilidade das pessoas se planejarem para o envelhecimento na melhor forma. Tornando-as mais despreparadas para viver essa fase, que como as demais, tem limitações e possibilidades.

As repercussões das manifestações sociais de valorização do “novo” e desvalorização do “velho” tem apresentado efeitos danosos. Comprometendo o senso subjetivo do próprio desenvolvimento<sup>4</sup>. E como defesa compensatória, pode levar pessoas à compulsão da eterna juventude. Em que estas buscam atender às exigências sociais de ser jovem a qualquer custo, inviabilizando viver a experiência do envelhecimento de forma saudável/prazerosa.

A evitação da realidade do processo próprio do envelhecimento apresenta ainda efeitos outros, como o de acentuar dificuldades que, muitas vezes, são passíveis de serem minimizadas e/ou vividas com satisfação. Além de suprimir o sentido de continuar se desenvolvendo.

São essas ideias, relacionando velhice e tempo, que apontam para um velho que não investe no presente nem projeta para o futuro. Essas ideias conformam uma noção de idoso que só tem passado, lembranças para lembrar e, no futuro, o confronto com a morte. São essas mesmas ideias que negam a possibilidade de um futuro para o velho (Mercadante, 2005, p. 32).

O estigma/negação da velhice e supremacia da juventude, propagados pela sociedade/cultura, é o mesmo que macula a identidade social da pessoa idosa, debela o sentido de aprender e continuar se desenvolvendo, fazendo a educação para pessoa idosa uma “coisa menor”, normalizando o fazer educacional destituído de conhecimentos das ciências da educação. Sendo desenvolvido por educadores sem formação específica e sem metodologia própria.

É preciso organizar práticas educativas com sentido de atendimento à pessoa idosa em sua totalidade. Envolvendo a percepção do ser constituído de potencialidade de desenvolvimento e aprendizagem, em que esta deve se processar conduzida por metodologia própria, construída para atender às especificidades senescentes.

A experiência deste estudo, de reunir conhecimentos das ciências fundamentais à construção de base teórico-prática para educação da pessoa idosa, colocou em pauta valiosas

---

<sup>4</sup> Termo que se refere à construção própria de si, a partir da avaliação que faz da condição biológica, social e psicológica em seu envelhecimento.

contribuições oriundas da gerontologia, da ciência do desenvolvimento humano e das ciências da educação. Que podem oferecer saberes possibilita(dores) para a compreensão do ser aprendente idoso.

Não obstante, as especificidades do ser idoso, estudadas pela gerontologia e pela ciência do desenvolvimento humano, ainda estão por ser consideradas concretamente nas atividades educativas praticadas até os nossos dias. O fazer multidisciplinar ainda não alcançado pelas práticas educativas, bem como, o não desenvolvimento e institucionalização de metodologia apropriada às especificidades cognitivas, se revelam como figura e fundo da incipiência ocidental na educação gerontológica.

A educação para pessoa idosa ainda se encontra absorta nessa novidade de constituir-se enquanto “nova invenção social, política, econômica e cultural”. Ela ainda não alcançou compasso no ritmo cadenciado dos saberes psicocognitivos e psicopedagógicos, de mãos dadas com os saberes da gerontologia.

Consideramos que ainda temos uma estrada a percorrer para alcançarmos efetividade de propostas educacionais com teorias e práticas fundamentadas e articuladas no caráter multidisciplinar, defini(dor) do fazer educacional para pessoa idosa.

Até onde foi alcançado, os saberes apresentados pelas ciências, retratam um modo de fazer educação que concebe o idoso, e sua necessidade de aprender, “em partes” e não em “um todo” articulado/interfuncional.

A educação para pessoa idosa se apresenta configurada “em partes”, ora complementares, ora disruptivas. E nesse movimento desconexo vivemos a realidade de atividades socioeducativas ofertadas, majoritariamente, por meio da política pública da assistência social, com a incumbência de resolução de problemáticas sociais. Que, no seu alcance, tem mitigado a lacuna educacional do mundo idoso.

## **CAPÍTULO V – CENÁRIO EDUCACIONAL: ESPAÇO DE POSSIBILIDADES PARA EXPERIÊNCIAS PROPULSORAS DE ENVELHECIMENTO ATIVO, SAUDÁVEL E AUTÔNOMO**

Neste capítulo apresentamos realidades percebidas na vivência relacional com instituições públicas que, em princípio, se entrelaçam com a promoção de políticas públicas para atendimento das demandas da população idosa. Bem como, discorreremos acerca das realidades apreendidas na (con)vivência com atores de experiências socioeducacionais.

Este estudo ganhou mais sentido por ter acontecido no espaço geográfico, político, social e histórico próprio. A cidade de João Pessoa, Paraíba, vem se consolidando cada vez mais como vocacionada ao atendimento humanizado das demandas de seus idosos. Oferece qualidade de vida à população em geral, se destaca pelo aspecto de natureza preservada, limpeza e organização do espaço urbano.

Há algum tempo vem sendo apontada como lugar indicado para pessoas em envelhecimento viverem. O aumento de pessoas de outras cidades e estados da federação que têm transferindo o domicílio para João Pessoa, tem chamado a atenção. Esse movimento culminou com a explosão de procura por parte dos turistas ocorrida no final do ano de 2024, em que a rede hoteleira atingiu 100% de ocupação.

Isso ocorreu simultaneamente à divulgação de pesquisa realizada pela plataforma de viagens Booking que apontou João Pessoa como a terceira cidade mais procurada por turistas de todo o mundo em 2025 (Brasil, Ministério do Turismo 25/11/2024).

Neste contexto, registra-se o aumento de pessoas que passaram a fixar residência na cidade, e o interesse de turistas em conhecê-la. João Pessoa foi, segundo dados do censo de 2022, a capital do nordeste que apresentou maior aumento percentual da população.

A capital paraibana, na última década, vem sendo comentada na mídia como cidade que oferece condições para se viver com qualidade. O que seduz aposentados a nela fixar domicílio. Foram apresentados vários motivos que justificavam escolhê-la como a cidade para se viver. Uma das matérias veiculadas na mídia, expôs alguns dos atrativos do lugar:

Entre os motivos, o especialista apontou o custo de vida, o trânsito, a segurança e infraestrutura, características positivas na capital paraibana, que garantem o ambiente pacífico com ares interioranos e estrutura de cidade grande. A tranquilidade que difere de outras cidades é o que também motiva idosos a escolherem o município para viver após a aposentadoria (PolíticaJP, 04/06/2022).

Além das características propagadas sobre as positivities do lugar, é possível visualizar que a cidade tem apresentado um movimento de fazer-se mais humanizada, preservando a natureza e cuidando dos seres humanos, de maneira incomum às cidades brasileiras. Neste mundo de ares mais humanizados, identifica-se a existência de rede de atendimento ao idoso benfazeja na esfera social, de saúde e socioeducacional.

Na cidade são desenvolvidas várias ações, programas e serviços que compõem as políticas públicas municipais para a pessoa idosa. Elas são desenvolvidas em dimensão multisetorial, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Cidadania - SEDHUC, Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Turismo - SMT, Secretaria Municipal de Habitação Social - SEMHAB e Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa - SEDEC.

Na dimensão social o atendimento se apresenta mais abrangente, estruturado e efetivo. Haja vista que, está a cargo da assistência social articular, junto às demais áreas da administração pública, as questões relacionadas ao atendimento das demandas da pessoa idosa. Lembrando que esta definição é instituída no ordenamento nacional.

Além disso, existem urgências na resolução de problemáticas sociais que estão em pauta. Bem como, houve avanço no desenvolvimento de Políticas da Assistência Social sistematizadas/estimuladas na década anterior, por governos voltados às garantias de direitos sociais.

Foram fomentadas ações do CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social, que possibilitaram a criação do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Criado em 2005 e instituído como lei em 2011, com a incumbência de promover acesso aos direitos de proteção social.

Na área da saúde, João Pessoa conta com a Policlínica Municipal da Pessoa Idosa. Clínica de especialidades específica para idosos, e pioneira no nordeste. Criada há 17 anos, constitui-se espaço em que são realizados atendimentos na área da angiologia, cardiologia, dermatologia, endocrinologia, geriatria, neurologia, psiquiatria, gastroenterologia, reumatologia, entre outros. Além desta, foi identificada apenas mais uma policlínica específica para o idoso no nordeste, situada no estado do Maranhão, criada no ano de 2021.

Na área educacional, não foram identificados programas e ações voltadas à educação escolar específica para idosos. Segundo informação colhida na Secretaria de Educação do município, a possibilidade educacional ao segmento etário é disponibilizada por meio da

modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, e o Programa de Alfabetização, na rede pública estadual e municipal.

Durante alguns anos a cidade de João Pessoa contou com a Universidade da Terceira Idade, ofertada pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP, uma Instituição de Ensino Superior da rede privada. Contudo, este atendimento educacional deixou de funcionar.

A oferta educacional a pessoa idosa na cidade de João Pessoa tem se dado na modalidade não escolar. Ocorrendo sobretudo no interior dos grupos de convivência sob a gestão da Secretaria de Direitos Humano e Cidadania - SEDHUC. As ações educativas/socioeducativas são realizadas sob a égide da Assistência Social Básica, enquanto Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, se dando na forma de atividades socioeducativas.

Tais atividades são desenvolvidas de acordo com o que propõe a Resolução/CNAS, Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Elas são realizadas visando contribuir com o processo de envelhecimento saudável, promovendo o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, estimulando vínculos familiares e convívio comunitário, bem como prevenindo situações de risco social.

As atividades socioeducativas direcionadas ao público idoso, estabelecidos pela Resolução/CNAS, Nº 109, 2009, apresentam-se, na realidade vivenciada por este estudo, como iniciativas que buscam contribuir com a promoção do envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Assegurando espaço de encontro para pessoa idosa; identificando necessidades e motivações para desenvolver potencialidades para novos projetos de vida; propiciando vivências que valorizam as experiências potencializadoras da condição de escolher e decidir.

Dessa forma elas têm buscado contribuir para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social do ser em envelhecimento. E apresentam-se alinhadas com propósitos discutidos nas ciências que, de alguma forma, se ocupam com o pensar/fazer educação, e sobre o que é aprender/ensinar no mundo do ser idoso.

A configuração educacional para senescentes na cidade, evidencia equipamentos socioeducativos importantes ao atendimento da população. Além das instituições que constituem a rede de atendimento, já citada, destacamos a existência do único instituto temático de referência na área de envelhecimento da América Latina. Inaugurado em maio de 2019, o Instituto Paraibano do Envelhecimento – IPE/UFPB, tem inserção em larga amplitude. Abrange pesquisa, formação profissional e atenção à pessoa idosa. Sua importância se impõe

pela produção de conhecimentos acerca de questões do envelhecimento, pela formação *stricto sensu* em gerontologia e pela atenção à pessoa idosa por meio de atividades socioeducativas.

Assim, a cidade de João Pessoa apresenta-se como espaço detentor de fecunda estrutura de rede de atendimento à pessoa idosa. Porém, ainda não aproveitado suficientemente. Quiçá a contradição seja superada. Talvez por contribuições de políticas públicas mais efetivas, e por conhecimentos científicos multidisciplinares, contando, sobretudo, com os que as ciências da educação podem oferecer.

A conjuntura clama por educação, com caráter de oportunidades de atualização de conhecimentos e promoção da inclusão do idoso. O mundo está marcado por constantes, intensas e dinâmicas transformações, nas quais novas tendências emergem a todo momento. O contexto demanda ao idoso constituir-se ativo como ser-de-aprendizagem, sob pena de exclusão social, perda de saúde e qualidade de vida.

A educação em pauta é muito mais que escolarização. Constitui, também, um meio pelo qual a pessoa idosa possa desenvolver formação que a instrumentalize para a consciência e luta dos/pelos seus direitos, e para o atendimento às próprias necessidades. Tais como: o cuidado com a saúde, envolvimento com o bem estar social, físico, espiritual, cognitivo e emocional.

Nas circunstâncias vivenciadas/testemunhadas nos espaços gestores e executores de ofertas educacionais, foi sentida a falta de propositura teórico/prática para a educação, enquanto processo de desenvolvimento/aprendizagem em sua totalidade. (Con)vivemos com a fragmentação dos saberes de fundamentação à prática educativa do idoso. Fato que reflete a falta de produção acadêmica que respalde educadores para a prática educativa com a população idosa.

A lacuna de produção pode ser retratada pelo fato de que, somente em 2020, o primeiro livro sobre aprendizagem no adulto e idoso, em perspectiva psicopedagógica foi publicado no Brasil. A obra é intitulada *Psicopedagogia para adultos e idosos: diagnóstico e intervenção* (Gonçalves, 2020).

Sendo a psicopedagogia a ciência da educação que tem como objeto de estudo a aprendizagem. Tal fato denuncia a incipiência educacional/psicopedagógica no trato com a aprendizagem da pessoa idosa.

A escassez de conhecimentos teórico-prático específicos para a educação da pessoa idosa, também, constitui razão pela qual o processo educacional seja desenvolvido essencialmente pela assistência social. Configurando a socioeducação, ora ofertada, mais “socio” que “educação”. O que não constitui demérito. Principalmente, pela forma dedicada e amorosa, com que os atores educacionais se entregam ao desafio.

Entretanto as circunstâncias pedem ampliação de horizontes. As políticas públicas, voltadas ao atendimento das necessidades educacionais da pessoa idosa, precisam ser efetivamente desenvolvidas em dimensão multissetorial. Com participação concreta da Secretaria da Educação.

Nossa investigação não identificou presença desta secretaria no desenvolvimento das atividades socioeducativas ofertadas aos senescentes na cidade, e, especificamente, na instituição *locus* da pesquisa. Nela não foi identificada qualquer iniciativa formativa de educadores para idosos sob gerenciamento/gestão da Secretaria da Educação.

Não cabe a essa secretaria o controle e organização dos processos de aprendizagens, inovações e desenvolvimento humano, próprios das atividades educacionais?

Após mostrar o panorama que envolve as instituições públicas, com competência/atribuição para a oferta de políticas públicas ao atendimento das demandas educacionais da população idosa, é chegada a hora de apresentar a instituição *locus* da pesquisa.

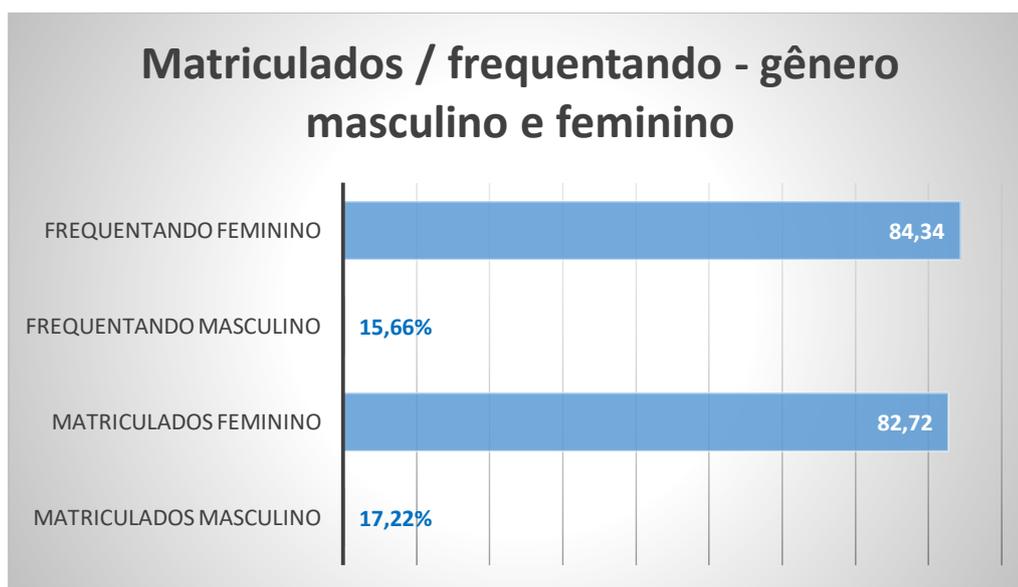
Nela foram colhidos os dados apresentados na vivência relacional com os atores educacionais. Ela constitui uma referência na oferta de atividades socioeducativas à pessoa idosa na cidade de João Pessoa. Tem estrutura física ampla, em localização privilegiada. Dispõe de pessoal, tanto docente como administrativo, que presta serviço elogiado, pelos participantes das atividades.

A escolha do lugar se deu por este constituir o espaço com as condições mais favoráveis para a ocorrência das atividades socioeducativas, dentre as identificadas em estudos exploratórios anteriores.

O movimento fenomenológico de ir até a “coisa mesma” nos levou a vivenciar experiências socioeducativas em instituição pública municipal que disponibiliza mais opções de atividades socioeducativas para idosos na cidade. No período de colheita dos dados, apresentava o número de 627 pessoas idosas matriculados. E registava 498 idosos frequentando 13 modalidades de atividades desenvolvidas em 33 grupos, conduzidos por 16 educadores.

Observando o percentual de Pessoas idosas matriculadas e as que frequentam, verificamos diferença expressiva entre os gêneros, com predominância de adesão do gênero feminino, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Sujeitos - Pessoas Idosas matriculadas e frequentando - percentual por gênero**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

O gráfico aponta que o universo feminino é percentualmente bem mais elevado que o masculino, tanto na categoria de matriculados, quanto na dos que frequentavam. Essa diferença se torna ainda mais expressiva quando observada a relação na categoria de frequentantes. Estes dados sinalizam adesão/perseverança às atividades superior no público feminino.

As modalidades de atividades socioeducativas disponibilizadas são: Alongamento e aeróbica; Alongamento e funcional; Alongamento na piscina; Artesanato com linha – crochê e outros; Câmbio – vôlei adaptado para idosos; Coral; Dinâmica de Grupo; Ginástica gerontológica; Grupo de dança Baila Comigo; Grupo de Encontro sobre Envelhecimento e Longevidade; Hidroginástica; Oficina da memória; Reike - terapia alternativa.

A instituição disponibiliza amplo espaço para uso da pessoa idosa. Tem um grande salão para eventos, onde são desenvolvidas várias atividades, a exemplo de: Alongamento e aeróbica; Alongamento e funcional; Ginástica gerontológica; Grupo de dança Baila Comigo

e festas comemorativas. Tem uma piscina na qual acontecem as atividades: Alongamento na piscina e hidroginástica. Além de outros espaços que descreveremos adiante.

No salão de eventos acontecem as atividades que congregam maior número de participantes, a exemplo da atividade registrada na imagem a seguir.

**Figura 1: Registro da atividade ginástica gerontológica**



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em 2023.

A imagem foi trazida ao texto para proporcionar contato mais real com o lugar. Está sendo apresentado apenas pequena parte final do espaço físico do salão de eventos, e em um ângulo proporcionar a não identificação dos participantes.

Nesta imagem, é retratado um recorte da ginástica gerontológica que conta com grande adesão por parte dos participantes. Ela trabalha, efetivamente, o desenvolvimento psicofísico, elevando força muscular, potencialidade psicomotriz, com ênfase no equilíbrio psicomotor. A prática é realizada com a pessoa sentada, e promove excelentes resultados. Motivo pelo qual o grande salão de eventos frequentemente se torna pequeno. Salientamos que a imagem acima registra a parte final do salão, que neste dia, excepcionalmente, apresentava algum espaço disponível para ser ocupado.

O fato da atividade ser feita com pessoas sentadas favorece, também, a participação daqueles que têm algumas limitações motoras, dificuldade de equilíbrio, dentre outras. Importante destacar que alguns participantes, ao chegarem no centro, iniciam por essa atividade. Desenvolvem equilíbrio, domínio psicomotor, autoconfiança, e logo passam a praticar outras atividades também.

**Figura 2: Registro da atividade alongamento e aeróbica**



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em 2023.

Nesta imagem temos o registro de determinado ângulo do salão de eventos, no momento em que ocorre a atividade alongamento e aeróbica. A atividade também costuma lotar o salão, pelo simples motivo dos participantes sentirem instantaneamente seus benefícios. A atividade é extremamente energizante e ativadora da potencialidade psicomotora. Ao tempo em que proporciona desenvolvimento geral e de força muscular. Tudo isso contribuindo para melhor funcionamento cognitivo, conativo e executivo.

A instituição também conta com uma quadra de vôlei, na qual se desenvolve a atividade de câmbio. Onde também ocorrem os treinos da equipe vencedora do CRMPI. Vale o registro que essa equipe vem se destacando como vencedora na maioria dos campeonatos que têm ocorrido na cidade. Importante ressaltar que o esporte vem ganhando cada vez mais adeptos e importância na cidade.

A seguir é compartilhada a imagem da quadra de vôlei de areia, para que o leitor possa conhecer o lugar, e sentir o aspecto humanizado que nele se manifesta. A área é bastante agradável, com a quadra rodeada por sombreamento de árvores. Além de bastante ventilada, por situar-se em bairro geograficamente elevado.

**Figura 3: Registro da atividade Câmbio**



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em 2023.

Importante ressaltar que o CRMPI despontou como pioneiro na modalidade esportiva do Cambio/vôlei adaptado para idosos. Bem como, vem se projetando cada vez mais no protagonismo deste esporte praticado pela população idosa. O movimento de adesão ao câmbio vem sendo ampliado para outras municípios da grande João Pessoa.

A seguir, compartilhamos noções breves que norteiam a prática da modalidade, segundo artigo publicado, com o tema: Câmbio como interação sociorecreativa na percepção de idosos. No qual figuramos dentre os autores.

Os atletas ficam dispostos na meia quadra em frente da rede ocupando o espaço em nove posições demarcadas. O jogo inicia com o atleta que ocupa a posição no centro de quadra, que deve arremessar a bola por cima da rede para o lado adversário, emitindo a ordem de CAMBIO, que leva ao rodizio dos seus integrantes, independente de pontuação. A recepção da bola deve ser no estilo “bola presa”, onde o atleta pega a bola com as duas mãos, que poderá arremessar de volta para o adversário ou passar a bola para o atleta

que está na posição no centro de quadra. Usualmente, os atletas arremessam a bola sem saltar. Porém, quando o atleta optar por saltar para arremessar deve manter um dos pés fixados no chão (Silva; Colella; et al, 2020).

Na prática do câmbio identificamos a existência de pessoas com explícitos e fortes sinais de envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Praticantes da modalidade esportiva/sociorecreativa com ótima performance.

Além dos espaços em que ocorrem as atividades físicas, a instituição dispõe de auditório, no qual ocorrem as atividades do Coral, sessões de Dinâmica de Grupo, e sessões do Grupo de Encontro sobre Envelhecimento.

A estrutura física do lugar possui também salas destinadas para: atividade de artesanato, atendimento de Reike, atendimento da psicologia e da assistência social. E ainda conta com uma sala estilo refeitório, onde são servidos lanches nos eventos promovidos.

Neste amplo espaço nos movemos, interagimos, vivenciamos e conhecemos a realidade do lugar. Sentimos cheiros, sonoridade, cores e nuances de um cenário que apresentava pessoas idosas vivendo experiências identificadas com o envelhecimento saudável.

Havia cheiros de pessoas que exalavam efeitos de neurotransmissores que melhoram o sentimento de satisfação, bem-estar e autoconceito. Sonoridades ecoavam pessoas aprendendo a aprender, realizando descobertas surpreendente sobre ser-no-mundo-idoso. Cores reveladoras de resgate de vitalidade, liberdade e autonomia se manifestavam impressas em rostos, corpos e movimentos de pessoas que percebem que a vida não acabou.

A oportunidade de vivenciar a realidade socioeducacional no centro de referência, elevou nossa sensibilidade para perceber o ser aprendente em envelhecimento, e possibilitou aprendizagens até então não alcançadas. Descortinamos sentidos nas interações espontâneas com os atores que se moviam nos diversos ambientes do lugar. E sobremaneira, nos diálogos que se deram nos momentos de entrevistas com as pessoas idosas e com os socioeducadores.

## **CAPÍTULO VI – OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO EXALADOS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE PESSOAS IDOSAS E SOCIOEDUCADORES**

A percepção do fenômeno educativo, em um “mundo socioeducativo” para pessoas idosas, se deu no “estar-com-o-percebido”, no “ser-com-o-outro”, na relação em que o objeto é presente e vivo. O fenômeno foi vivenciado em dinamicidade própria com intersubjetividades envolvidas, tendo a subjetividade como possibilidade para alcançar a objetividade.

Estar no “mundo socioeducativo” apreendendo-o no movimento apresentado em dado espaço temporal, possibilitou buscar nas “coisas mesmas” o alcance cognoscente do fenômeno. Em movimento de contínua interação, a realidade foi experienciada, “percebida na percepção do outro, com o outro”.

Nesta perspectiva todos os encontros e trocas forneceram dados relevantes para (com)preensão do fenômeno. Tanto os encontros espontâneos, ocorridos nos diversos espaços e tempos do lugar, quanto os provocados pelas interações ocorridas nos momentos das entrevistas, contribuíram para a construção do saber acerca do objeto presente e vivo.

Por meio de dados manifestados nos encontros espontâneos, registrados em diário de bordo, foi possível alcançar visão panorâmica do lugar. Que muito ajudou a compreender o contexto, e melhor se preparar para a relação com todos os atores do cenário educacional.

As entrevistas realizadas com pessoas idosas e socioeducadores, foram gravadas em vídeo e totalizaram quase 10 horas de gravação. Que transcritas, renderam mais de 300 páginas. Das quais apresentaremos conteúdos e sentidos externados pelos atores. Analisados fenomenologicamente enquanto experiências e percepções alcançadas.

A gravação das entrevistas em formato de vídeos possibilitou análise cuidadosa das manifestações dos sujeitos em sua totalidade. Foi realizada a leitura das expressões verbais e não verbais. A escuta de conteúdos, sob os quais foram percebidas as manifestações do pensar/sentir/agir, possibilitou a relação com o sujeito-objeto presente e vivo, pela experiência do par fenômeno/percebido.

### **1. Experiências e percepções das pessoas idosas sobre educação**

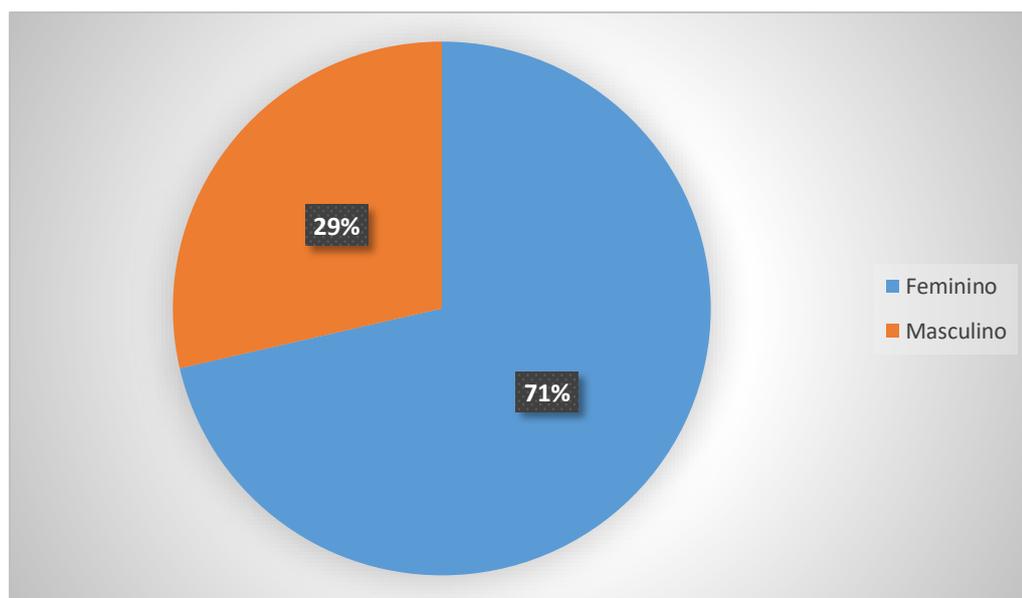
As experiências e percepções dos sujeitos sobre a educação vivida, foram emitidas na relação interativa mediada pelo instrumento de entrevista semiestruturada. Elaborado

contendo duas seções, a primeira estruturada, destinada a coleta de dados sociodemográficos. A segunda, voltada para coleta de relatos sobre as experiências e percepções acerca da educação.

Com a finalidade de caracterizar o perfil dos sujeitos que compuseram o grupo pessoas idosas, alguns dados sociodemográficos se apresentam a seguir.

Inicialmente, a configuração por gênero, conforme exposto no Gráfico 2, aponta o seguimento feminino quantitativamente maior que o masculino. Em que aquele constitui quase o triplo deste. Dado coincidente com algumas considerações, feitas na literatura e em verbalizações dos próprios sujeitos, que apontam maior interesse do público feminino pelo autocuidado e boas práticas para a saúde. Além disso a população idosa feminina é maior que a masculina.

**Gráfico 2 - Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por gênero**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

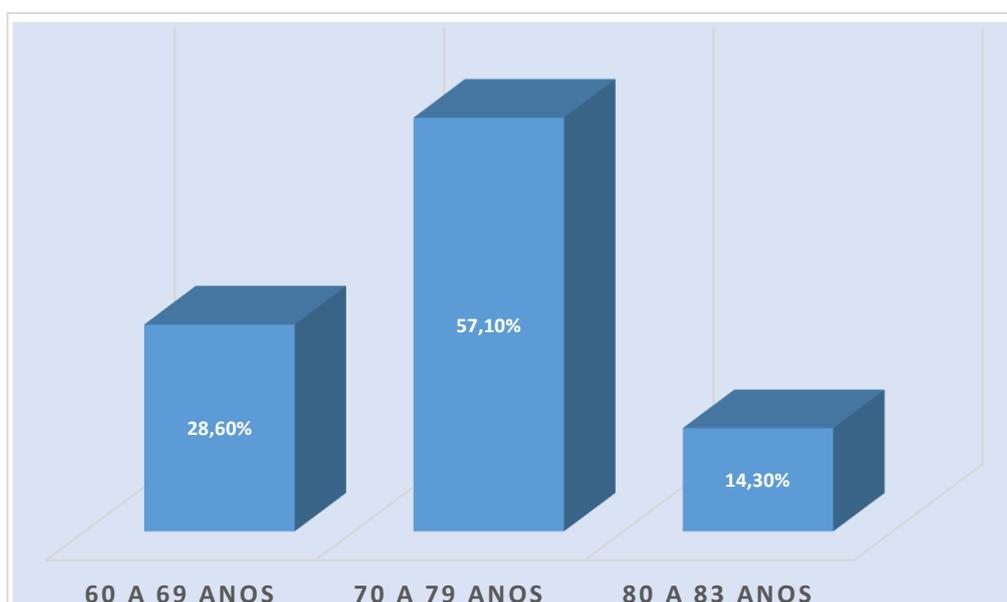
Sobre a configuração quantitativa da população feminina superar a masculina, registra-se semelhança à tendência populacional brasileira, por sexo. No Brasil, dados do censo IBGE, 2022 apontaram constituição da população idosa, por sexo, composta por 55,7% de mulheres e 44,3% de homens. Bem como, os dados reafirmam que a tendência histórica de predominância feminina na composição por sexo da população vem se acentuando.

Apesar da razão de sexo por grupos etários no Brasil, mostrar maior proporção de homens na população com até 19 anos de idade. A partir de 25 anos a população feminina

se torna majoritária. Há maior nascimento de crianças do sexo masculino, contudo há maior mortalidade masculina na juventude por mortes externas.

A caracterização da amostra de pessoas idosas entrevistadas no presente estudo, por faixa etária, apresenta-se delineada entre 60 e 83 anos. Constituída, majoritariamente, de pessoas entre 70 e 79 anos, compondo 57,10% da amostra. Quantitativamente, seguida por pessoas entre 60 e 69 anos, representando 28,60% do grupo. Enquanto o grupo situado entre 80 e 83 anos corresponde a 14,30% da amostra, conforme o Gráfico 3, estampado abaixo.

**Gráfico 3 - Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por faixa Etária**

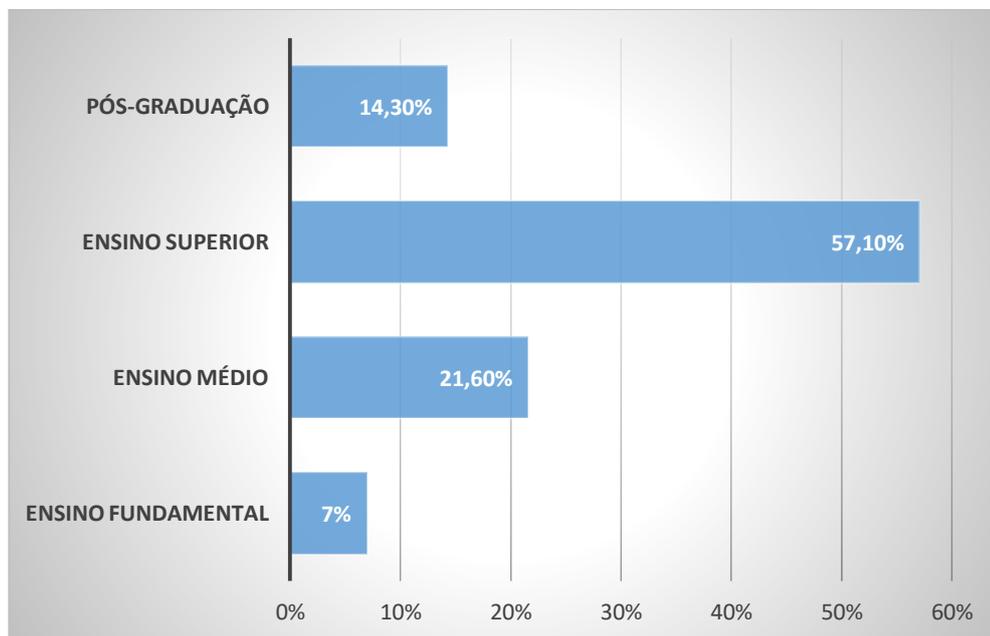


Fonte: elaborado pela autora em 2024.

Destacamos que na faixa etária entre 70 e 79 anos, bem como na faixa entre 80 e 83 anos, encontram-se pessoas que aderiram às atividades socioeducativas desde a fundação da instituição. As adeptas das atividades, ao longo de mais de quinze anos, manifestaram o reconhecimento das práticas socioeducativas como benefício para a saúde física, psíquica e social.

Na especificação quanto a escolarização, a amostra de sujeitos/pessoas idosas, apresenta característica incomum na realidade social brasileira. Há predominância de escolarização em nível mais elevado. Mais da metade tem ensino superior. Menos de um terço se situa entre os níveis de escolarização fundamental e médio. Conforme demonstrado no Gráfico abaixo.

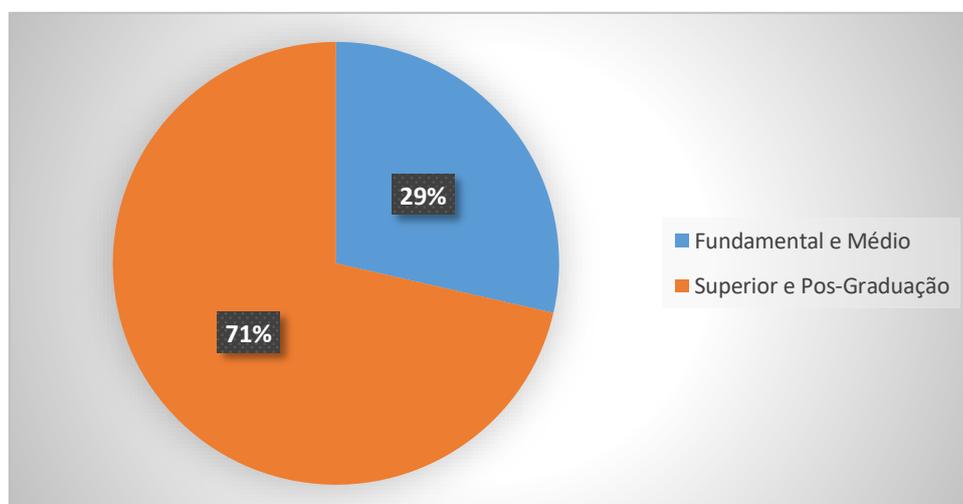
**Gráfico 4 - Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por escolaridade – classificação em quatro blocos: Fundamental; Médio; Superior; Pós-Graduação**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

A amostra apresenta caracterização ainda menos típica quando as pessoas com nível de graduação são agrupadas com as que avançaram para a Pós-Graduação. O grupo com escolarização equivalente à graduação e além dela atinge a marca de quase três quartos da amostra. Conforme pode ser visto no Gráfico a seguir.

**Gráfico 5 - Sujeitos - Pessoas Idosas - percentual por escolaridade – classificação em dois blocos: Fundamental e Médio; Superior e Pós-Graduação**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

Os dados sociodemográficos dos sujeitos apontam boa situação socioeconômica. Com elevado nível de escolarização, a maioria alcançou profissionalização realizadora e todos são aposentados. Este, seguramente não é um quadro que representa a população brasileira, paraibana e pessoense.

O Brasil é classificado entre os de baixa e média renda, em que apenas cerca de 25% da população idosa alcança direitos que viabilizam qualidade de vida (Papalia, 2022, P.1330). O direito a alguma forma de pensão/aposentadoria, a serviços de saúde e à educação não é alcançado pela maioria dos que vivem “o mundo brasileiro”.

A realidade promissora dos sujeitos dessa pesquisa diverge da encontrada em outros espaços de atendimento socioeducativo à pessoa idosa da cidade. Em alguns contextos urbanos, sobretudo os mais periféricos, as condições dadas pelas instituições para o desenvolvimentos das atividades são bem mais limitadas. Bem como, os participantes das mesmas enfrentam realidades sociais mais marcadas pela falta de oportunidades. Situação que muitas vezes inviabilizam a condição da pessoa idosa frequentar espaços socioeducativos.

A propósito, ressaltamos que a escolha do local para desenvolver este estudo, se deu por ele constituir o espaço em que a política pública municipal chega mais efetivamente com estrutura e funcionamento para as atividades socioeducativas.

Para acessarmos às experiências e percepções das pessoas idosas sobre educação, utilizamos questões norteadoras/inspiradoras para o diálogo com os sujeitos. As questões compuseram a segunda seção do instrumento de entrevista utilizado.

Nela, as interrogações buscaram: escutar a experiência educacional dos sujeitos, construída ao longo da vida; conhecer possíveis dificuldades sentidas nas experiências de aprendizagem; saber o que a pessoa idosa considera necessário aprender na fase em que vive; entender como é a experiência do sujeito nas atividades socioeducativas no CRMPI; compreender o que é educação para pessoa idosa na percepção dos sujeitos; como deve ser a forma própria/metodologia de desenvolver educação para pessoa idosa; e identificar o sentido que a educação tem para as pessoas idosas.

### **1.1 A experiência educacional, construída ao longo da vida**

Preliminarmente, esclarecemos que os relatos dos sujeitos, apresentados nesta seção, preserva a identidade dos mesmos. Eles são nomeados pelas iniciais do termo Pessoa Idosa,

PI, seguidas por letra do alfabeto que as diferenciam. Para os 14 entrevistados foi conveniado o uso das primeiras 14 letras do alfabeto (de A a O), em ordem crescente, seguindo a sequência cronológica em que as entrevistas foram realizadas.

As experiências relatadas referem-se a um espaço-tempo que teve início a mais de meio século atrás. Momento em que os sujeitos começaram suas vivências educacionais, e que a educação era pautada pela tendência pedagógica tradicional. À época, para alcançar o acesso e permanência às escolas, as crianças, adolescentes e jovens enfrentavam ainda mais dificuldades que as existentes hoje.

Os sujeitos entrevistados relataram muitas barreiras enfrentadas para conseguirem se escolarizar. Dentre as mais recorrentes estavam: difícil acesso à escola pela falta de condições materiais da família; impossibilidade de “pagar escola”; a escola pública era a única alternativa e não havia escolas para todos; morar em localidades rurais ou em lugares mais distantes dos centros urbanos, e conviver com a dificuldade de transporte escolar. Além de outras dificuldades próprias da época.

Outras situações relatadas figuraram dentre os desafios que exigiram resistência para serem vencidas. Como: ter sido “criado” sem pai, cabendo unicamente à mãe, sem recursos financeiros, a responsabilidade pela educação dos filhos; ser membro de famílias grandes, que tinham em torno de 10 a 12 filhos para educar; a metodologia/concepção educacional adotada que não favorecia a compreensão das potencialidades diferenciadas de cada um, e por conseguinte a falta de trato pedagógico adequado aos limites e possibilidades de cada pessoa.

As experiências relatadas desvelam a luta que a geração, hoje idosa, precisou empreender, junto as suas famílias, para alcançar êxito educacional. As famílias precisaram “desbravar” o direito à educação dos filhos, e estes aprenderam a desenvolver mecanismos para avançar na escolarização.

Os sentidos das descrições feitas pelos entrevistados descortinaram seres de coragem<sup>5</sup>. Que aprenderam muito com as dificuldades próprias da sociedade de meio século atrás. Se desenvolveram a “duras penas”, se constituíram pessoas contributivas com o desenvolvimento da sociedade, e seu processo civilizatório.

---

<sup>5</sup> O termo utilizado tem inspiração na construção teórica de Rollo May em sua obra intitulada “A Coragem de Criar”. Título sugerido pelo livro de Paul Tillich intitulado a “A Coragem de Ser”. A partir do que Rollo May oferece em sua obra, nos referimos a “Seres de coragem” como pessoas que têm coragem de seguir apesar das dificuldades. Em que a coragem torna possível todas as virtudes psicológicas, e que ela é necessária para que o humano possa *ser e vir a ser*.

Mesmo tendo vivido conjuntura tão desafiadora, os sujeitos, avaliaram suas experiências educacionais como positivas. Valorizaram muitos pontos que consideraram ter contribuído para a formação própria e de seus familiares.

Um dos pontos enaltecidos foi o exemplo dado pelos pais que enfrentavam o trabalho árduo. E, por meio de atitudes, ensinaram aos filhos formas de vencer dificuldades. Sobre isso, eis o trecho de um relato:

“Sou Filho de família com 10 filhos, meus pais deram exemplo pelo trabalho árduo que enfrentaram. Recebi educação tradicional (baseada em castigos), e que considero ter sido positiva. Não tivemos vida fácil, mas entendo que deu certo: todos os irmãos estudaram e se formaram. Escolheram boas profissões e se estabeleceram com êxito” (PI N).

Outra ênfase que apareceu nos relatos foi contribuição dada por bons professores. Houve quem relacionou a experiência educacional exitosa que alcançou à contribuição oferecida por professores:

Apesar da dificuldade que havia na época, tive muitos professores bons que me ajudaram a perseguir o propósito de ter o estudo como prioridade para minha vida e crescimento. Consegui concluir o ensino médio. Conquistei uma vaga para servidor público de uma universidade. E já como servidor, após criar filhos, consegui fazer a graduação. Hoje sou aposentado e agradeço ter salário compatível com o nível de escolarização que alcancei (PI I).

A valorização da experiência educacional foi recorrente nos relatos. Uma das pessoas externou que: “apesar de ter estudado em um tempo em que tudo era mais difícil, sempre tive interesse em aprender, tinha boas notas, fiz duas graduações e fui bem sucedida” (PI A).

A educação foi apontada como sendo a base para o desenvolvimento das pessoas. Sendo considerada como transformadora de seres humanos, por meio de aprendizagens realizadas durante toda a vida, promovidas pela família, pela escola e pela convivência com os amigos. Corroborando esta posição que considera a educação uma ação que melhora as pessoas, tem-se a fala: “Algo que ajuda pessoas a se construírem, que ajuda a aprender as coisas, e ter um bom repertório de saberes ao alcançar o envelhecimento” (PI C).

Os sujeitos entrevistados vivenciam realidade de pessoas que alcançaram boas condições para sobrevivência socioeconômica. E atribuem essa conquista ao estudo realizado, considerando que:

A experiência educacional foi muito boa. Ela trouxe muita vantagem, e hoje, mais do que nunca, eu vejo isso. A família passou ensinamentos essenciais para que eu pudesse sobreviver a esse mundo. Juntando aprendizados oriundos da família e da escola, o resultado foi êxito no trabalho e na vida (PI D).

A vida educacional, como experiência positiva e satisfatória, foi expressa por todos entrevistados. “A educação foi essencial, importantíssima, porque ela me preparou para a vida. O que eu sou hoje é fruto da educação que eu recebi. Educação doméstica, dos colégios onde eu estudei e da faculdade” (PI E).

A valorização da educação vivenciada ao longo da vida, considerando a importância dela no envelhecimento, também aparece em outros relatos.

Gostei da experiência educacional que tive ao longo da vida. Estudei até quinta série primária e me desenvolvi. Alfabetizei meus filhos e outras crianças da vizinhança. Eu preparava as crianças para chegarem na escola já preparadas para a leitura. Fui professora leiga<sup>6</sup> no MOBREAL<sup>7</sup>. E considero a educação para idosos muito importante (PI G).

O relato destacado acima foi feito pela única pessoa da amostra que tem o nível de escolarização ensino fundamental, ao mesmo tempo em que manifesta elevado desenvolvimento como ser humano.

Nos relatos colhidos, identificamos experiências educacionais que se manifestaram de formas dialeticamente diversas e, de alguma forma, equivalentes. Uma pessoa com nível de escolaridade situado na pós-graduação disse:

Venci a dificuldade de transporte escolar na zona rural para ir à escola na cidade. Depois para fixar residência na capital para estudar. Alcancei a graduação na UFPB, sobre a qual destaco a elevada qualidade. Após o término me submeti a concurso, conquistei meu espaço profissional no serviço pú-

---

<sup>6</sup> O termo refere-se ao professor que não teve acesso a formação acadêmica para exercer o magistério.

<sup>7</sup> MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Voltado à alfabetização de jovens e adultos. Uma tentativa de levar jovens e adultos não alfabetizados, a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo. O movimento é um produto do governo militar que durou em toda a sua extensão (1964 - 1985). A decadência do movimento se deu, sobretudo, pela fragilidade dos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem foi entregue a tarefa de alfabetizar.

blico, desempenhei cargos importantes nas instituições. A experiência educacional contribuiu para minha profissionalização, para o bem estar próprio e da família. Considero que a trajetória de vida bem sucedida, devo à formação educacional que tive. E que hoje, no envelhecimento, continuo a depender da educação para seguir na vida (PI O).

A partir dos relatos colhidos, as experiências educacionais foram descortinadas como prenes de sentidos. Percebidas/vividas positivamente. Por meio das quais, houve o desenvolvimento de cidadãos que se percebem preparados para vida. Capazes de enfrentar desafios e vencer. Além de, terem contribuído para transformação de “humanos” em “humanos mais humanizados”

## 1.2 Dificuldades sentidas nas experiências de aprendizagem

Fazer a escuta dos idosos sobre se “havia tido dificuldades para aprender ao longo da vida”, nos colocou diante de dados que nos convidaram a pensar. Nos provocaram a trabalhar o pensamento para identificar o sentido oculto externado no sentido aparente.

A quase totalidade dos sujeitos verbalizaram, de pronto, que não tinham tido dificuldades para aprender. Contudo, no decorrer dos relatos espontâneos sobre a questão, todos trouxeram algum tipo de dificuldade relacionada ao “mundo do aprender” experienciado.

O sentido de dificuldade, externado *a priori* pelos sujeitos, relacionava-se com limitações na capacidade/potencialidade individual para aprender. E esse tipo de limitação foi abordada por eles ocupando o centro da questão. Enquanto outras dificuldades presentes nas experiências do aprender mostraram-se no campo mais periférico.

Todos os sujeitos apontaram dificuldades, externadas com significação “mais periférica” em “seus vividos”. Esta realidade nos impôs realizar a leitura do “aparente” e do “oculto” e pede o desocultamento.

As dificuldades relatadas situavam-se por trás da cortina do que era “o normal”: a escola como ela era! Para prosseguir nossa “leitura de fenômeno”, cabe trazer à baila que escola era essa. Ela situava-se no mundo da concepção de educação tradicional. Adotada, massivamente, no dado espaço tempo educacional, em que os sujeitos “receberam” a educação fundamental.

A proposta educacional da época, espelhava a orientação comportamentalista. Na qual o homem é considerado um organismo passivo, governado por estímulos fornecidos

pelo ambiente. Podendo seu comportamento ser controlado por estímulos ambientais e que a educação é apresentada explicitamente, como forma de controle social (Milhollan, 1972).

Sob tal perspectiva de educação estava desenhada a metodologia de ensino, formação de educador, papel do professor, papel do aluno, forma de avaliação da aprendizagem, dentre outros aspectos do fazer pedagógico, pautado na transmissão/reprodução do conhecimento. Em que o professor tinha papel ativo de transmitir conhecimento e o aluno o papel passivo de recebê-lo. A avaliação baseava-se na reprodução rigorosa de conteúdos memorizados, a serem considerados como acertos ou erros, cabendo prêmio ou castigo pelo resultado alcançado, em forma de nota, com valor de zero a dez.

As práticas pedagógicas, aparentemente, não facilitavam o aprender. Sobre isso, os sujeitos deste estudo, relataram dificuldades com a forma como as aprendizagens eram conduzidas. E frequentemente, manifestaram-se surpresos por considerarem que atualmente têm mais facilidade de aprender que na infância e adolescência.

Senti dificuldades para aprender. O professor falava, o aluno calava. Não podia perguntar, tirar dúvidas. A transmissão do conhecimento era difícil. Os professores não eram formados, chamados professores leigos. O ensino fundamental foi todo feito com professores leigos. Começando com a minha mãe que foi quem me alfabetizou, ela não era formada. O método de ensinar e de aprender mudou. Talvez por isso hoje eu sinto facilidade para aprender (PI C).

A preparação pedagógica dos professores, por trás da cortina dificuldade, foi descortinada em alguns relatos, a exemplo de: “Senti falta de conhecimentos pedagógicos nas práticas educacionais de alfabetização que desenvolvi como professora leiga no MOBREAL” (PI G).

Pelas narrativas, percebemos que a falta de conhecimento pedagógico e a metodologia com primazia na repetição, destituída da prática do pensar/criar, constituíram dificuldades para aprender/desenvolver. Muitas vezes não percebidas pelos envolvidos.

Outra dificuldade, vivida pelos sujeitos em suas vidas escolares pregressas, que veio à tona, foi a falta de atenção pedagógica com o Ser em sua totalidade cognitiva, conativa e executiva.

Não tive dificuldade para aprender. Encontrei, o que hoje entendo como dificuldade técnica pedagógica dos professores para potencializar a aprendizagem de seus alunos, levando em conta as características de cada um.

Eu tinha um jeito de aprender diferente dos colegas. Isso afetou meu autoconceito e limitou meu desempenho no vestibular. Ainda bem que sobrevivi a isso. Escolhi outra profissão, diferente da que eu queria. E fui feliz e bem sucedida nela (PI E).

Parece que, uma escola preparada para trabalhar as crianças e adolescentes identificando as diferenças e potencializando os talentos, fez falta a essa geração. Isso se manifestou também em outro relato:

Do quinto ano em diante tive dificuldade, não gostava de estudar, tive dificuldade em matemática, tive problemas de miopia, usava lentes com 13 graus. Na vida adulta, como pedagoga, supervisora escolar, passei a lidar com a matemática à luz de novas metodologias. Atualmente me surpreendo com a facilidade que estou tendo para aprender, inclusive a matemática (PI H).

As diferenças e necessidades de adaptação pareciam não ser consideradas. Como podemos enxergar no exposto a seguir:

A dificuldade existiu até encontrar a “forma própria” para ser conduzida como hiperativa. Meu comportamento diferente de criança inteligente e que dava trabalho por ser ativa demais, levou a família a me colocar em colégio interno. Lá encontrei o que precisava. Fui estimulada a desenvolver várias atividades. Descobri a biblioteca, e me tornei ávida por leitura. Dizem que, nos registros da biblioteca constava que li todos os livros que tinha lá (PI F).

Assim como nos relatos colocados acima, nos deparamos com outros que trouxeram a invisibilidade das especificidades de educandos. À época, na realidade dos sujeitos, as dificuldades, síndromes e transtornos de aprendizagem não eram vistos. Portanto, também não eram tratados. O ensino era padronizado, todos deveriam se adequar ao estabelecido, deveriam ter a mesma condição cognitiva. Todos deveriam ser “apenas inteligentes”.

A prática docente, na educação tradicional, era direcionada à atividade cognitiva, em que o elemento memória, tinha total supremacia. Havia aqueles que não tinham essa capacidade privilegiada, e tiveram que vencer grandes desafios para obter êxito escolar. Sobre isso foi dito: “Tive dificuldades com a aprendizagem decoreba” (PI M)

Além das dificuldades já descritas, outra que emergiu nos relatos foi a de ordem socioeconômica.

Tive dificuldade para adentrar a escola e permanecer. Dificuldade para ter os estudos garantidos, em virtude de graves problemas financeiros que precisaram ser enfrentados. Família com sete filhos, abandonada pelo pai, conduzida pela mãe, sem escolarização, que provia a família com o que produzia em atividade agrícola de subsistência (PI I).

Dessa forma, a aparente inexistência de dificuldade para aprender, inicialmente manifestada pelos sujeitos, revela “pano de fundo” com algumas dificuldades, ora (des)ocultadas.

### **1.3 O que a pessoa idosa considera necessário aprender na fase em que vive**

Escutar da pessoa idosa, o que é necessário aprender na fase em que vive tem importância particular neste estudo. Tem alcance para mostrar o que está na realidade do ser aprendiz. As demandas que este precisa atender, e o que vislumbra para responder, socioeducativamente, ao que sua vida no mundo-idoso-próprio pede.

Os sujeitos entrevistados demonstraram estar experimentando vida ativa e saudável, promovida pela vivência das atividades socioeducativas. E que este formato de vida tem impactado positivamente na concepção que têm de si, do envelhecimento, e do papel social que lhes cabe. Esta realidade está refletida em relatos proferidos acerca do que precisam aprender.

O idoso tem que aprender principalmente, acho uma coisa muito importante, que ele é um ser vivo ainda, que ele está vivo, que ele tem que ir em frente, que ele não está morto, que ele não está esperando a hora da morte, contando os dias para morrer, ele tem que seguir em frente, viver e ser feliz. Ir em busca de novos horizontes, de se mexer, de se animar, que ele está vivo, eu acho que isso é uma das coisas mais importantes que o idoso tem que aprender: que ele é um Ser vivo ainda, e tem muito para viver (PI J).

A concepção sobre o envelhecimento, a necessidade de aprender, e sobretudo, o que aprender, neste momento do desenvolvimento, assume contornos próprios da realidade contemporânea. Manifestada em uma narração que defendia a necessidade de se estar sempre aprendendo. “Estar sempre bem informado, interagindo com a sociedade, com o mundo, para manter a mente ativa e o corpo são” (PI O).

A consideração acima foi acrescida da ideia de essencialidade das políticas públicas direcionadas ao atendimento das demandas educacionais próprias do envelhecimento. Sobre a qual o sujeito enfatizou que “a saúde é relevante, mas a educação é quem transforma. O

idoso precisa aprender a aprender sempre! E são as políticas públicas que devem dar conta disso” (PI O).

A percepção de alguns sujeitos sobre o que é necessário aprender, convergiu para a posição de que o mundo hoje oferece muitas novidades e é preciso se atualizar para nele viver bem.

“É necessário desenvolver ‘novas aprendizagens’. É necessário aprender a lidar com tecnologias; aprender a se posicionar, respeitar as pessoas e a si mesmo; ter paciência, entender o outro que as vezes não teve/tem uma vida muito boa; saber conviver, entender a si mesmo e a cada um (PI L, PI M, PI N).

O movimento investigativo fenomenológico levou à aproximação do fenômeno pesquisado para vivenciá-lo, e ao distanciamento para conhecê-lo, apreendê-lo. Este movimento analítico/interpretativo/perceptivo fenomenológico permitiu perceber o que se sobressaiu como figura do pano de fundo: a solidariedade, a paciência, o respeito e a valorização para com o outro.

A forma respeitosa e afetiva de todos se tratarem, enquanto iguais, se destacou dentre tantos aspectos das relações estabelecidas no lugar. As tintas sociais que distinguem os que têm mais e os que têm menos não foram identificadas na composição “figura-fundo” do espaço socioeducativo. A um primeiro olhar isso pareceu surreal, em um mundo marcado pela imposição do poder, sobretudo financeiro, exercido por quem o tem, sobre quem não tem.

A dúvida investigativa, sobre essa relação ser apenas aparente, foi perseguida ao longo de todo tempo de experiência, e “o percebido” inicialmente se manteve. A relação entre as pessoas idosas na instituição acontece em um mundo<sup>8</sup> de respeito, afeto, solidariedade e igualdade.

Parece estranho enfatizar o que não deveria ser ressaltado, pelo simples fato de que deveria ser o comum. As pessoas se tratarem como iguais deveria ser princípio básico das relações sociais. No entanto, a atmosfera social de igualdade entre as pessoas se apresentou diferente do que geralmente é encontrado nas realidades sociais do século XXI. Em que a “normalização das desigualdades” parece ser tratada como fazendo parte do curso natural da sociedade.

---

<sup>8</sup> A palavra mundo está sendo usada fenomenologicamente com sentido de realidade.

Talvez a maturidade alcançada, apoiada pelas “novas aprendizagens” em curso, estejam potencializando formas de relações humanamente mais elevadas.

As novas aprendizagens que consideram necessárias de serem desenvolvidas, foram manifestadas pelos sujeitos por meio de suas elaborações em dimensão de linguagem/pensamento. E foram explicitadas em um espectro de capacidades e habilidades, objetivas-subjetivas que, em suas realidades, estão sendo desenvolvidas. Elas se apresentam compiladas no quadro a seguir:

**Quadro 5 – Novas aprendizagens, apontadas pelos sujeitos, como necessárias de serem desenvolvidas no envelhecimento**

SUJEITO	NOVAS APRENDIZAGENS - NECESSÁRIAS
PI B	Aprender esporte e outras atividades que fazem bem a mente e aos movimentos do corpo.
PI C	Aprender as ideias diferentes, saber que além da gente tem outras pessoas, tem outros idiomas, outros pensamentos.
PI D	Você tem que aprender que tem potencialidades.
PI E –	Aprender que é muito bom chegar até aqui. Aprender a estar feliz da vida com a idade que tem. Sem ficar pensando, em morrer, mas viver bem enquanto vivo. Favorecer convívios agradáveis e saudáveis. Se deixar contagiar e propagar para outros a animação e alegria de viver.
PI F	É necessário aprender a olhar e ver. Aprender sempre e aprender com tudo. Aprender com uma menina, com o jeito tímido do outro, no relacionamento de uma pessoa com outra. Aprender junto com o outro. Depois de tudo que já se aprendeu é preciso aprender a respeitar os limites e aprender também a desenvolver as potencialidades que tem.
PI G	É necessário aprender os conhecimentos escolares, aqueles que não têm. Todo tempo é tempo de estudar. O idoso tem necessidade de realizar aprendizagens que ajudem à manutenção da própria vida com qualidade, e a se preservar bem.
PI H -	Aprender a se gostar. A pessoa precisa aprender a se amar, a amar e respeitar os outros. Da mesma forma que o idoso para aprender, precisa ser respeitado nas suas diferenças. A pessoa idosa tem muita coisa para aprender e ensinar.
PI I –	Aprender a viver! Entendo que após criar os filhos, todos formados, independentes, chegou o momento de viver a própria vida. E é isso que é necessário: aprender a viver!

Fonte: elaborado pela autora em 2024.

A elaboração do quadro buscou oferecer de forma sucinta e acessível a percepção que a pessoa idosa tem sobre o que é importante aprender no envelhecimento. Destacando

que as manifestação brotaram de seres idosos que vivenciam o que verbalizaram. Externaram o que estão aprendendo a aprender. Ofertaram para nós o “seu vivido”. E dessa forma nos mostraram que precisam de educação que os ensine a aprender o que interessa, e é útil a eles.

#### **1.4 Como é a experiência do sujeito nas atividades socioeducativas no CRMPI**

As narrações apresentaram o espaço de vivências socioeducativas como um lugar em que o ponto alto são as interações sociais. Não é à toa que as atividades são chamadas de socioeducativas. Elas acontecem com finalidade educativa nas vivências de esporte, produção de artesanato, dos cuidados com a saúde, cognição, emocionalidade, dentre outras, e são desenvolvidas em situação de trocas sociais.

As descrições dos sujeitos apontaram que as atividades socioeducativas, no horizonte em que as vivenciam, promovem o desenvolvimento e transformações no humano em envelhecimento. Por meio das práticas vivenciadas ganham saúde, bem estar e vários aspectos da vida são (re)significados.

Em um relato foi expressada a experiência de ter testemunhado “resgates de idosos”. Se referindo ao fato de que alguns chegaram ao centro com os movimentos, e saúde em geral, comprometidos. Se recuperaram, resgataram saúde autonomia e bem estar com a prática das atividades”.

Valorizo muito o centro. Vejo que ele é fundamental para o envelhecimento dos que frequentam. As atividades que realizamos, as relações que estabelecemos são muito positivas e trazem satisfação. Lembro de uma pessoa que vivia sozinha, e disse ter encontrado a alegria no centro (PI I). Há doze anos sou assídua nas atividades. Acho que o centro tem uma importância socioeducativa muito grande. Há pessoas que chegam sendo carregadas, de mãos dadas com quem está trazendo, em pouco tempo ganha autonomia. Aqui tudo ajuda a desenvolver-se: as atividades físicas, as relações com outro, a amizade, a palavra do outro, o abraço. Aqui é escola para a alma da gente (PI F).

Experiências foram relatadas explicitando o sentido de satisfação e bem estar, que o espaço e suas atividades têm. Elas proporcionam aos participantes possibilidades de aprendizagens que impactam positivamente na qualidade de vida.

Aqui eu acho que é um pedacinho do céu na terra. Eu amo esse lugar! Aqui tenho ótimas experiências com muitas atividades, excelentes professores, que são muito cuidadosos. Os colegas são maravilhosos. As festas comemorativas ao longo do ano, as homenagens que recebemos nelas, tudo traz muita satisfação (PI G).

Desenvolvo atividades físicas que me fazem bem também espiritualmente. Quando saio das atividades estou leve, me sentindo bem. Sinto que trabalhei para meu próprio corpo e para mim mesmo. Sinto-me realizada. Desenvolvi atividades por satisfação. Aqui se ensina ao idoso o que ele pode oferecer a si mesmo, tudo que uma pessoa idosa precisa aprender: cuidar da saúde, das atividades físicas, da alimentação e tantas outras coisas (PI D).

As falas e expressões comunicaram o sentir-se acompanhado por pares, vivência de pertencimento, em ambiente favorável para desenvolver alegrias e sonhos. “Viver e ser feliz. O resto fica pra lá!” (PI E)

Experiências narradas externaram percepções dos sujeitos de que estavam aprendendo, bem como, sobre o que estavam aprendendo. Demonstraram que estavam vivendo o desenvolvimento de forma integral. Revelaram estar se aprimorando enquanto pessoa, e enquanto Ser aprendente. Que realizavam atividades nas quais aprendiam novos jeitos-de-ser. Aprendiam, principalmente, a se relacionar consigo mesmo e com os outros.

Tudo isso acontecendo em momento pós-aposentadoria, pós-educação de filhos. O que foi avaliado como ocasião propícia para olhar para si mesmo, seguir aprendendo e vendo benefícios dessas aprendizagens. Reconhecendo que “o mundo se torna diferente para quem passa a viver aprendendo o que é necessário para proporcionar bem estar a si mesmo”.

Estou aprendendo... Aprendendo a conviver, a fazer amizades com diferentes pessoas. Perdendo um pouco da timidez. Estou aprendendo muito com tudo isso. Antes não tinha tempo para isso. Só trabalhava, trabalhava, trabalhava, para dar conta de educar filho. O mundo para mim, hoje é outro, é bem diferente.

As vivências relatadas exalaram protagonismos. Muitos se apresentaram com a segurança de ser-mesmo, que o amadurecimento idoso proporciona. Sobretudo quando este tem acesso a formação fortalecedora do autoconceito.

Essas atividades aqui, tanto física, emocional, social, modificou muito a minha vida. Eu tenho alegria de viver, porque onde eu chego converso com todo mundo, as pessoas me chamam, inclusive para dar entrevista, para me filmar, porque me dizem que eu passo uma alegria, uma felicidade. E isso tudo eu ganhei depois que eu comecei a fazer essas atividades físicas e sociais, eu acho que me ajudaram muito (PI J).

Ao mesmo tempo, os depoimentos revelaram alcance de maturidade que parece preservar o vínculo com as realidades de si e do outro.

Para mim é um lazer passar a manhã toda aqui, fazendo todas as atividades. É muito bom! A gente conhece novas pessoas, faz novas amizades, um chega, conta um problema, a gente sabe que aquele problema, para mim, não aconteceu. Mas a gente compreende o outro, o que aconteceu. Escuta, sabe! Ouve, a pessoa desabafar. E é muito bom. E a gente ri, a gente chora e a gente vive! (PI M).

Os sujeitos, por meio de suas descrições, explicitaram que, de forma compartilhada, aprendem, se distraem, se exercitam, se aperfeiçoam físico e psicoemocionalmente. Vivem as dores e delícias de ser o são, sendo também com o outro/no outro.

No Ser idoso real, participante do CRMPI, outra expressão importante se evidenciou: o olhar crítico que enxerga a possibilidade de algumas questões poderem funcionar melhor. Sobre isto, a materialidade de leitura crítica, feita por pessoas idosas, registra-se com a observação: “Sinto falta de um caráter mais pedagógico nas atividades” (PI H).

Outro ponto abordado criticamente como algo que poderia ser melhor, refere-se à visão de que seria mais produtivo haver maior perenidade nas atividades ofertadas às pessoas idosas. A crítica feita, estava voltada às mudanças ocorridas a cada vez que mudou a gestão municipal e alguma atividade deixou de ser oferecida.

Nessas modificações que ocorrem, a cada transição de gestão, atividades deixam de ser oferecidas. Muitas atividades importantes que tivemos aqui, deixaram de existir. ‘Uns botam, outros tiram e assim deixam a desejar’. Os poderes públicos devem dar mais atenção, investirem mais nos espaços para pessoas idosas (PI I).

Acho que esse centro desenvolve relevante política pública municipal, fundamental para o desenvolvimento da pessoa idosa. Mas, pode ser melhor, receber melhores condições para o funcionamento. Afinal, estamos falando de uma política pública voltada ao desenvolvimento físico, mental e social, da pessoa idosa. Com práticas que tem impacto no prolongamento da vida com bem estar. É maravilhoso ver que isso existe. Tudo isso acontece aqui. E precisa receber atenção do poder público (PI O).

As experiências vividas pelas pessoas idosas nas atividades socioeducativas no CRMPI, foram relatadas como válidas e de muita contribuição para o desenvolvimento bem sucedido no envelhecimento. Contudo, apontaram a importância de imprimir um caráter mais pedagógico às atividades, e a necessidade de implementar a política pública com melhores condições de funcionamento.

### 1.5 O que é educação para pessoa idosa na percepção dos sujeitos

A educação para a pessoa idosa na perspectiva dos que a vivencia, e são sujeitos deste estudo, foi anunciada como processo formativo voltado para promover aprendizagens sobre o que é, e como é viver bem o envelhecimento. Oferece oportunidades reais de participação ativa na sociedade e na vida em toda sua amplitude. Nesta seção, será apresentado, essencialmente, as percepções relatadas pelos sujeitos. Elas comunicam que educação para pessoa idosa:

Extrapola o alcance escolar, ou seja, vai além do que a escola oferece. “A educação para a pessoa idosa é algo que vai além de uma aula. É uma aula, mas é também algo mais. Algo que vai ensinar para o idoso um estilo de vida, uma forma de viver melhor, para que ele consiga avançar, desenvolver sempre” (PI J).

Educar idosos passa pelo cuidado, pela atenção às particularidades deles, enquanto educadores e educandos atuam para que a aprendizagem continue acontecendo a cada dia, e ao longo de toda vida.

O processo educacional deve conduzir a pessoa idosa por uma fase que ela não conhece. Ajudá-la a ver que estar nessa fase é algo que pode ser muito bom. Tirar essa crosta ruim que o preconceito pregou nela. Cabe à educação desempenhar o papel de mostrar os horizontes que ela tem. Promover o aprender a conviver, aprender a viver com qualidade (PI D). Prepará-la para ter uma vida saudável, organizada, inclusive financeiramente, para alcançar esse viver com qualidade (PI L).

Na visão dos sujeitos a educação contribui para as transformações que o Ser Idoso precisa empreender. (Re)vendo concepções que prejudicam seu desenvolvimento, (re)dimensionando hábitos e práticas que não lhe favorecem, (re)formulando o autoconceito e autoestima que limitam seu Ser-estar-no-mundo.

Há muita coisa bonita que o idoso pode aprender: a dançar, a cantar, a arte culinária. Fazer atividades diversas como crochê, pintura. Aprender a cuidar de si mesmo, a amar si próprio. A educação é capaz de promover boas transformações em idosos, deixá-los bonitos. Olhar pra o espelho e se ver útil e bonito (PI C).

Enquanto pensavam/comunicavam o que é educação para pessoa idosa, se reconhecendo como tal, os sujeitos, também contribuíram com reflexões, sentimentos,

sentidos que refletem pontos no mundo-idoso que os limitam. Dentre eles, se insere a falta de valorização pelo patrimônio de saberes e potencialidades que detêm.

Quando a criança começa a andar, é aplaudida, se sente admirada, valorizada e avança no seu desenvolvimento. O jovem ao se graduar é cumprimentado por todos, e é encorajado a seguir. E diante de um idoso se vê o contrário: a decadência! O idoso acabou? Não, o idoso não acabou! O idoso é mais do que uma criança, é mais do que um jovem, é mais do que um adulto. Ele é uma pessoa que carrega o rico e experiente repertório que construiu em todas as fases pelas quais passou (PI D).

Por meio da linguagem elaborada/comunicada, os sujeitos respondem à questão sobre o que é educação para pessoa idosa. Com reflexões denunciam o preconceito e concepção de envelhecimento encurtada, pelas quais demonstram ser afetadas.

A seguir, eis alguns trechos de relatos que (d)enunciam este vivido: “A educação para pessoa idosa é o despertar para continuar viva. Tem idoso que não morreu, mas também não está vivo mais” (PI H).

Uma educação que estimule o idoso a viver e adquirir mais conhecimento. Que não deixe o idoso parar. O idoso deve estar vivo. A educação deve dar oportunidades de aprender e desenvolver-se para aquelas pessoas que não tiveram condições de estudar, por terem tido que se dedicar integralmente ao trabalho, à educação dos filhos, dentre outras coisas. A vida não para. Chegar ao envelhecimento significa que a vida continua, é necessário continuar vivendo e se desenvolvendo, desenvolvendo as potencialidades que carrega (PI I).

A educação para a pessoa idosa é mostrar para ela que ela é gente, que ela está viva, que ela pode aprender mais, que ela pode viver mais e ela pode ser feliz, porque ela tem que entender que cada fase tem a sua aprendizagem. E agora, na fase de idoso, ela deve saber que pode, que é capaz e deve continuar independente. É preciso se movimentar porque a vida continua. A vida é movimento”! (PI M)

Os sujeitos em suas sínteses sobre o que é educação para atender as demandas próprias, ofereceram visão reveladora da essencialidade da educação para o ser em toda a vida.

Educação para o idoso é essencial, como é para um jovem e para uma criança. É um sustentáculo, uma coluna de sustentação. Ela ter uma educação, ter um lugar onde se fala em saúde, em bem-estar e alegria. Frequentar um ambiente assim, é maravilhoso para o idoso. Ele precisa ficar para cima. Com a autoestima elevada, ele tem que encontrar um ambiente assim (PI E).

Relatos apontam o papel da educação como sendo primordial na formação do ser que precisa evoluir para ‘formas humanas, mais humanas’. Promover educação “é um trabalho que mobiliza a capacidade de pessoas idosas para ajudar e ser ajudado. A pessoa idosa aprende a ser humilde tanto para oferecer como para receber” (PI F).

Além disso, foi dito que a educação “é o meio de se desenvolver, de superar tristezas e abastecer-se de alegria. O momento que eu fico no CRMPI é alegre. Serve pra desenvolver a mente, aprender a me divertir, a passear. Pra não se sentir desprezado. Serve pra desenvolver o idoso em tudo (PI G).

Enfim, “a educação é algo ‘vivo, com vida e para a vida” (PI O), e precisa ser desenvolvida à luz dos saberes e sentidos manifestos pelos próprios educandos.

## **1.6 Como deve ser a forma própria/metodologia de desenvolver educação para pessoa idosa**

A percepção que os sujeitos demonstraram ter sobre “o como” a educação para pessoa idosa deve ser desenvolvida, oferece contribuições que merecem ser refletidas. A quase maioria deles não tem formação na área da educação. A um primeiro olhar, pensar metodologia educacional com eles poderia ser algo distante, abstrato, infrutífero. Entretanto, a forma de mediação desenvolvida na entrevista os aproximou do tema. O que estava em pauta se tornou claro, e as manifestações foram fecundas.

Na simplicidade de apenas ser, viver e manifestar o vivido, relataram que, o principal elemento constituinte da metodologia do educador é a “paciência” para conduzir o idoso. O segundo elemento é o “Dom do Amor”. “Não exigir tanto, ir devagar, e ter paciência com ele. Ir no ritmo do que o idoso está querendo e precisando” (PI G). “Práticas acolhedoras e flexíveis é a base. Favorecer o acesso às atividades educativas. É necessário oferecer liberdade para ele escolher a atividade que deseja” (PI E).

A metodologia deve se caracterizar essencialmente por “um fazer com respeito” (PI F). Em que os idosos devem respeitar seus próprios limites, e o educador respeitar os limites de cada idoso, estimulando-os a avançar.

Lidar com os vários jeitos de ser idoso, cada um com um tipo de vida. “Muitos desencantados, não querem mais fazer nada, acham que é hora de esperar a morte, que estão no final da vida” (PI J).

Na percepção descrita pelo sujeito, cabe ao educador criar formas para o idoso aprender que a vida não acabou, há vida pela frente. Que esta deve ser vivida de maneira a proporcionar a melhor qualidade possível.

Ele precisa praticar exercícios físicos, ter vida cultural, sair, passear, se divertir. E isso nem sempre é fácil de se fazer, tanto para os educadores como para familiares que cuidam da pessoa idosa. Exige paciência, concepção de envelhecimento saudável, formação para desenvolver estratégias e técnicas capazes de vencer o imobilismo de alguns que perderam a vontade de aprender (PI J).

O relato de outro sujeito expôs que a metodologia deve pautar sobre o que cada um traz do vivido. Integrar novos elementos que impulsionem ao avanço possível, ao desenvolvimento de potencialidades, que a própria pessoa idosa desconhece ter. A experiência que a pessoa idosa carrega, implementada por novos saberes mediados pela educação, tem o poder de promover o desenvolvimento que deve ser esperado e desejado para os senescentes.

Outra declaração diz que a forma de fazer a educação para o idoso, pede a escuta aos idosos. Conhecer as diferenças que há entre eles, a “carga” que trazem consigo. E fazer algo direcionado ao formato de cada um. Atuar para que ele se solte, se liberte.

A educação precisa ensinar o idoso a se libertar. A dizer agora eu vivo bem. Eu estou livre. E com isso eu vou cuidar de mim. A metodologia deve ser adequada para promover a libertação do idoso. Porque na libertação ele vai saber do potencial que tem e vai querer cuidar de si para viver mais e melhor. A educação deve ensinar o idoso a aprender a viver mais. O idoso é um ser humano que está em uma fase maravilhosa desde que ele conheça essa fase! (PI D).

Desenvolver a metodologia pautada no amor, que acolhe experiências boas e ruins. As pessoas trazem boas experiências de vida e também magoas, insucessos, frustrações, desencantos. Na perspectiva do relato, a metodologia que deve ser adotada para trabalhar a educação à idosos, precisa adotar como regra o saber do educador para lidar com todos os conteúdos que aqueles carregam, os negativos e também os positivos. Potencializando estes e ajudando a resignificar aqueles (PI C).

Outra posição relatada, sinaliza que as atividades educacionais para a pessoa idosa, no formato das atividades socioeducativas, devem ter uma forma melhor planejada, didaticamente mais direcionada. Voltada às necessidades da pessoa idosa, em função da condição evolutiva e potencialidades de cada uma. (PI H).

A metodologia educacional deve ser delineada com “técnicas para desenvolver o pensamento. Deixar a mente viva!” (PI N).

Além das percepções relatadas pelos sujeitos mostradas até aqui, há uma a defender que o proceder se define seguindo o que já está posto na Constituição Federal e Estatuto do Idoso.

Nesses documentos está preconizado tudo o que deve ser feito para minimizar o problema social e também de integração do idoso com a sociedade. Essa inclusão se dá exatamente seguindo os parâmetros que estão aprovados em lei, e nós só temos que seguir esses parâmetros. Se o poder público, os empresários, a sociedade como um todo, contribuírem e seguirem o caminho já traçado, tenho certeza que o como fazer já está lá e o futuro está garantido para todos nós idosos” (PI O).

O sujeito do relato acima trouxe a percepção de que se a execução das políticas públicas seguirem o que está prescrito nas orientações legais, o “como” fazer está dado.

### **1.7 Que sentido a educação tem para as pessoas idosas**

Nesta seção apresentamos as narrações proferidas pelos sujeitos, das quais emergiram os sentidos que a educação tem para os mesmos. Conhecê-los nos ajuda a ampliar a (com)preensão sobre o que é educação para pessoa idosa.

Iniciamos com a manifestação dos sujeitos que expressaram a percepção do sentido da educação para pessoas idosas como ação que possibilita a continuidade do desenvolvimento, exercitando as potencialidades cognitivas, físicas e sociais. E “ajuda a preservar o que o ela tem de melhor: sua educação! o que aprendeu ao longo da vida. Tem o sentido de possibilitar ele não parar” (PI B). “De continuar aprimorando o jeito de viver, possibilitando que a vida continue sendo boa” (PI E). “Ela tem sentido de aperfeiçoamento sobre o saber viver, e de estimulação para a pessoa idosa sempre ter projetos para desenvolver!” (PI D).

Viver o processo de “ser-estar” no mundo em sua dimensão de continuidade aparece nas elaborações dos sujeitos acerca do sentido da educação: “A educação serve para tornar a vida da pessoa sempre melhor. O que tem daqui pra frente, se é longe, se é perto, não importa. Precisa melhorar o daqui pra frente” (PI F). “O sentido é de preservar e cultivar o próprio sentido para vida. Prolongar a vida com qualidade, sendo uteis e contributivas. Melhorar a própria vida sempre” (PI H).

A percepção é de que a educação tem sentido de estimular o idoso a ver que a vida não parou. Que deve continuar produzindo esperança. O sentido de promover a continuidade

da sua vida. “Afinal ele continua vivendo! E agora, talvez até melhor, porque agora ele pode pensar mais nele, aplicando e usufruindo da experiência que tem” (PI I). “O sentido de mostrar que ele pode, que ele é capaz. Que com as experiências que traz, junto às novas experiências, às amizades que faz, se torna capaz de prosseguir, porque a vida não acaba aí. Ele tem que prosseguir e saber que é capaz!” (PI M).

A educação com sentido de dar qualidade à vida, nesse processo de continuidade pós-vida-jovem, foi externado recorrentemente. A seguir, eis um dos relatos que expõe essa finalidade educacional:

O sentido é manter a pessoa idosa viva. A educação tem todo esse poder, de não só de transformar a sociedade como um todo, incluindo outras faixas etárias da população. Mas, sobretudo, o idoso, que depende muito de conhecer a realidade do seu estado, do seu município, da sua nação. Para assim poder se integrar e viver melhor, conviver melhor com as outras faixas etárias da população, com o mundo! E que o momento após a aposentadoria oferece essa oportunidade (PI O).

Relatos também evidenciaram a educação com sentido de respeito e reconhecimento de direitos. Dentre eles o direito de continuar se desenvolvendo. “A educação ajuda o idoso a continuar se desenvolvendo, organizando sua vida, promovendo paz e qualidade de vida para si e para a família” (PI L). “Trazer mais conhecimento, mais progresso para aquela pessoa que já está com algumas limitações. E até por essas limitações, a educação ganha um sentido maior, mais importante” (PI N). “O que estou vivendo mostra uma pessoa em permanente processo de desenvolvimento de potencialidades” (PI J).

“Educar o idoso é trata-lo com atenção, tratá-lo bem, tratá-lo com respeito” (PI A). “Tem o sentido de reconhecer o direito que ele tem de se desenvolver sempre mais, de aprender sempre mais! Tem um sentido de respeito ao idoso e de promoção do envelhecimento saudável (PI G). Importante ressaltar que a educação da pessoa idosa com finalidade de promoção de envelhecimento saudável, esteve, transversal e recorrentemente, declarado nos relatos.

A educação para pessoas em envelhecimento foi também percebida como um meio para se viver felicidade. “O sentido é de felicidade. A possibilidade de ter acesso à educação, de passar pelas transformações que ela possibilita, e de resignificar comportamento e atitudes que não nos servem mais, tem sentido de ser feliz” (PI C).

O sentido da pessoa poder acordar e se abrir para vida a cada novo dia. Ser feliz. Eu não me sinto uma idosa. Eu me sinto uma adolescente. E isso tudo quem está fazendo para mim são os educadores. Eles estão aqui, assim como você, e como outras pessoas que estão ao nosso redor, querendo nos botar para cima, nos levantar. Então eu acho que esse querer viver mais, querer estar feliz, querer usar um biquíni, ir para a praia, colocar um tênis, ir caminhar. Eu acho que esse é o sentido da educação: Melhorar a vida do idoso. Ajudá-lo a querer viver, querer estar feliz (PI J).

As experiências partilhadas/percebidas pelas pessoas idosas, aqui descritas/percebidas, apontam para a vivência do envelhecimento que estão se dando à luz da concepção de envelhecimento saudável. Social, físico e psicologicamente sustentável. Condição com o que as ciências apontam e com o que as orientações normativas sugerem.

Percebemos que o modo de ser pessoa idosa, em nossos dias, manifesto pelos sujeitos deste estudo, transcende ao modo de ser idoso de meio século atrás. Quando predominava a concepção de envelhecimento como processo de decadência. O avanço deve ser visto como uma construção que se fez por múltiplas contribuições. E que uma delas, brota da ação socioeducativa.

Por meio dela, as pessoas estão aprendendo a lidar melhor com os assaltos progressivos da idade<sup>9</sup>. A concepção de envelhecimento com sentido de decadência, apresenta em desconstrução dentre os que vivenciam as atividades socioeducativas. Estas atuam no Ser, em sua totalidade, fortalecendo-o e preparando-o para a superação da visão de envelhecimento com sentido de desagradável.

O processo de avanço, ora vivenciado pelos que praticam as atividades socioeducativas, parece estar relacionado, também, à superação das razões pelas quais as pessoas são levadas a atribuir à velhice o “sentido de detestável”.

Sobre isso, ancoramos a discussão em algumas contribuições oferecidas por Marco Túlio Cícero, que viveu entre 106 e 44 antes de cristo, e anuncia-se muito atual em sua obra *Saber Envelhecer e A amizade*. Nela se contrapõe à concepção de velhice como uma fase detestável, apontando quatro razões pelas quais as pessoas veem a velhice como detestável: “1) Ela nos afastaria da vida ativa. 2) Ela enfraqueceria nosso corpo. 3) Ela nos privaria dos melhores prazeres. 4) Ela nos aproximaria da morte” (Cícero, 2024, p.18).

O pensador põe a justeza dos argumentos acima em suspeição uma a uma:

---

<sup>9</sup> Termo utilizado por Lélío, na obra *Saber envelhecer e A amizade*, de Marco Túlio Cícero (106-44 A.C.)

Sobre a velhice afastar da vida ativa, cita históricas personalidades combatentes de sua época. Elas colecionaram vitórias e conquistas excepcionais vivendo a velhice. Demonstrou que em todos os assuntos públicos, mesmo sem força física, os velhos podem conduzir pela sua inteligência, sabedoria e autoridade.

Em verdade, se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz mais e melhor. Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que autorizam as grandes façanhas; são outras qualidades, como a sabedoria, a clarividência, o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, mas, ao contrário, pode muito especialmente se valer (Ibidem, p.20-21).

A ideia foi reforçada pelo pensador ao lembrar que numerosos Estados desmoronaram por culpa de homens jovens, e que outros foram mantidos e restabelecidos por velhos. Enfatizando que “a irreflexão é própria da idade flor, e a sabedoria, da maturidade” (Ibidem, p.22). Donde, nos sugere que os limites e possibilidade presentes em cada fase evolutiva impactam o desempenho de cada ser.

Acerca da velhice enfraquecer o corpo, segunda razão pela qual as pessoas tendem a ver a velhice detestável, destaca que nessa fase: suficiente vigor para preparar adolescentes aos deveres de seu futuro; e ensinar-lhes os bons princípios continua ao alcance quando as forças físicas declinam pela idade.

Ainda ressalta: “Aliás, esses enfraquecimentos são com frequência mais imputáveis aos excessos da juventude que aos da idade madura. A herança de uma juventude voluptuosa ou libertina é um corpo extenuado” (Ibidem, p.28-29). Lembrando também que, o exercício físico e a temperança permitem manter parte da resistência de antes.

Sobre o terceiro agravo feito à velhice, que ela priva dos prazeres, o pensador considera que a maturidade pela idade proporciona maravilhosa dádiva, se ela poupa do que a adolescência tem de pior. Visto que “a volúpia corrompe o julgamento, perturba a razão e turva os olhos do espírito” (Ibidem, p.37).

Em contraposição, a vivencia de prazeres em ideais nobres, evitando os excessos, possibilita o desfrutar de prazeres equilibrados. “À velhice gratidão por aguçar o gosto por eventos mais nobres. Por mostrar que há prazer, que não se deve colocar-se adversário a ele, mas, vivê-lo em plenitude”.

Sobre a razão de temer a velhice por ser aproximação da morte o autor lamenta a morte não ser vista “de cima”. Visão pela qual se confere imortalidade à alma. Ao mesmo

tempo em que tece considerações ligadas ao fato de jovens correrem mais risco de morrer que os velhos. Muitos não chegam à velhice. O que é lamentável pela falta que faz a inteligência, o julgamento e a sabedoria próprios dos velhos.

Na visão do pensador, a perspectiva de morrer para um velho é algo natural, e tudo que é conforme a natureza deve se considerar bom. A morte para um adolescente é como um fruto verde arrancado à força da árvore. Ao contrário aos frutos que maduros caem naturalmente. Os velhos não precisam se apegar desesperadamente, nem renunciar sem razão, a vida que ainda está por ser vivida.

Para Cícero, em cada fase, o Ser se sacia naquilo que ama e almeja. Crianças, adolescentes e pessoas maduras têm gostos e procuras próprias do momento evolutivo. Na velhice, a saciedade naquilo que foi essencial chega, e naturalmente há a preparação para a proximidade da morte. Deve-se estar tanto melhor situado para compreendê-la a medida que se aproxima dela.

Para o autor a preparação para a morte se dá melhor na adoção da imortalidade da alma. Esta de origem celeste, vive presa na matéria – corpo. Lugar contrário à sua natureza divina e eterna. Cícero pressupõe que a alma é dada aos corpos para ajudá-los a imitarem a ordem celeste.

Enquanto substância que envolve viva inteligência, memória do passado, presciência do futuro, talentos, saberes e descobertas, não pode ser mortal. A alma é movimento, não tem começo nem fim, pois a alma não abandona a si mesmo. É homogênea por natureza, não pode ser fracionada. Sem fracionamento não há morte possível.

Preparar-se para morte pressupõe sabedoria. “E se o sábio morre com tanta serenidade enquanto um imbecil morre com tão grande pavor, não será porque a alma do primeiro, lúcida e clarividente, percebe que voa assim em direção ao melhor, enquanto a do segundo, obtusa, é incapaz disso?” (Ibidem, p.65).

À luz da sabedoria, formato de pensamento que distingue a cognição da pessoa idosa, torna-se possível realizar aprendizagens, apreender conhecimentos que transforme o Ser, em humano mais equilibrado, satisfeito e sereno. Esse foi, certamente, o maior sentido exalado das experiências socioeducacionais das pessoas idosas.

## **2. Experiências e percepções dos socioeducadores sobre educação**

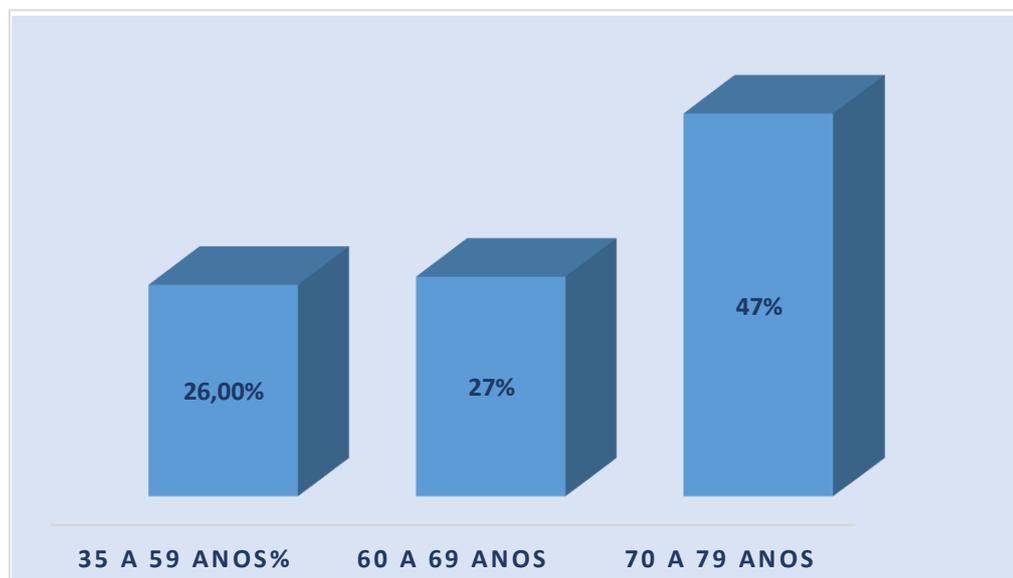
As percepções que os socioeducadores têm sobre a educação da pessoa idosa, foram manifestadas nos contatos espontâneos, ocorridos no dia-a-dia, nos diversos espaços do centro de referência. Bem como, por meio das narrações provocadas pelas entrevistas.

Assim como a entrevista elaborada para os sujeitos pessoas idosas, a utilizada para os socioeducadores, também foi estruturada em duas seções. A primeira, destinada à coleta de dados sociodemográficos. A segunda, voltada para coleta de relatos sobre as experiências e percepções acerca da educação para idosos.

A partir dos dados colhidos, foi possível conhecer aspectos relevantes da realidade dos que vivenciam o fazer educativo para idosos. Antes, porém, de evidenciar qualquer dado, cabe salientar o envolvimento que o grupo demonstrou ter com nosso estudo. Este pareceu ser tratado como possibilidade de contribuição para a atenção à pessoa idosa que realizam. Dos 16 socioeducadores atuantes no CRMPI, 15 se voluntariaram para participar do estudo.

Adentrando aos dados sociodemográficos, a caracterização etária do grupo se mostra com composição, majoritariamente, formada por socioeducadores idosos. O que pode ser interpretado como possibilidade do educador atuar com contextos (re)conhecidos na/pela realidade própria. Observemos o gráfico a seguir:

**Gráfico 6 - Percentual Sujeitos – Socioeducadores - por faixa etária**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

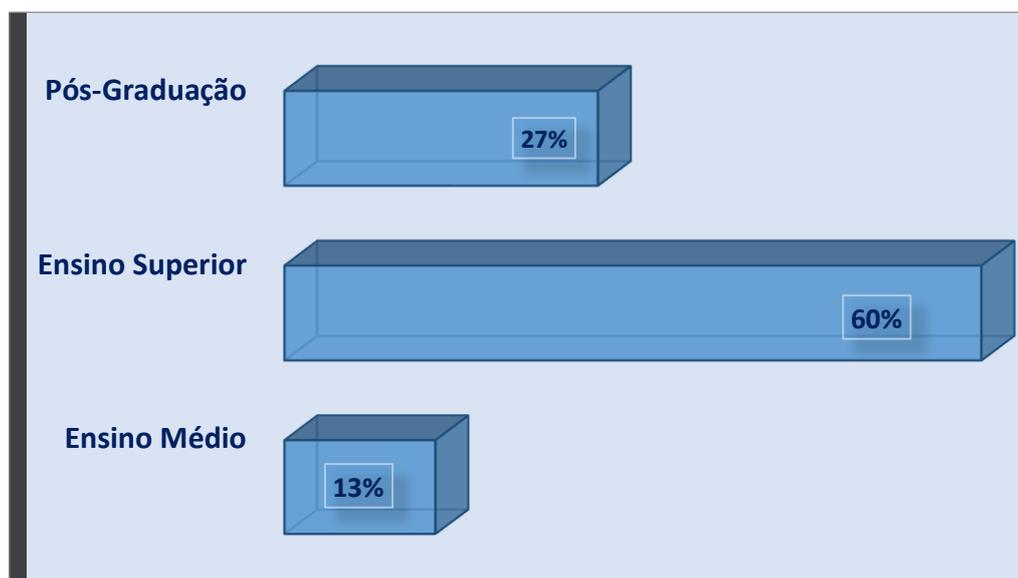
O gráfico evidencia que o percentual de 74% do grupo de socioeducadores é composto por pessoas que vivenciam o mesmo momento evolutivo dos educandos. O que a um

olhar fenomenológico, exprime significados. Um deles é de que a prática educativa está sendo conduzida por pessoas que vivenciam o fenômeno do envelhecimento. O envelhecimento para esses educadores não é apenas um conceito teórico, abstrato. Mas, um processo vivido, em permanente escrutínio e reflexões.

A maturidade própria da idade dos socioeducadores, potencializada pela dinâmica do movimento que realizam para (com)preender o processo de envelhecimento, e com ele trabalharem, os ajudam a se relacionarem bem com o envelhecer. Essa conquista obtida pelos educadores, se materializa em inspiração, em referência viva para as pessoas idosas que chegam para participar das atividades do CRMPI.

Outra característica do grupo de socioeducadores que deve ser salientada, é a formação profissional. Duas faces dessa formação são mostradas pelos dados sociodemográficos colhidos: a escolarização e área de formação. Sobre isso vejamos os gráficos 7 e 8, expostos abaixo:

**Gráfico 7 – Percentual sujeitos – Socioeducadores, por escolaridade**



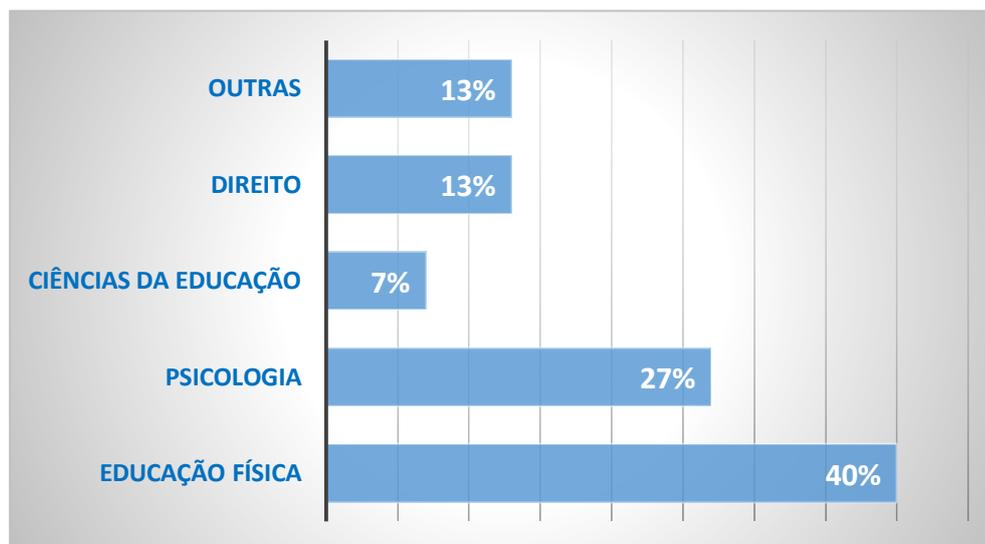
Fonte: elaborado pela autora em 2024.

O gráfico acima, indica que 87% dos educadores tem escolarização situada entre a graduação e pós-graduação, e 13% têm ensino médio. O grupo que compõe maior percentual, é formado por educadores que desenvolvem atividades direcionadas ao treinamento físico, e ao desenvolvimento de terapêuticas cognitivas, emocionais e

relacionais. Os educadores do grupo percentualmente menor, desenvolvem atividades na modalidade de artesanato, e de terapia alternativa do Reiki.

As áreas de formação dos profissionais que compõem o grupo de educadores do CRMPI, estão expostas na configuração gráfica a seguir.

**Gráfico 8 – Sujeitos – Socioeducadores - percentual por área de formação**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

Os dados demonstram que o quadro de socioeducadores é formado majoritariamente por educadores físicos (40%); seguidos por profissionais da psicologia (27%); do direito (13%); de diversas áreas, exposta graficamente como outras (13%); e minoritariamente, da educação (7%).

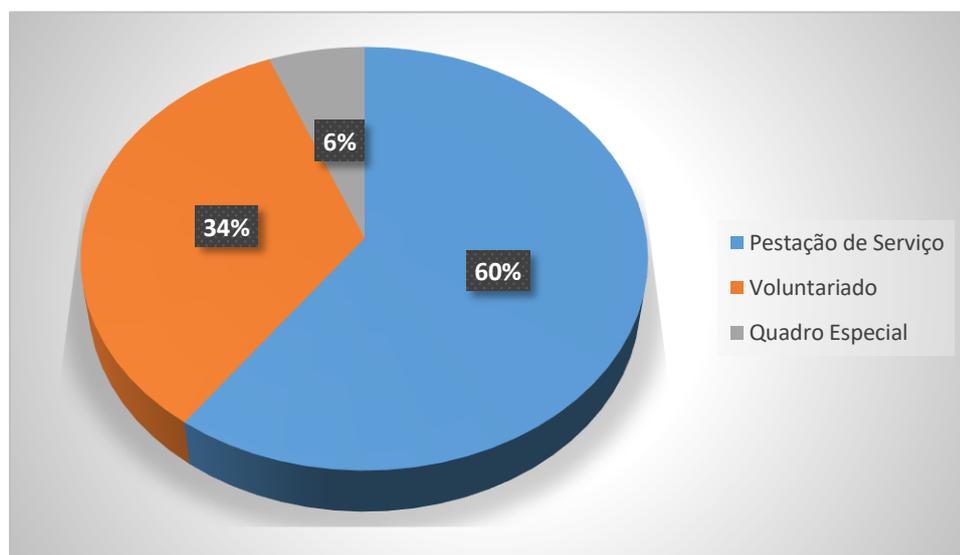
No grupo de educadores há profissionais com mais de uma formação acadêmica. Este é o caso do que figura com formação em educação e constitui 7%, conforme posto acima. Entretanto, este educador desempenha atividade própria da psicologia, por ter também essa formação.

O desenho percentual das áreas de formação dos educadores, desvelam o foco nas atividades voltadas, sobremaneira, ao desenvolvimento físico, como forma de promover o envelhecimento ativo e saudável, preconizado nas políticas públicas para o envelhecimento. Bem como, na atenção dada à condição psicoemocional do ser que envelhece. Seguindo-se a isso o suporte acerca dos direitos.

A educação é, em princípio, o eixo da promoção da saúde, física e psíquica, à pessoa idosa. No entanto, no mundo socioeducativo do seguimento idoso, as estruturas e funcionamentos postas em prática, parecem não efetuar o movimento de rotação em torno do eixo. Contraditoriamente, a educação parece estar deslocada para posição periférica ao invés de ocupar a centralidade.

Outra face da caracterização sociodemográfica dos educadores, que espelha parte significativa da realidade dos profissionais, é o vínculo funcional, visível no gráfico abaixo.

**Gráfico 9 – Sujeitos – Socioeducadores - percentual por vínculo funcional**



Fonte: elaborado pela autora em 2024.

Os dados mostram que a totalidade dos profissionais atuantes na socioeducação não tem vínculo estável com a instituição/município. O seguimento funcional predominante é de prestadores de Serviço (60%), seguido pelo quadro de voluntários (34%), e por quadro especial (6%), ocupado por profissional que ocupa cargo de confiança/assessoria.

Além dos achados mostrados, a seção estruturada da entrevista forneceu dados gerados por duas interrogações feitas. A primeira delas para identificar se os educadores tinham formação específica para educação de idosos. Sendo constatado que eles não tiveram acesso a essa formação. A segunda questão foi lançada para detectar se conheciam metodologia própria para atender às especificidades educacionais de idosos. Sendo constatado que não conheciam.

A partir dos dados sociodemográficos mostrados, a percepção é de que conquistas significativas foram e estão sendo feitas. Bem como, segue a necessidade de avançar.

As experiências e percepções dos socioeducadores sobre a educação para a pessoa idosa, foram obtidas pelas narrações por eles feitas. Estas se deram provocadas por interrogações que buscavam: conhecer a experiência que têm com a educação para pessoa idosa; o que consideram necessário à educação da pessoa idosa; se sentem satisfeitos com a educação da pessoa idosa que desenvolvem; se sentem ou sentiram alguma dificuldade para promover a educação para idosos; como é a experiência educacional nas atividades do CRMPI; como deve ser a forma própria (metodologia) para a educação da pessoa idosa; o que é educação para pessoa idosa na percepção do educador; e qual o sentido da educação para pessoa idosa.

## **2.1 Experiências dos socioeducadores com a educação para pessoa idosa**

As experiências narradas apontam construções particulares ao mesmo tempo em que apresentam aproximações. Uma delas se refere a importância das vivências com avós como chão sobre o qual ergueram visões acerca da pessoa idosa. Vivências entremeadas por vínculos afetivos positivos. Aprenderam a valorizar a sabedoria própria delas, a escutá-las, a conhecer algumas dificuldades específicas do momento evolutivo, e a desenvolver habilidades para lidar com estas.

Os relatos sobre esse aspecto do “vivido” de socioeducador, carregavam sempre uma relação entre o que se vive/viveu como “educador de idosos” e como “filhos ou netos de idosos”. Alguns revelaram ter utilizado aprendizagens realizadas no fazer de socioeducador, para aplicar com genitores/avós. Outros demonstraram fazer o caminho inverso: aplicaram no desempenho de socioeducador o que aprendera na relação com familiares em envelhecimento.

O cerne das expressões dos sujeitos acerca do ser socioeducador de idosos, mostra que a experiência é por demais desafiante. Todos começaram sem ter formação específica para trabalhar com educação para pessoa idosa. Iniciaram a partir de algum(ns) saber(es), e desenvolveram práticas usando ferramentas forjadas por conhecimentos correlatos, oriundos da área de formação, e por aprendizagens construídas com os próprios educandos.

Nas graduações que fizeram, aprenderam sobre saúde física e emocional. Também sobre direitos e “jeitos de ser idosos” pelas formações de educadores físicos, psicólogos, bacharéis em direito e outras profissões. Os que não têm graduação, aprenderam a arte e

técnica sobre o fazer que ensinam, em cursos técnicos. Salientando que, as aprendizagens mais valorizadas pelos sujeitos, foram as que construíram na relação com as pessoas idosas, parte delas citadas a seguir.

Antes de citarmos os sujeitos-socioeducadores, esclarecemos que a exposição de seus relatos preserva a identidade dos mesmos. Eles são nomeados pelas letras SE, referindo-se ao termo socioeducador, seguidas por letra do alfabeto que os diferenciam. Para os 15 entrevistados foi convencionado o uso das primeiras 15 letras do alfabeto (de A a P), em ordem crescente, seguindo a sequência cronológica em que as entrevistas foram realizadas.

As aprendizagens construídas pelos socioeducadores, citadas enquanto narravam suas experiências com a educação de pessoa idosa, apresentam-se compiladas em quadro a seguir.

**Quadro 6 – Aprendizagens construídas pelos sujeitos – socioeducadores, sobre a educação para idosos, na relação com os próprios educandos**

<b>SUJEITO</b>	<b>APRENDIZAGENS CONTRUÍDAS COM OS IDOSOS</b>
SE A	Aprendi que os idosos chegam com muitas necessidades de apoio, de acolhimento. A experiência que tenho aqui é de tentar oferecer esse apoio e acolhimento que o idoso traz para cá.
SE E	Aprendi a ter paciência e respeito pelo idoso. Identificar as limitações de cada um, e planejar um trabalho direcionado para cada. Não é fácil, mas é prazeroso.
SE G	Vi que o idoso tem avidez de aprender, avidez de conhecimento. Entendi que o idoso é alguém que, com sua experiência, reaprende a ler o mundo.
SE H	Aprendi que a escuta ajuda na educação, formação e fortalecimento de pessoas.
SE N	Aos poucos, foi vendo como era a melhor forma de trabalhar com eles. Fui aprendendo, cada vez que tinha contato com eles.
SE P	Aprendi que o idoso precisa ser ouvido, respeitado e valorizado. Para que se sinta participante, vivo! Tornar o idoso vivo é ele ter oportunidade de falar, de conversar, de manifestar seus conhecimentos, de ajudar. E isso pode ser feito por meio de ações educativas.

Fonte: elaborado pela autora em 2024.

A elaboração do quadro permite ver, de forma sucinta, “parte” do “todo”, “no todo” sobre as experiências de aprender a ser educador de um setor da população para o qual não receberam formação específica. O que não se traduz em ausência de conhecimentos.

O grupo de profissionais entrevistados é heterogêneo no âmbito da formação e da escolarização, e se apresenta detentor de conhecimentos voltados às questões do envelhecimento. Há educadores que produziram monografia de graduação e de especialização voltadas para temáticas que relacionavam envelhecimento e pontos específicos da área científica de formação, a exemplo de educação física, psicologia, direito. Há quem fizera gestão de instituições que atendiam idosos; quem fora docente da EJA; quem participara de projetos que atendiam idosos; quem fora docente da Universidade da Terceira Idade; quem fez mestrado e doutorado com pesquisa voltada para temática de saúde do idoso

Entretanto, não há educadores que tenham feito formação específica para educação da pessoa idosa. Nesta realidade, o aprender com o aprendente ganhou ainda mais relevo e se apresentou como fundamental. Aprender essa realidade remete à possibilidade de ver refletido/materializado o pensamento educativo freireano. Em que educadores trocam saberes, se educam em comunhão, ajudam e são ajudados, e ensinam enquanto aprendem.

## **2.2 O que os socioeducadores consideram necessário à educação da pessoa idosa**

Na perspectiva desses atores, a educação deve prover o idoso daquilo que atenda a seus interesses. “A educação precisa ensinar algo que ele tenha interesse de aprender” (SE A). Para promover a educação para idosos “é necessário conhecer sua realidade. Conhecer os limites e potencialidades que carrega” (SE F). Essa ideia é complementada com outra narração.

“A educação precisa oferecer conteúdos contextualizados, que partam da experiência dela, da vida dela. Um trabalho dinâmico, valorizando cada vez mais a idade que têm. Algo que possa melhorar a vida dela. Que tragam as experiências dela, suas retrospectivas, para resignificar a vida” (SE M).

Alguns socioeducadores apontaram para necessidade da educação voltar-se à socialização e bem estar dos aprendentes. “Tem que ter atividades criativas para incentivá-los. Atividades para estimular a sociabilidade entre eles. Que estabeleçam relações de troca, que percebam o outro, sendo solidários” (SE M). “Alguns chegam tímidos, com dificuldades de realizar trocas sociais, muitas vezes cristalizadas pelas condições de viverem isolamentos, mas que logo florescem para as interações sociais. Como se tivessem reaprendido a dar e receber atenção” (SE B); “A educação para pessoa idosa se constitui de atividades que se

voltam para melhorar a vida. Para tanto, é necessário escutá-la. Escutando-a se saberá quais são as necessidades que devem ser supridas pela educação” (SE F).

Também foi exposta a percepção de que, para atender às demandas educacionais de senescentes, o educador precisa ter concepção mais atualizada sobre o envelhecer, visão alinhada com o que se vive no século atual.

“A primeira atitude necessária para educar idosos é não ter preconceito. Eles estão frescos também para aprender. Não tanto quanto a criança, mas eles têm um potencial a mais que a criança, porque eles sabem a importância daquilo que estão aprendendo. Sabem como aplicar aquilo” (SE G).

A posição do educador, nos remete à ideia de potencialidade cognitiva na perspectiva de lógica complexa e pensamento reflexivo, defendida por neopiagetianos como pensamento pós-formal. Caracterizado por combinar lógica com emoção e experiência prática para solução de desafios cognitivos, segundo o que foi apresentado no Capítulo IV desse trabalho.

Outro ponto abordado pelos educadores como necessário à educação que praticam é a formação específica.

Considero necessário haver formação profissional para trabalhar com idosos, aprender metodologia própria para esse público. Sinto falta de materiais, referências, que nos ajudem a preparar para o ensino com idosos. Mesmo tendo esse déficit, essa lacuna, a gente utiliza os conhecimentos pedagógicos que tem, e os conhecimentos técnicos e teóricos voltados para a saúde física da pessoa idosa e tenta atender da melhor forma possível (SE C).

A posição do educador acima, é reafirmada por outra que diz: “Que haja mais interesse dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais. Políticas Públicas que promovam mais conhecimento nessa área. O foco no idoso é recente. Que órgãos competentes promovam cursos para lidar com a pessoa idosa” (SE O).

Relatos de outros educadores também versaram que a inexistência de formação específica, faz muita falta em suas práticas. Bem como, declararam ser sobrecarregados por essa missão de criar, planejar ações educativas sem dispor de material teórico e prático de apoio. Nesta realidade, ficou entendido que a tarefa de promover educação para pessoas idosas tem ônus elevado para o socioeducador.

### 2.3 Satisfação dos socioeducadores com a educação da pessoa idosa, por eles desenvolvida

A presença de satisfação, e/ou ausência dela, foi manifestada em graduações diferentes, mas que também, em certo sentido, convergem. A maioria dos entrevistados manifestou razões pelas quais se sentem satisfeitos. Bem como, também foram expostos motivos que comprometem a satisfação plena.

Nos relatos que manifestaram satisfação pela educação desenvolvida, alguns motivos foram elencados.

#### Quadro 7 – Motivos de satisfação com a educação que desenvolvem

SUJEITO	MOTIVOS
SE B	Me sinto muito satisfeita pela construção digna que fiz até aqui, para oferecer o melhor às pessoas, a partir dos elementos obtidos na formação de educador físico. Por, tanto na graduação como na especialização, ter procurado aprender um pouco sobre a pessoa idosa. Pela relação que tenho com elas. Pelo que aprendi sobre elas e com elas. Pela condição de identificar as necessidades delas e conseguir criar, planejar atividades sintonizadas com as necessidades. Pelo carinho que dou e recebo.
SE A	Sim. Consigo desenvolver uma atividade que vai ao encontro do interesse do idoso, que buscou vir aqui para aprender determinada coisa.
SE E	Me sinto satisfeito pelo que alcanço proporcionar a cada idoso. E por sentir que os idosos saem satisfeitos com a atividade e com o professor.
SE H SE I	Sentem-se satisfeitas por perceberem que as pessoas valorizam e fazem questão que haja a atividade.
SE N	Sente-se satisfeita por se doar muito, buscando desenvolver atividade que atendem as necessidades específicas de cada um. Daqueles que não sabem ler, dos que têm baixa visão, dos que tem desempenho cognitivo diversificado variando entre baixo, intermediário e elevado.
SE O	Sente-se realizada, vai para esse trabalho com muito amor e passa o resto do dia bem, porque está fazendo algo para alguém que precisa. É uma satisfação da alma.

Fonte: elaborado pela autora em 2024.

A apresentação dos dados acima, em disposição gráfica enxuta, visa facilitar a visualização das informações. Elas permitem perceber que os motivos que os socioeducadores têm para serem satisfeitos com o que realizam, assentam-se no esforço que empreendem para “aprender fazer, fazendo”, e pelo êxito que alcançam.

Além disso, houve relato que sinalizou preocupação com o que pode ser melhor: “Me sinto satisfeita, mas sempre procurando algo mais. Acho que eles pedem mais. Então

vou sempre sentindo como eles respondem às atividades. Me incentivo a buscar mais conhecimento para aplicar” (SE G).

Assim como, ponderações também foram feitas: “há satisfação por sentir que atividades que valorizam a pessoa idosa são desenvolvidas. E por perceber que os idosos se sentem valorizados. Me sinto satisfeita, apesar da instituição não dispor dos materiais necessários” (SE L; SE M).

Houve ainda, relato que expôs a percepção das dificuldades oriundas da falta de investimento financeiro, e da escassez de produção de conhecimentos.

Não me sinto tão satisfeito porque sei que poderia contribuir de uma forma mais eficaz. Temos um déficit muito grande de investimento para o trabalho com o idoso. Déficit de recursos financeiros para a gestão das políticas e também de conhecimentos que poderiam estar sendo produzido pela ciência (SE C).

Os relatos expostos sinalizaram que a satisfação que os socioeducadores têm deve-se, essencialmente, aos esforços por eles empreendidos. Que a política pública voltada para socioeducação dos senescentes não fornece condições efetivas para o desenvolvimento da mesma. Falta recurso financeiro para materiais de apoio à execução das atividades, e para formação dos educadores.

Sobre a questão tratada acima, um sujeito da pesquisa ofereceu uma fala que talvez sintetize parte do que foi colocado até aqui: “A educação para o idoso não está em nível de satisfação. Ainda falta muita conquista!” (SE P).

#### **2.4 Dificuldades (não)sentidas pelos socioeducadores na promoção de educação à pessoas idosas**

Os relatos sobre o que tem, ou pode ter, sentido de dificuldade para se promover a educação à pessoa idosa apontaram, principalmente, para a necessidade de se conhecer melhor o desenvolvimento no envelhecimento; para a carência de material teórico e prático que podem subsidiar a elaboração, planejamento e execução das atividades socioeducativas; e maior apoio logístico do poder público.

Antes porém, de entrar nessas questões, deve ser vista também a consideração de um sujeito que expressiu: “Não visualizo uma dificuldade, por ver que a educação do idoso tem sido um processo. Que vem se desenrolando há alguns anos e vem melhorando. Hoje

está bem mais visível, ocupando mais espaços, e está bem mais estruturado” (SE P). A observação feita se coaduna com a ideia posta no Capítulo III desse trabalho ao se referir à educação da pessoa idosa como “nova invenção social, política, econômica e cultural”.

Voltando às dificuldades manifestas nas experiências com os sujeitos, apresentamos inicialmente a necessidade de conhecer as características, limites e possibilidades do ser em envelhecimento que pode ser percebida em: “Tenho dificuldade para entender as particularidades da pessoa idosa. Para lidar com algumas dificuldades, como o declínio cognitivo, com aqueles que apresentam alguma dificuldade para aprender” (SE A); “Sinto dificuldade por não ter formação. Atuo pelo amor e experiência. Desejo ter mais conhecimento, mais subsídios. Mais aprendizado sobre as questões da pessoa idosa” (SE O).

A indissociabilidade entre teoria e prática, entre disponibilidade de conhecimentos científicos e equipamentos técnicos/tecnológicos pode ser percebida em alguns relatos que serão apresentados.

Tive dificuldades sim. Uma delas foi desenvolver, com cadeirante, atividade na piscina sem recursos de tecnologia assistiva, equipamento apropriado. Desenvolver atividades físicas na piscina com pessoas idosas, requer recursos técnico-científicos e estrutura que não temos. É preciso ter conhecimentos sobre adoecimentos por declínio, e de outras questões do envelhecimento que tenho um pouco. E acredito que não tenho ainda mais dificuldade porque fiz monografia sobre saúde do idoso. Identifico características de demência e outras coisas básicas. Mas, me falta muito ainda (SE B).

Os desafios podem ser desvelados também na narração: “Sinto dificuldade por não ter material apropriado para o trabalho direcionado às particularidades da pessoa idosa. Tenho que tentar superar essa dificuldade potencializando o uso de muita criatividade para suprir a falta de apoio técnico e de material” (SE E).

Outro socioeducador vai além em sua colocação:

Com certeza tenho grandes dificuldades geradas pela falta de conhecimentos científicos aplicados à atuação profissional para a educação e saúde do idoso. E dificuldade pela falta de recursos financeiros. Esses déficits limitam muito nosso trabalho, impedem uma forma mais plena. Até mesmo na hora de trabalhar em conjunto com outros profissionais para melhor atender o idoso. Faz muita falta um trabalho multiprofissional. E isso também tem a ver com recursos financeiros e compromissos dos gestores e da sociedade com as políticas públicas voltadas para o idoso (SE C).

Algumas dificuldades enfrentadas no fazer socioeducativo, na realidade vivenciada, foram percebidas, fenomenologicamente, pelo desocultamento de sentidos velados/desvelados, por meio de expressões não só verbais, mas, principalmente, não verbais.

Na instituição não há promoção de formação continuada aos profissionais, não foi desenvolvida ainda a prática de discussões formativas e planejamentos pedagógicos coletivos. Talvez mais difícil de acontecer pela configuração do quadro de profissionais, no âmbito do vínculo funcional vigente. O grupo de educadores é constituído por pessoas vinculadas à instituição por contratos de prestação de serviço, e pelo voluntariado. Realidade que imprime, em princípio, uma permanência provisória dos mesmos. Apesar de alguns estarem se mantendo no lugar desde a criação do centro.

Além das faces já expostas sobre os desafios enfrentados pelos sujeitos, deve ser dada a dimensão de que existem outras. “Há também alguma dificuldade com a regularidade na frequência e participação. “Frequentemente, precisam ir à consultas médicas, fazer exames médicos, procedimentos médicos. Alguns não conseguem ler corretamente por falta de revisão oftalmológica e atualização de lentes” (SE G).

Também foram identificadas questões referentes à dimensão do ensino-aprendizagem. A exemplo de:

“Outra dificuldade é de trabalhar com a lacuna educacional do idoso. Muitos quando eram jovens não conseguiram ter acesso a boa formação educacional. E isso traz mais dificuldades para prepará-los. É mais difícil ajudar a desenvolver a consciência de prevenção da saúde, por exemplo. Me refiro aqui, principalmente a uma característica recorrente no público com o qual trabalho, em outra instituição, na periferia da cidade” (SE C).

O relato do professor se relaciona com a ideia de Silva e Silva (2013), posta no Capítulo IV, decorrente de seu estudo que identifica a escolaridade elevada como elemento de maior vinculação ao melhor rendimento cognitivo no idoso.

A realidade percebida e escrita acima, acerca das dificuldade enfrentadas pelo socioeducadores de pessoas idosas, corroboram que muitas conquistas foram alcançadas e ainda há muito a ser “desbravado”.

## **2.5 Como é a experiência educacional dos socioeducadores nas atividades que desenvolvem no CRMPI**

Há uma diversidade de ênfases dadas à questão lançada. Algumas ecoando pontos abordados nos relatos feitos direcionados às interrogações anteriores constituintes desta seção. O tratamento oferecido aos dados buscou filtrar com atenção para não haver repetições. Buscando elencar o que se apresenta como “partes”, conectadas ao “todo” indissociável.

Houve depoimento que pôs em evidencia a situação do CRMPI ser o local com as melhores condições de trabalho para a socioeducação da pessoa idosa. Por dispor de melhor estrutura física, maior número de socioeducadores, dentre outros elementos institucionais essenciais ao desenvolvimento de ações educativas. Além de ter público participante caracterizado com nível de escolarização, de situação cultural e social melhor que a comumente vista na população do município.

Uma das narrações mostra que:

A experiência educativa aqui é relativamente fácil de ser desenvolvida, quando comparo com outra vivência que tenho em realidade urbana periférica, em que sou único profissional disponível para o trabalho com os idosos. Lá tenho idosos, geralmente, com dificuldades financeiras, pouca escolaridade, pouco acesso às atividades voltadas à cultura e lazer. Isso dificulta muito”. Apesar de que, aqui também se enfrenta limitações impostas pelo insuficiente recurso destinado às ações de políticas públicas dirigidas às pessoas idosas. E isso repercute negativamente nas condições de trabalho, e na disponibilidade de materiais para os educadores atuarem em condições adequadas (SE C).

A realidade espelhada aponta o CRMPI como o lugar que melhor se aproxima da educação que o segmento idoso tem o direito de ter. E que empolga profissionais que nele desempenham “nobre e desafiador papel de educador”, apesar das dificuldades enfrentadas. “É uma experiência fantástica porque cresci, aprendi junto com as pessoas idosas. E que esse aprender para elas, com elas, é algo que melhora a qualidades do serviço oferecido aqui” (SE B).

Neste lugar, também houve educador anunciando um movimento de busca de trabalho inovador. Que vá além de atividades físicas, cognitivas, sociais “isoladas”. O sujeito demonstrou entendimento que a cognição se desenvolve em dinâmica de processo, desenvolvido na conexão interfuncional entre “as coisas afetivas, sociais e cognitivas” (SE G).

Tanto os confortos, quanto as inquietações/indignações, emanadas dos relatos apontam que as necessidades de avanço são mais amplas e complexas que as externadas. Elas envolvem as limitações existentes para o desenvolvimento do trabalho educativo, com

um ser aprendente em fase evolutiva ainda pouca estudada/conhecida em suas características. Sobre a qual ainda não se produziu material teórico e prático que subsidie o fazer educativo. Em um horizonte marcado pela participação tímida do poder público, e pela “distração” da sociedade, que parece ainda não ter processado a realidade do envelhecimento da populacional.

## **2.6 Como deve ser a metodologia para a educação da pessoa idosa pela lente dos socioeducadores**

Os sujeitos, apresentaram em seus relatos, que desconhecem uma metodologia institucionalizada, adaptada às especificidades cognitivas do aprendente idoso. E que desenvolvem formas educativas pautadas na (com)vivência experienciada no “mundo idoso”.

Na ausência de metodologia institucionalizada, delimitada em planos, programas e projetos, dirigidos para idosos, os educadores constroem caminhos para atender ao setor populacional. Usando os elementos que tem para entender como conduzir senescentes em processos de aprendizagem. Conforme a educadora: “A metodologia em si eu não sei dizer direito. Como pode ser? Qual o método?”. Não conheço teoricamente a metodologia a ser aplicada (SE B).

Alguns relatos trazem o elemento sensibilidade/intuição associado a outros elementos como inspiradores para traçar o como fazer. “Sigo intuitivamente o querer o bem estar do outro, fundamentando na minha experiência acadêmica”. (SE B). “A amorosidade com o idoso é o guia para melhor fazer. Eles precisam de educadores sensíveis capazes de perceber às particularidades de cada um” (SE H; SE I; SE J). “Uma metodologia que seja conduzida por pessoas preparadas para entender o que a pessoa idosa quer, o que ela não quer, o que ela pede, o que ela pergunta, o que ele precisa” (SE A).

Os socioeducadores constroem, a partir das ferramentas que dispõem, possibilidades norteadoras aos seus fazeres. “A metodologia deve incluir planejamento apropriado para as características das pessoas idosas, executar as atividades com paciência e respeito às limitações delas. E se guiar pelos feedback delas. As pessoas dizem se gostaram ou não gostaram” (SE E). A partir do que expôs o educador, o modo baseado no “aprender fazendo com o outro” é o que está em voga.

Houve também quem manifestasse o entendimento sobre metodologia, baseado na concepção que se tem sobre aprender, e sobre envelhecimento:

A metodologia deve atender às especificidades de cada um. É uma metodologia diferente das desenvolvidas para outras fases do desenvolvimento. Deve ser uma metodologia própria para promover o processo próprio, do desenvolvimento com vigor, juventude. Uma metodologia que não seja pautada na visão de envelhecimento decadente, e sim no desenvolvimento de potencialidades, para o melhor da saúde e do viver plenamente (SE F).

A percepção de metodologia específica, para um ser específico é muito presente nos relatos:

O método aqui é buscar formas, métodos diferenciados, para trabalhar com eles. Treino cognitivo, estimulação cognitiva para aplacar o problema da demência. Não conhece um método mesmo para trabalhar com idoso. A forma praticada é identificar as necessidades do idoso, desenvolver atividades que sejam boas e prazerosas para ele, e que tragam benefício (SE N)

Flexibilidade como base para o fazer educacional com pessoas maduras, se manifestou na fala:

Não deve ter a cobrança, própria do rito acadêmico. Tem que ter muita aceitação da condição de cada um. Os critérios são diferentes dos critérios da educação formal. O que eles trazem é uma construção de conhecimento que eles têm competência pra fazer e precisa ser acolhido. A flexibilidade deve fazer parte da proposta metodológica (SE G)

Outra concepção de metodologia apresentada, foi a de que a ação socioeducativa deve ser feita como intervenção a ser dirigida à “totalidade do ser”: “Fazendo! Tentando acertar, utilizando os elementos que se tem da experiência pessoal/humana e profissional em fazeres com outros públicos. Colocando, de tudo um pouco: o social, o espiritual, o emocional, o afetivo, tudo isso junto!” (SE O).

A a compreensão de complexidade envolvendo o fenômeno educativo do senescente conduz à percepção que as dificuldades são mais amplas e complexas que as externadas pelos socioeducadores. Elas envolvem as limitações de desenvolver um trabalho educativo, com um ser aprendiz em fase evolutiva ainda pouco estudada em suas características. Sobre a qual ainda não se produziu material teórico e prático que subsidie o trabalho educativo.

## **2.7 O que é educação para pessoa idosa na percepção do socioeducador**

Antes de iniciar a exposição sobre as percepções que os sujeitos têm sobre o que é educação para pessoa idosa, é preciso enfatizar a desenvoltura com a qual eles se colocaram. Fato que conduz à interpretação de que “sobre isso eles não têm dúvidas”. As falas, fluíram sem qualquer hesitação.

Esse acontecimento é prenhe de significado. Sabemos que “educação para pessoa idosa” é algo novo, com conceituação de ainda em construção. Portanto, eles não têm ainda leituras que fundamente cientificamente a definição do que venha a ser “educação para pessoa idosa”. No entanto, a forma como se expressaram parece denotar que, a prática que desenvolvem tem oferecido subsídios que os credenciam a falar com segurança sobre suas percepções acerca do que é educação para seus aprendentes.

Iniciando por recortes de relatos que retratam a novidade que o termo em questão suscita, trazemos a fala: Educação para pessoa idosa... para mim essa é uma coisa nova. Mas entendo que se refere a acompanhar o desenvolvimento próprio do idoso, atendendo as necessidades de aprender fisicamente, mentalmente, moralmente, socialmente” (SE B). A ideia pode encontrar complemento na expressão: “educação para pessoa idosa vem também evoluindo, porque o idoso também mudou. O mundo pede um idoso ativo, autônomo, independente” (SE P).

Seguindo com a apresentação de percepções que se conectam temos: “é fortalecer, dar condições, dar subsídio pra que ele preserve, a independência e autonomia” (SE A); “educação para pessoa idosa deve dar o suporte para eles resolverem as questões próprias deles”. (SE L; SE M).

Alguns sujeitos colocaram percepções sobre o que é educação para pessoa idosa que gravitam em torno da significação de conquista direitos e viver bem estar. Sobre o sentido de efetivação de direitos um sujeito verbalizou: “A educação é a formação que muitos não tiveram oportunidade de ter. É preciso minimizar os feitos negativos dessa falta de formação. Tentar pagar a dívida social que se tem com essa geração, pela falta de acesso a eles imposta (SE E).

Sobre a significação de bem estar foi verbalizado que:

É um processo que ajuda as pessoas a estarem bem consigo mesmas. A desenvolver aquilo que elas estão precisando. Uma educação que se volte para as particularidades da pessoa. A educação deve ser algo que ajude a cada um ficar melhor, a tender as necessidades para preservar o bem-estar e se desenvolver sempre mais (SE F).

A verbalização da educadora evidencia a concepção de educação como processo que promove desenvolvimento e bem estar. Uma forma de perceber que também foi manifestada por outros educadores. Acontecimento que se exemplifica com: “Educar pessoas idosas é inseri-las no meio social para que ele se sinta útil, acolhida, amada e valorizada” (SE O).

Outras percepções apresentadas, estão sincronizadas com a concepção de processo formativo que deve ter como ponto de partida os saberes dos aprendentes.

Primeiramente ela deve reconhecer que os idosos são professores, porque a vida já uniu eles nisso. Segundo, reconhecer que eles têm competências que muitas vezes não demonstram. Até porque a sociedade trata o idoso como alguém que não deve ser considerado. E é preciso desfazer esse mito. E principalmente conduzir o idoso como alguém que pode e deve aprender, trocar experiências, ler sobre qualquer coisa, buscar assuntos que nunca viu. A educação deve provocar a elaboração de aprendizagens que a PI já tem como prática no seu dia-a-dia. ...E mostrar para eles que podem aprender qualquer coisa. SE G

A concepção posta acerca da educação da pessoa idosa, é de que esta constitui processo. Que parte das experiências do aprendente e desenvolve as potencialidades que este têm. Além disso, a educadora demarca que o processo exige o desvencilhamento do preconceito contra o idoso enquanto “ser de aprendizagem”.

Essa posição se conecta com a concepção de outra educadora que, do lugar de fala de quem desenvolve atividades voltadas para ativação cognitiva, com foco na memória, diz que educação de idosos é um fazer voltado para “melhorar a condição de aprender do idoso” (SE N).

Houve um educador que abordou o fenômeno fazendo considerações mais amplas e com abordagem mais crítica. Em que coloca a educação da pessoa idosa como um processo que:

Para acontecer o idoso deve entender a sua necessidade, e o educador atender a necessidade do idoso. Para tanto, educador e educando precisam ter melhor formação. O educando, formação educacional mínima, para conseguir entender quais são suas necessidades. O educador, capacitação profissional que dê conta de atender melhor às demandas da pessoa idosa (SE C).

O sujeito ainda defende que para isso acontecer deveria ter mais investimento tanto da ciência como da gestão pública. “Que os profissionais na ciência tenham maior interesse

de pesquisar sobre o idoso. Produzam literatura para melhor formação dos que trabalham a educação da pessoa idosa”.

Bem como, ressalta que “é necessário ter mais locais com o alcance socioeducacional do CRMPI pela cidade, isso facilitaria muito”. E complementa: “Os idosos residentes na periferia, muitas vezes, têm dificuldade financeira, e outras, para se deslocar até o centro de referência. E acabam ficando restritos às poucas possibilidades socioeducativas da realidade do lugar onde moram”.

O educador ainda emite percepção, elaborada do lugar de fala de profissional da educação física que conhece a realidade das atividades oferecidas a idosos residentes na periferia da cidade, que revela:

Eles não tem a possibilidade de vivenciar as atividades que são realizadas aqui no CRMPI. Este é um serviço de qualidade encontrado em um único lugar/bairro/região da cidade. As demais regiões têm carência deste tipo de atendimento. ‘O CRMPI é um oásis no deserto pessoense’ (SE C).

Ressaltamos a contribuição que o educador deu ao estudo, oferecendo seu relato sobre as realidades socioeducativas da pessoa idosa, encontradas em regiões periféricas com as quais o professor trabalha.

## **2.8 Qual o sentido<sup>10</sup> da educação para pessoa idosa na visão dos socioeducadores**

A visão dos socioeducadores acerca do sentido da educação para a pessoa idosa, parece ter status de essencialidade na relação entre educador, processo educativo e educando. As perspectivas adotadas pelos educadores são definidoras da forma como os processos educativos são conduzidos. Portanto, o acesso à concepção de sentido para educação do idoso, apresentada pelos educadores, nos fornece valioso material para compreensão da educação que está em curso.

Os relatos que apresentaremos a seguir nos permitem aprender com aqueles que vivenciam o fenômeno educativo nas suas entranhas. Começamos aprendendo que:

Sentido de preparar o idoso para tudo que tem sentido para ele. Porque muita coisa tem sentido para o idoso. Tem sentido se sentir útil. Tem sentido se olhar no espelho e saber que ainda tem poder de se organizar, se arrumar, de se achar bonito. Tem sentido ir ao supermercado e fazer suas

---

<sup>10</sup> O termo “sentido”, aqui posto na perspectiva de Victor Frankl, que tem significado de “para que”, “para que serve”?

comprinhas. Ir à igreja. E a educação tem sentido de preparar o idoso para continuar fazendo a gestão da própria vida com autonomia, independência, sentimento de utilidade e realização (SE A).

A educação serve para “conduzir a pessoa idosa pelo caminho que ela está precisando percorrer no momento. Atendendo suas necessidades físicas e emocionais. Tem sentido de energizar, de despertar para os cuidados consigo mesma” (SE B). O sentido da educação para PI é dar suporte, é dar sentido mesmo para a vida. (SE L; SE M)

Também foi manifestada a visão de sentido como processo de aprender a ser vivido por toda a vida:

Tem a finalidade de atualização. O idoso de hoje teve uma formação com menos acesso do que se tem atualmente. Temos materiais, recursos, e metodologias mais avançadas. A educação para a pessoa idosa tem finalidade de oferecer formação educacional que possa implementar autonomia física, emocional, financeira e em todos os demais aspectos (SE C).

Educar também foi apresentado como uma experiência que envolve aprendizagem e “serve para melhorar a vida. Preparar o idoso para tornar-se mais ativo e fortalecido para desempenhar as atividades do dia-a-dia. Potencializar a condição física e social para que se tenha vida com mais qualidade, e possa sentir-se feliz pela vida alcançada” (SE E). “Serve para não ficar parado no tempo, para se renovar, aprendendo. Ter expectativa de algo que vai para o futuro. Buscar dias melhores” (SE J).

Educadores apresentaram visões focadas na relação entre movimento educativo, desenvolvimento, e promoção de qualidade de vida por meio de falas como essas: “tem sentido de desenvoltura pelo próprio movimento de buscar saúde, aprender a lidar cada vez melhor com a vida e ampliar amizades” (SE F). “Sentido de continuar se desenvolvendo” (SE N). “Sentido de qualidade de vida. De ter gosto pela vida. Ter satisfação, realização. Viver o presente com mais intensidade” (SE I). “Desenvolver espírito que vislumbra futuro, que a idade não impede isso” (SE H)

A concepção de formação educativa como processo que serve para promover a continuidade do movimento vital, é reiterada por mais educadores ao afirmarem:

A educação serve dar movimento. Para o idoso não ficar parado no tempo. Que ao contrário disso, continue se renovando, aprendendo, tendo expectativas e visão de futuro. Desenvolva o gosto pela vida, tenha satisfação, realização. Espere dias melhores e viva o presente mais intensamente (SE H; SE I; SE J)

Por fim, trazemos verbalizações de educadoras que apontam que a educação tem a finalidade de preparar senescentes enquanto sujeitos de direitos que são: “a educação serve ao idoso como possibilidade de tomada de consciência de seus direitos. Para que ele saiba quem procurar se for desrespeitado” (SE P). “Ela tem sentido de respeito pelo que eles representam enquanto pessoas que muito contribuíram com a sociedade. Sentido de poder fortalecer-los, proporcionar desenvolvimento e empoderamento” (SE G).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado, abordou fenomenologicamente a educação para pessoa idosa, no horizonte das políticas públicas, adotou a concepção de pessoa enquanto ser-de-complex(idades). Multiconstituído pela interfuncionalidade multidimensional própria do desenvolvimento humano. Configurando-o um ser de especific(idades) objetivas/subjetivas.

A concepção de educação adotada foi de processo de construção permanente do ser, que se dá na inter dinâmica do desenvolvimento/aprendizagem realizada ao longo de toda a vida. Processo que deve ser desenvolvido pautado por educação humanista, promotora de vidas com qualidade, plenas de satisfação/realização.

Tal educação ainda está por ser materializada. Para tanto, precisa enfrentar o desafio de construir-se, de estruturar arcabouço teórico-prático que dê conta de atender às demandas educacionais da pessoa idosa. Oferta educacional que precisa estar suficientemente instrumentalizada, para conduzir a aprendizagem/desenvolvimento, em sincronia com a complex(idade) própria do ser em envelhecimento.

O arcabouço teórico-prático é possível de ser elaborado por ação multi e interdisciplinar. Pela interação entre ciências da educação, gerontologia, psicologia, ciências da saúde, neurociências, dentre outras. A elaboração precisa se erguer sobre base multiconstituída, a envolver também as orientações normatiza(dor)as, propostas em dimensão internacional, nacional, estadual e municipal.

As orientações legais constituem o chão sobre o qual está plantada a sistematização dos direitos. Que devem ser atendidos em dimensão tripartite, pela corresponsabilização da federação, estados e municípios. Entes responsáveis por propor e executar políticas públicas.

A motivação para este estudo brotou de realidades vividas em algumas iniciativas socioeducativas. Nelas nos deparamos com a escassez de produção de conhecimentos necessários à fundamentação de atividades para idosos. A situação nos colocou em relação com a lacuna teórico-prática acerca de conhecimentos educacionais voltados às especificidades das pessoas em envelhecimento.

A lacuna impulsionou às interrogações: O que os conhecimentos científicos e as orientações normativas para a educação de pessoas idosas manifestam? O que é e como é a

relação em experiências educacionais para-com pessoas idosas? Qual o sentido das experiências educacionais para os idosos e educadores? Que análises podem ser feitas no mundo educacional da pessoa idosa situado no horizonte das políticas públicas?

As interrogações levaram ao entendimento que havia a necessidade de produzir conhecimentos com potencialidade de contribuir para o atendimento da educação da pessoa idosa em suas especificidades.

Nessa direção o estudo seguiu na busca de analisar o que é e como é a educação para/com a pessoa idosa, no horizonte das políticas públicas. O objetivo foi alcançado, e sobre ele se discorreu ao longo de todo trabalho.

De forma específica o atingimento dos objetivos está demonstrado:

No Capítulo I, intitulado: Educação para/com pessoa idosa: um fazer em construção, o fenômeno em relevo foi situado. No Capítulo II, nomeado: Configurações epistemotodológica do estudo, o estudo está configurado epistemotodologicamente.

No Capítulo III, com o título: Panorama das políticas à pessoa idosa: orientações normativas em movimento, temos o estudo do que as orientações normativas manifestam. No Capítulo IV, denominado: Especificidade da educação para pessoas idosas, foram refletidas as contribuições dos conhecimentos científicos produzidos, com potencial de contribuir para a estruturação da educação de pessoas idosas.

No Capítulo V, intitulado: Cenário educacional: espaço de possibilidades para experiências propulsoras de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, foi mostrada a realidade vivenciada na relação com atores de experiências educacionais, surgidas no panorama institucional do mundo-educativo-idoso pessoense.

No Capítulo VI, que tem como título: Os sentidos da educação exalados das experiências educacionais de pessoas idosas e socioeducadores, estão expostos os sentidos apreendidos de experiências educacionais, vividas por aprendentes-ensinantes.

O estudo confirmou a hipótese inicial da necessidade de produzir conhecimentos com potencialidade de contribuir para o atendimento da educação da pessoa idosa em suas especificidades. E que para tanto, há necessidade de implementação de políticas públicas que promovam os cuidados educacionais com a população idosa. Que o atendimento pode ser alcançado por proposta de educação humanista direcionada a uma vida com qualidade, contrapondo-se ao paradigma deficitário do envelhecimento e da velhice.

A pesquisa mostrou que o caminho epistemotodológico percorrido possibilitou a compreensão do fenômeno. Este, posto em presença da realidade em movimento, mostrado

na estrutura figura-fundo e na relação entre as partes e o todo. O fenômeno presente e vivo, com cores, cheiros e texturas do humano.

A investigação demonstrou a essencialidade das políticas públicas e necessidade de implementação das mesmas. Para isso, contamos com farto material internacional, nacional, estadual e municipal, que orienta e fundamenta a estruturação legal de políticas. Na esfera internacional apresentamos 14 documentos de orientação; em âmbito nacional foram 6 orientações normativas ao direito do idoso; na realidade estadual 20 documentos compõem as orientações normativas; e na seara municipal 3 documentos normativos.

O direito à educação está prescrito com elevada qualidade de estruturação legal, amplamente posta por diretrizes internacionais e pelo ordenamento jurídico nacional. Constituem farto material orienta(dor) para elaboração de políticas públicas, a serem compostas por conjunto de programas, ações e decisões, tomadas por gestores da esfera nacional, estadual e municipal.

Entretanto, o robusto arcabouço jurídico não se mostrou suficiente para assegurar à efetivação do direito à educação. Os achados da pesquisa mostraram que carece desenvolver programas e ações que deem conta das demandas educativas de senescentes em suas especificidades. Que desenvolvam e sistematizem metodologias específicas para o desenvolvimento das potencialidades do idoso e fomentem a formação de profissionais qualificados para o ensino gerontológico

Os resultados evidenciaram que a cidade de João Pessoa dispõe de equipamentos socioeducativos importantes ao atendimento da população idosa. Constitui espaço detentor de fecunda estrutura de rede de atendimento, porém, ainda não aproveitada suficientemente.

Circunstâncias que fazem o processo educacional ser desenvolvido essencialmente pela assistência social e configuram a socioeducação com caráter mais social que educacional.

Os achados do estudo mostram que a população idosa precisa aprender a desenvolver potencialidades; alcançar qualidade de vida; e preservar a autonomia e independência. Que precisa de educação que os ensine a aprender o que interessa, e é útil a eles. Que atenda às necessidades apresentadas no século XXI.

A educação precisa estar alinhada à concepção de velhice e envelhecimento própria dos dias atuais. Visão que os retira do status de subgrupo populacional vulnerável e dependente, e os insere como segmento populacional ativo e atuante na promoção do bem-estar de

si mesmo e de toda a sociedade. A pessoa idosa precisa aprender sobre o que pode oferecer e receber de si mesmo, e do mundo.

Os resultados mostraram que a educação extrapola o alcance escolar, vai além do que a escola oferece. Contudo, impescinde do planejamento didático-metodológico. O educador precisa receber formação específica para trabalhar com educação à pessoa idosa.

Ele merece superar a experiência desafiante que tem sido atuar sem essa formação. Desenvolvendo práticas baseadas em ferramentas correlatas, originárias das áreas de formação de educador físico, psicólogo, advogados, outros. Bem como, não depender tanto das aprendizagens construídas com os próprios educandos, no aprender fazer, fazendo.

A pesquisa mostrou que a inexistência de formação específica, faz o educador sentir falta dela em suas práticas. E que eles são sobrecarregados pela missão de criar e planejar ações educativas sem dispor de material teórico e prático de apoio. Os resultados apontaram que tarefa de promover educação para pessoas idosas tem ônus elevado para o socioeducador.

Eles precisam que órgãos competentes promovam cursos de formação e os preparem para o desenvolvimento de ações educativas voltadas às especificidades da educabilidade cognitiva, conativa e executiva da pessoa idosa. Que entes educacionais federais, estaduais e municipais fomentem o desenvolvimento material teórico e prático de apoio.

Os resultados apontaram que a política pública voltada para socioeducação dos senescentes não fornece condições efetivas para o desenvolvimento da mesma. Falta recurso financeiro para materiais de apoio à execução das atividades, e para formação dos educadores. Na instituição não há promoção de formação continuada aos profissionais. Bem como, não há a prática de discussões formativas e de planejamentos pedagógicos.

Sobre as limitações e possibilidades encontradas durante a pesquisa discorreremos primeiro sobre as possibilidades.

O estudo pode proporcionar oportunidade para refletir e conhecer um pouco acerca do ser idoso enquanto aprendente, possuidor de potencialidades. Pode ajudar a identificar o desafio que está sendo promover a educação para pessoa idosa. Pode estimular a pro(cura) de alternativas de superação.

Além disso, os resultados apresentados por esse estudo poderá contribuir para ampliação de horizontes na promoção da qualidade de vida dos sujeitos. Beneficiar as pessoas

idosas, socioeducadores, gestores e sociedade em geral. Contribuir para o desenvolvimento de um mundo socialmente sustentável.

Buscaremos fomentar as potencialidades, descritas acima, devolvendo aos atores os achados da pesquisa. Bem como, divulgando este trabalho e me colocando à disposição para iniciativas que busquem o avançar da educação da população idosa.

Sobre as limitações encontradas para a realização do estudo, salientamos obstáculo surgido na fase inicial da trajetória para a elaboração do conhecimento. Uma dificuldade que se desdobrou outras.

A limitação surgiu durante a atividade investigativa exploratória, enquanto se buscava dados que permitissem identificar o panorama das ações e serviços de política pública, para a pessoa idosa, em andamento na cidade.

A procura pelos dados se constituiu missão árdua. Muitas idas a várias instituições. Agendamentos com diversos agentes públicos, indicados como próprios para dispor dos dados. Foram muitos agendamentos desmarcados, adiados que geraram perda de tempo e atraso ao estudo. Bem como, muitos agendamentos com pessoas que não tinham os dados procurados.

Foram buscas sem alcance de êxito, que evidenciaram indícios de que os órgãos públicos não possuíam registros sobre o panorama geral de atuação das políticas públicas do idoso em João Pessoa.

A investigação identificou a iniciativa de um Programa de Atenção de Política Pública do idoso – PAPPI. Talvez fosse esta, a instituição a dispor do registro das ações de políticas para o idoso em desenvolvimento no município. Contudo, ela se encontrava em fase inicial de sistematização.

Dessa forma, não foi possível obter o panorama geral das políticas públicas municipais à pessoa idosa. Essa, e outras, experiências demonstraram formas “assistêmáticas” das instituições em lidar com dados que devem estar posto ao domínio público.

Por fim, considerando a experiência desenvolvida e resultados obtidos por esta pesquisa, oferecemos algumas sugestões propositivas. Elas visam ser possibilidade de contribuição para o avanço da educação para idosos.

Sugestões propositivas:

1. Sistematização da socioeducação e institucionalização metodológica

Fica a sugestão para que os órgãos de gestão educacional da federação, estados e municípios, se articulem para a efetivação do direito à educação que o idosos tem. Cabe a eles a sistematização desse direito, previsto no ordenamento jurídico, e a espera de sistematização e implementação.

O ministério da educação, as Secretarias de Educação do Estado e Município são entes responsáveis pelo fomento da sistematização desse ensino, da institucionalização metodológica e produção de material de apoio teórico-prático. Bem como, cabe a estes órgãos nortear e promover a formação continuada de educadores.

2. Estabelecimento de parcerias entre órgãos de gestão educacional, social e instituições produtoras de conhecimento.

Sugerimos que, sejam feitas parcerias entre seguimentos institucionais com potencialidade de contribuir com a produção e aplicação de materiais teóricos e práticos. Bem como com formação de socioeducadores.

Sugestões propositivas específicas ao município de João Pessoa:

1. Implementação da intersetorialidade nas ações socioeducativas

A sugestão de implementação/efetivação do caráter intersetorial nas ações socioeducativas para o idoso, se baseia em dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Cidadania – SEDHUC. Nos quais é colocado que as ações, programas e serviços que compõem as políticas públicas municipais para a pessoa idosa, são desenvolvidas em dimensão multisetorial.

Elas envolvem as seguintes secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Humano e Cidadania - SEDHUC, Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Turismo - SMT, Secretaria Municipal de Habitação Social - SEMHAB e Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa - SEDEC.

Contudo a investigação realizada por este estudo não encontrou participação efetiva da Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa – SEDEC, em ações educativas à pessoa idosa.

As políticas públicas de atendimento às necessidades socioeducacionais da pessoa idosa, precisam ser efetivamente desenvolvidas em dimensão e inter setorial, sobretudo, com a participação da SEDHUC e da SEDEC. Ao que esta parece ausente.

A Secretaria de Educação precisa assumir o protagonismo que lhe cabe na condução da educação da pessoa idosa.

## 2. Formação de educadores para idosos

A sugestão direcionada à formação de educadores para idosos é dirigida à Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa – SEDEC. Por caber a ela a atenção educacional à população idosa pessoense.

A educação precisa ser vista pela SEDEC como parte de suas responsabilidades. Em visita feita à secretaria, no período em foram desenvolvidas as atividade investigativas exploratórias, nos deparamos com a ausência de programas voltados à educação do idoso. Bem como, não a encontramos presente em qualquer espaço-tempo socioeducativo, ao longo da experiência vivenciada nesta pesquisa.

O fato, favorece à configuração da socioeducação como ação mais social que educativa. Essa realidade clama pela superação da escassez teórico-prática na educação da pessoa idosa. Possível de ser mitigada com papel ativo da SEDEC por meio de articulação com instituições que têm potencialidades para contribuir com melhor preparação da oferta educacional à população idosa. Na qual se inclui a formação de educa(dores).

Para tanto, a SEDEC pode articular parcerias com as universidades públicas presentes na cidade, no estado. A exemplo da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Além de, efetivar parceria intersetorial com a SEDHUC. Aproveitando a experiência socioeducativa que esta tem desenvolvido, potencializando-a.

## REFERÊNCIAS

A UNIÃO, Jornal da Paraíba, 02/09/2024. PB tem 3ª maior taxa de centenários. Disponível em:

[https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno\\_paraiba/pb-tem-3a-maior-taxa-de-centenarios#:~:text=Envelhecer%20de%20forma%20saud%C3%A1vel%20%C3%A9,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\).](https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/pb-tem-3a-maior-taxa-de-centenarios#:~:text=Envelhecer%20de%20forma%20saud%C3%A1vel%20%C3%A9,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).)

Acesso em 22 de setembro de 2024.

BBC News Brasil 25/01/2023. Como Japão mudou de ‘terra do futuro’ para ‘preso ao passado’. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64388192#:~:text=Um%20ter%C3%A7o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20japonesa,sua%20popula%C3%A7%C3%A3o%20atual%20at%C3%A9%202050.>

Acesso em 10/08/2023.

BBC News Brasil 31/10/2023. Mais mulheres e idosos empregados: as estratégias do Japão para lidar com a população mais velha do mundo. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqlwlyzey2dgo>

Acesso em 10/06/2024.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Editora Unimep, 1994.

BOTH, Agostinho. **Gerontologia: educação e longevidade**. Passo Fundo: Imperial, 1999.

BOTH, Agostinho, et al. **Gerontologia, longevidade e educação: fundamentos, práticas e processos**. In: FREITAS, Elizabete Viana de; et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil com alterações pelas emendas constitucionais**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento / Organização das Nações Unidas. 2002**; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL/Ministério da Saúde. **Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no sus: proposta de modelo de atenção integral XXX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.** Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf)

Acesso em 22 de julho de 2023.

BRASIL, Ministério do Turismo 25/11/2024. **João Pessoa desponta como um dos destinos mais procurados do mundo para 2025, segundo pesquisa.** Disponível em:

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/joao-pessoa-desponta-como-um-dos-destinos-mais-procurados-do-mundo-para-2025-segundo-pesquisa>

Acesso em 28 de novembro de 2024.

BRASIL. **Política Nacional do idoso. Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994.** Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/politica\\_idoso.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf)

Acesso em: 03 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do idoso.** Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html#:~:text=A](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html#:~:text=A)

Acesso em: 03 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2004.** Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário da União.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos: um estudo sobre professores de Universidade da Terceira Idade.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

CACHIONI, Meire. NERI Anita Liberalesso. **Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade.** In: NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Monica Sanches. Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento populacional na agenda da políticas públicas.** In: CAMARANO, Ana Amélia. Os novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CEH, Jaqueline Guadalupe Guerrero. **La tercera edad: el derecho al aprendizaje a lo largo de la vida.** RIDE. Rev. Iberoam. Investig. Desarro. Educ, Guadalajara, v. 10, n. 20, e043, jun. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-74672020000100143&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-74672020000100143&script=sci_arttext). Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

CEPAL. **Reuniões intergovernamentais** Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/events/past/event-type/8275/subsidiary-body/8277>

Acesso em 22 de julho de 2023.

CEPAL. **Convenção Brasília**. Disponível em:  
[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_informes/11.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_informes/11.pdf)  
Acesso em 22 de julho de 2023.

CEPAL. **Carta San Jose**. Disponível em:  
[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/21660/1/S2012839\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/21660/1/S2012839_pt.pdf).  
Acesso em 22 de julho de 2023.

CÍCERO, Marco Túlio, 106-44 A.C. **Saber envelhecer e A amizade**. Porto Alegre: L&PM, 2024.

CNN BRASIL. **O mundo chega a 8 bilhões de habitantes com população idosa em crescimento**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-chega-a-8-bilhoes-de-habitantes-com-populacao-idosa-em-crescimento/>  
Acesso em 10 de agosto de 2024.

FRANKL, Victor E. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1989.

\_\_\_\_\_. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Sinodal; Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.

FONSECA, V. **Desenvolvimento cognitivo e Processo de Ensino-Aprendizagem: abordagem psicopedagógica a luz de Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes 2019.

FONSECA, V. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. In: PEDRO, Waldir (Org.). **Guia prático de Neuroeducação: Neuropsicopedagogia e Neurociência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

FREITAS, Elizabete Viana de; et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

G1 PARAÍBA, de 05/08/2024. **439 anos de João Pessoa: capital tem aumento gradativo do índice de envelhecimento e é refúgio para aposentados**. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/08/05/439-anos-de-joao-pessoa-capital-tem-aumento-gradativo-do-indice-de-envelhecimento-e-e-refugio-para-aposentados.ghtml>  
Acesso em 10 de agosto de 2024

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Campinas: Cooperativa Editorial Magistério, 2006.

GONÇALVES, Júlia Eugênia. **Psicopedagogia para adultos e idosos: diagnóstico e intervenção**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Ações do Governo da Paraíba que cuidam da pessoa idosa servem de modelo para Amapá e Rio Grande do Norte.** Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/acoes-do-governo-da-paraiba-que-cuidam-da-pessoa-idosa-servem-de-modelo-para-amapa-e-rio-grande-do-norte>  
Acesso em 25 de outubro de 2023

HELPAGE INTERNATIONAL. **Global AgeWatch Index 2015.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://www.helpage.org/silo/files/global-agewatch-index-2015-insight-report.pdf>  
Acesso em: 22 de outubro 2023.

HEIDEGGER, Martin, **Ser e tempo**; tradução, organização, nota prévia, anexos e notas: Fausto Castilho. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas: uma introdução à fenomenologia**; tradução, apresentação e notas Fábio Mascarenhas Nolasco. São Paulo: Edipro, 2019.

\_\_\_\_\_. **A ideia da fenomenologia: cinco lições.** Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010.** Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado>>.  
Acesso em 20 de janeiro de 2023

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>  
Acesso em 11 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 2022. População idosa no Brasil e unidades federativas.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209#resultado>  
Acesso em 10 de agosto de 2024

\_\_\_\_\_. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos.**

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=Considerando%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20idosos,de%200%20a%2014%20anos.>  
Acesso em 20 de março de 2024

JOÃO PESSOA. **Semana do Idoso no município de João Pessoa. Lei N° 11. 676 de 30 de abril de 2009.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2009/1168/11676/lei-ordinaria-n-11676-2009-institui-a-semana-do-idoso-no-ambito-do-municipio-de-joao-pessoa>  
Acesso em 24 de março de 2022.

JOÃO PESSOA. **Fundo Municipal do Idoso. Lei N. 12.029 de 20 de janeiro de 2011** Disponível em:  
<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2011/1203/12029/lei-ordinaria-n-12029-2011-institui-o-fundo-municipal-do-idoso-fmi-jp-e-da-outras-providencias>

Acesso em 24 de março de 2022.

**JOÃO PESSOA. Política Municipal dos Direitos do Idoso. Lei N. 12.303 de 12 de janeiro de 2012.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2012/1231/12303/lei-ordinaria-n-12303-2012-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-dos-direitos-do-idoso-a-politica-municipal-do-idoso-revoga-as-leis-municipais-de-n-9393-de-29-de-dezembro-de-2000-e-10270-de-29-de-junho-de-2004-e-vincula-o-conselho-municipal-dos-direitos-do-idoso-a-estrutura-da-secretaria-municipal-de-desenvolvimento-social-e-da-outras-providencias>

Acesso em 24 de março de 2022.

**JOAO PESSOA. Prefeitura de João Pessoa coloca em prática diversas ações para melhorar a qualidade de vida dos idosos.** Publicação de 26/03/2023. Disponível em:

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-joao-pessoa-coloca-em-pratica-diversas-acoes-para-melhorar-a-qualidade-de-vida-dos-idosos/>

Acesso em 27 abril de 2023.

**POLITICAJP. João Pessoa é eleita melhor cidade do Brasil para se viver e destino de idosos após aposentadoria.** 2022. Disponível em:

<https://www.politicajp.com.br/noticia/7926/joao-pessoa-e-eleita-melhor-cidade-do-brasil-para-se-viver-e-destino-de-idosos-apos-aposentadoria>.

Acesso em 08 de junho de 2022.

**MALAGUTTI, Willian; BERGO, Ana Maria Amato. Abordagem interdisciplinar do idoso.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2010.

**MAY, Rollo. A coragem de criar.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975

**MDS/CNAS Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf)

Acesso em 16 de maio de 2023.

**MERCADANTE, E. F.** In: Côrte, B et al. **Velhice envelhecimento complex(idade).** São Paulo: Vetor, 2005.

**MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção;** tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

**MILHOLLAN, Frank; FORISHA, Bill E. Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação.** São Paulo: Summus Editorial, 1972.

**NERI, Anita Liberalesso. Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar.** São Paulo: Alínea, 2007.

**NERI, Anita Liberalesso; NERI, Marina Liberalesso. Envelhecimento cognitivo.** In: **FREITAS, Elizabete Viana de; et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Monica Sanches. **Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

OAE. **Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos dos idosos**. 2015. Disponível em:  
[https://www.oas.org/en/sare/documents/CIPM\\_POR.pdf](https://www.oas.org/en/sare/documents/CIPM_POR.pdf)  
 Acesso em 22 de julho de 2023.

OMS. **Guia Global cidade amiga do idoso**. Genebra Suíça: Organização Mundial da Saúde, 2008. Disponível em: <<https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>>.  
 Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

ONU. **Princípios das Nações Unidas em favor das pessoas de idade. Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1991**. Disponível em:  
[https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros\\_de\\_apoio/cao\\_direitos\\_humanos/direitos\\_humanos/idoso\\_e\\_deficiente/princPessoasIdade.htm#:~:text=Assembl%20C3%A9ia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2016%20de%20dezembro%20de%201991.&text=1.,2.](https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/idoso_e_deficiente/princPessoasIdade.htm#:~:text=Assembl%20C3%A9ia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2016%20de%20dezembro%20de%201991.&text=1.,2.)  
 Acesso em 23 de julho de 2023.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Década do envelhecimento saudável nas américas**. Disponível em:  
<https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>  
 Acesso em 22 de julho de 2023.

PAPALÉO Netto M. **O estudo da velhice: histórico, definição e termos básicos**. In: FREITAS, Elizabete Viana de; et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PAPALÉO Netto M, PONTES JR. **Envelhecimento: desafios na transição do século**. In: Papaléo Netto M (Ed.). Gerontologia. São Paulo, rio de Janeiro, Belo Horizonte: Atheneu, 1996.

PAPALIA, Diane E., FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento humano**. 14.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022.

PARAÍBA. **Constituição do Estado da Paraíba**. Assembleia Constituinte, 05 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2019/12/CONSTITUIC%CC%A7A%CC%83O-DO-ESTADO-DA-PARA%C3%8DBA-ATUALIZADA-2019.pdf>  
 Acesso em: 22 de julho 2023.

PARAÍBA. **Política Estadual do Idoso. Lei N. 8.846 de 25 de junho de 2009**. Diário Oficial, N. 14.122, 26 de junho de 2009.  
 Disponível em: <https://transparencia.pb.gov.br/conselhos-estaduais/conselho-estadual-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa/legislacoes/lei-no-8-846-de-25-de-junho-de-2009-2016.pdf/view>  
 Acesso em: 21 de junho 2022.

PARAÍBA. Assembleia legislativa. **Legislação Estadual sobre o Idoso, de 1989 a 2009**. João Pessoa: Gráfica JB LTDA. 2009.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. Publicação de 15 de janeiro de 2016. Clube da Pessoa Idosa.

Disponível em:

[joaopessoa.pb.gov.br/clube-municipal-promove-serie-de-atividades-para-bem-estar-na-terceira-idade/](http://joaopessoa.pb.gov.br/clube-municipal-promove-serie-de-atividades-para-bem-estar-na-terceira-idade/)

Acesso em 10/03/2016

SANTOS, Franklin Santana. **Estimulação cognitiva para idosos ênfase na memória**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2013.

SILVA, H. C; Colella, T. L; MIGUEL, M. G. D; MONTENEGRO, C. P. D.; CASSE, A. F.; MOREIRA, M. A. S. P. Câmbio como interação sociorecreativa na percepção de idosos: Relato de experiência. REVISTA SAÚDE & CIÊNCIA ONLINE, v. 9, p. 216-302, 2020.

SILVA, Henrique S; Thais B. L. SILVA. **Saúde cognitiva e promoção do envelhecimento cognitivo bem-sucedido**. In: SANTOS, Franklin Santana. Estimulação cognitiva para idosos ênfase na memória. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2013.

TILLICH, Paul. A Coragem de Ser. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5.ed. São Paulo: Martins fontes, 1994.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO  
LINHA DE PESQUISA: POLITICAS EDUCACIONAIS**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Senhor(a)

A pesquisadora Tânia Lúcia Amorim Colella convida você a participar da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO PARA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Para tanto você precisará assinar o TCLE, que visa assegurar a proteção, autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual. A estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dos dados de pesquisa/TCLE observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou a resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em qualquer custo ou ônus financeiro e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Os objetivos do estudo são: analisar “o que” é e “como é” educação para a pessoa idosa, no horizonte das políticas públicas; compreender as orientações normativas para a educação de adultos maduros; vivenciar relação com atores de experiências educacionais no mundo idoso; apreender os sentidos das experiências educacionais vividas por pessoas idosas e educadores; analisar as experiências manifestas no mundo da educação para pessoas idosas no horizonte das políticas públicas.

Sua colaboração para participar da pesquisa será responder a um questionário contendo seus dados de identificação, e a entrevista sobre as experiências educacionais que tem. Como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em total sigilo.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa apresentam potencial mínimo de risco ao participante. O único desconforto possível de ocorrer será o participante se emocionar com as próprias experiências narradas. Isto ocorrendo, receberá a assistência adequada, sendo acolhido com sua emocionalidade.

Os participantes da pesquisa, ao narrar suas experiências educacionais, poderão elaborar novos sentidos para suas experiências, tornando-as mais proveitosas. Também ajudarão à produção científica que busca oferecer benefícios ao aprendente idoso, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida.

### **Contato da pesquisadora responsável:**

Caso necessite, entrar em contato com Tânia Lúcia Amorim Colella

Endereço: Rua Carlos Barros, nº 228, apt.º 1202, Miramar, João pessoa, Paraíba

 Fone: (83) 9 8896-7810

**Endereço e informações de contato do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/CCS/UFPB:**  
Centro de Ciências da Saúde (1º andar), Universidade Federal da Paraíba – Campus I  
Cidade Universitária. Bairro Castelo Branco, João Pessoa, Paraíba. CEP: 58.051-900. Fone (83)3216-7791.

Horário de funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h

E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

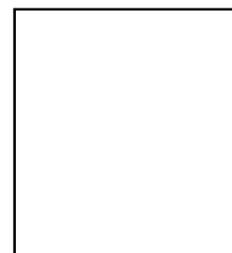
### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu consentimento livre e esclarecido para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João pessoa - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura por extenso do(a) participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura por extenso da pesquisadora responsável pela pesquisa



## APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA AO IDOSO

### DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_  
 Nascimento \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 End.: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_ Está estudando? ( ) S ( ) N  
 Que curso faz/fez? \_\_\_\_\_

### SAÚDE:

1. Como avalia sua saúde? Vai ao médico regularmente? Faz uso de medicação?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
2. Pratica atividade física? Qual? \_\_\_\_\_

### FAMÍLIA:

1. Mora com Algum familiar? \_\_\_\_\_
2. Assume algum tipo responsabilidade na casa onde mora. Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### COSTUMES E LAZER

1. Como ocupa o seu dia? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
2. Tem atividade de diversão? Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
3. Tem projetos para o futuro? \_\_\_\_\_
3. Gosta de ler? \_\_\_\_\_

### SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1. Está Aposentado? Se sim, Qual era sua profissão ou ocupação de trabalho?  
 \_\_\_\_\_

2. Sente-se realizada(o) pelo trabalho realizado? \_\_\_\_\_
3. Sente-se realizada(o) pela condição financeira? \_\_\_\_\_
4. Você é o responsável pelo próprio sustento? E de mais alguém?  
\_\_\_\_\_

### **RELATO: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO**

1. Você pode falar como foi sua experiência educacional ao longo de sua vida?
2. Você sentiu ou sente alguma dificuldade para aprender?
3. O que considera necessário aprender na fase da vida que vivencia atualmente?
4. Como é sua experiência educacional nas atividades socioeducativas aqui no CRMPI?
5. Como deve ser a forma própria (metodologia) para a educação da pessoa idosa?
6. Na sua forma de perceber, o que é educação para pessoa idosa?
7. Qual o sentido da educação para idosos?

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO SOCIOEDUCADOR

### DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_  
 Nascimento \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Sexo ( ) M ( ) F Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 End.: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_  
 Vínculo funcional com CRMPI \_\_\_\_\_  
 Tem formação específica para educação do idoso Sim ( ) Não ( )  
 Qual? \_\_\_\_\_  
 Conhece metodologia própria para atender às especificidades educacionais de idosos?  
 \_\_\_\_\_

### RELATO: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

1. Você pode falar para um pouco da sua experiência educacional com a pessoa idosa?
2. O que considera necessário à educação da pessoa idosa?
3. Se sente satisfeito com a educação para pessoa idosa que desenvolve?
4. Você sentiu ou sente alguma dificuldade para promover a educação para idosos?
5. Como é sua experiência educacional nas atividades socioeducativas aqui no CRMPI?
6. Como deve ser a forma própria (metodologia) para a educação da pessoa idosa?
7. Na sua forma de perceber, o que é educação para pessoa idosa?
8. Na sua percepção qual o sentido da educação para a pessoa idosa?

## ANEXO A – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UEPB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO PARA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Pesquisador:** TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 64151922.1.0000.5188

**Instituição Proponente:** CENTRO DE EDUCAÇÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.777.071

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de analisar o projeto de pesquisa intitulado "EDUCAÇÃO PARA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS" da doutoranda TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Profa. Dra. Janine Marta Coêlho Rodrigues.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo é analisar "o que" é e "como é" educação para a pessoa idosa, no horizonte das políticas públicas.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender as orientações normativas para a educação de pessoas idosas;
- Vivenciar relação com atores de experiências educacionais no mundo idoso;
- Apreender os sentidos das experiências educacionais vividas por pessoas idosas e educadores;
- Analisar as experiências manifestas no mundo da educação para pessoas idosas no horizonte das políticas públicas.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos metodológicos da pesquisa apresentam potencial mínimo de causar danos ao participante. O único desconforto possível de ocorrer é estado emocional suscitados por emoções

**Endereço:** Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.777.071

próprias das experiências narradas, por vezes agradáveis, por vezes desagradáveis e até traumáticas, possíveis de serem desvendadas pelos participantes.

A interseção do educar/aprender se dá em dimensões cognitivas, sociais e emocionais. Durante o relato das experiências educacionais o participante poderá desvelar conteúdos de si mesmo e/ou de suas experiências que suscitam sensibilidades emocionais. Contudo, a pesquisadora estará atenta, e medidas de precaução/proteção serão adotadas.

**Benefícios:**

Para os participantes da pesquisa, narrar suas experiências educacionais para pessoas idosas poderá contribuir para elaboração de novos sentidos para suas experiências, tornando-as mais profícuas. Bem como, pelas suas narrativas ajudarão à produção científica que busca oferecer benefícios ao aprendente idoso, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O locus da pesquisa será o Centro de Referência Municipal da Pessoa Idosa – CRMPI em João Pessoa, Paraíba. Constituirão sujeitos da pesquisa as pessoas participantes das atividades educacionais, educadores e outros atores que possam emergir no cenário. Os dados serão colhidos por meio de questionário voltado aos dados sociodemográficos e entrevistas não estruturadas. As análises dos achados serão realizadas pela modalidade hermenêutica de pesquisa fenomenológica, envolvendo aproximadamente 50 sujeitos, adultos de ambos os sexos, maiores de 18 anos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O Projeto em tela se encontra bem instruído de acordo com as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que rege as pesquisas envolvendo seres humanos.

**Recomendações:**

Recomenda-se manter a metodologia proposta e o envio do relatório final para o CEP/CCS/UFPB.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio

**Endereço:** Prédio da Reitoria da UFPB 4 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.777.071

Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2011297.pdf	26/10/2022 16:00:20		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES_Atualizado.docx	26/10/2022 15:57:57	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito
Outros	CertidaoAprovacaoPPGE.pdf	26/10/2022 15:57:10	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	11/10/2022 10:36:44	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/10/2022 10:35:44	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito
Declaração de concordância	AnuenciaComCodigoDeVerificacaoAssinatura.pdf	11/10/2022 10:34:40	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoProcessoSubmissaoCEPComAssinaturas.pdf	11/10/2022 10:28:52	TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 24 de Novembro de 2022

**Assinado por:**

**Eliane Marques Duarte de Sousa  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

## ANEXO B – ANUENCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA-SEDHUC

### TERMO DE ANUÊNCIA

EU, **JOÃO CARVALHO DA COSTA SOBRINHO**, Gestor das ações socioassistenciais no Município de João pessoa, **AUTORIZO** a coleta de dados para Pesquisa Intitulada: **EDUCAÇÃO PARA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA NO HORIZONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**”, desenvolvida por pelas pesquisadoras: **TÂNIA LÚCIA AMORIM COLELLA** da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Sendo utilizado como instrumento para a coleta de dados a aplicação de **entrevista**, a ser desenvolvida junto aos usuários do Centro de Referência Municipal para Pessoa Idosa, no período entre os meses de setembro a novembro de 2022.

As entrevistas serão realizadas a partir de agendamento previamente acordado entre a pesquisadora e os usuários, no ambiente do Centro da Pessoa Idosa.

Considerando que, de acordo com a NOB/SUAS/RH (2012) o profissional Pedagogo não compõe a equipe de referência das Unidades de Acolhimento Institucional, as Casas acima identificada poderão não dispor deste.

Quaisquer despesa decorrente da pesquisa, será arcada pela pesquisadora.

A pesquisa obedecerá a Resolução 466/2012 do CNS.

João Pessoa 24 de agosto de 2022

JOÃO CARVALHO DA COSTA SOBRINHO  
Secretário SEDHUC





VERIFICAÇÃO  
DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: E007-8C70-017D-8E27

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOÃO CARVALHO DA COSTA SOBRINHO (CPF 436.XXX.XXX-53)  
em 31/08/2022 09:24:21 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de

Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E007-8C70->

[017D-8E27](https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E007-8C70-017D-8E27)